



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 016

TERÇA-FEIRA, 25 DE FEVEREIRO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 7ª SESSÃO, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Projeto de Lei do Senado nº 212/91, que “altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)”.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 24/83 (nº 6-B/83, na Câmara dos Deputados), que “aprova a correção do artigo XV, alínea b, do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT — assinado pelo Brasil, em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto nº 74.130, de 28 de maio de 1974”.

1.2.2 — Ofício

— Nº 2/92, do Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212/91, que “altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)”.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Abertura de prazo para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 212/91, seja apreciado pelo Plenário.

— Abertura de prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24/83.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 30/92, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senadores, solicitando homenagens pelo falecimento da Deputada Cristina Tavares. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Marco Maciel e Humberto Lucena, havendo o Sr. Presidente se associado às manifestações do Plenário.

1.2.5 — Fala da Presidência

— Providências adotadas referentes à reportagem assinada pela jornalista Madalena Rodrigues, publicada no *Jornal do Brasil*, edição de sábado último, apontando como inquinada de ilegalidade a Resolução nº 16/91, aprovada pelo Plenário desta Casa; e à matéria veiculada na *Folha de S. Paulo*, edição de ontem, de autoria dos jornalistas Lúcio Vaz e Taís Oyama, intitulada *Rede de tráfico age no Congresso*.

1.2.6 — Comunicação

— Do Senador Teotônio Viléla Filho, que se ausentará do País no período de 21 de fevereiro a 7 de março do corrente ano.

1.2.7 — Discursos do Expediente

SENADOR RONALDO ARAGÃO — Inveracidade de noticiário publicado em órgão da imprensa atribuindo a S. Exª favorecimento da empresa de engenharia Engelpa, em obras ligadas à Fundação Nacional da Saúde no Estado de Rondônia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Socilização de informações junto ao Prodasen, relativas ao Orçamento

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

de 1992. Apelo ao Ministro Marcílio Marques Moreira para que, através da Receita Federal, haja esclarecimentos sobre enriquecimento extraordinário do Sr. Paulo César Cavalcanti Farias, nos últimos anos. Conselho Curador do FGTS.

1.2.8 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Presidente do Banco Central do Brasil, de relatórios sobre endividamento dos Estados e Municípios referentes ao mês de dezembro de 1991.

1.3 — ORDEM DO DIA

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1990 (nº 3.633/89, na Casa de origem), que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira à Rodovia BR-364, Aprovado em turno suplementar. À Câmara dos Deputados.

Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que dá nova redação ao inciso II do art. 40 da Constituição Federal. Em fase de discussão (4ª sessão).

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR BENI VERAS — Retomada do desenvolvimento econômico e social do Ceará a partir do Go-

verno Tasso Jereissati. Elogios ao Governador Ciro Gomes, do Ceará, pela obtenção do maior índice de confiabilidade e qualidade de atuação em recente pesquisa de opinião pública.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

— Abertura de inscrição para interpelação ao Sr. Ministro de Estado da Infra-Estrutura, Dr. João Santana, que comparecerá ao plenário do Senado no próximo dia 26, às 14 horas e 30 minutos.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Sr. Eduardo Suplicy, pronunciado na sessão de 19-2-92.

Do Sr. Maurício Corrêa, pronunciado na sessão de 20-2-92.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 7ª Sessão, em 24 de fevereiro de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Márcio Lacerda e Beni Veras

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Alexandre Costa — Amazonino Mendes — Beni Veras — Carlos Patrocínio — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Francisco Rolemberg — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Paulo Bisol — Magno Bacelar — Mansue-

to de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Ronaldo Aragão — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE
PARECERES

PARECER N° 6, DE 1992

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 212, de 1991, que “altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 49 do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 dezembro de 1940 (Código Penal)”.

Relator: Senador José Eduardo

Propõe este projeto de lei, apresentado pelo ilustre Senador Maurício Corrêa, uma nova redação aos §§ 1º e 2º do art. 49 da Lei n° 7.209, de 11 de julho de 1984, a fim de fixar em cruzeiros o valor do dia-multa, bem como os limites, máximo e mínimo, da pena de multa nas condenações criminais. Estabelece também o projeto que os valores ora fixados poderão ser revistos, periodicamente, pelo Supremo Tribunal Federal.

Em sua justificação, o nobre autor do projeto pondera que a Constituição de 1988 vedou a vinculação, para qualquer fim, do salário mínimo, definido como um direito dos trabalhadores urbanos e rurais. Lembra também que a Lei n° 8.177, de 1º de março de 1991, que estabeleceu “regras para a desindexação da economia”, omitiu regra para a questão do dia-multa.

Daí a sua iniciativa de propor a lei contida nesta proposição.

É de Cr\$700,00 (setecentos cruzeiros) o valor mínimo, e de Cr\$100.000,00 (cem mil cruzeiros) o valor máximo do dia-multa, de acordo com este projeto. Esses valores poderão ser refixados pelo Supremo Tribunal Federal, periodicamente, na medida, é evidente, da desvalorização do valor da moeda.

Trata-se, pois, de um projeto harmônico com o nosso sistema constitucional; é jurídico; é regimental. Deve, sob tais aspectos, ser processado regularmente; e no mérito deve ser aprovado, pois supre uma lacuna importante no dia-a-dia da vida forense.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 1992. — Nelson Carneiro, Presidente — José Eduardo, Relator — Meira Filho — Cid Sabóia — Pedro Simon — Nabor Júnior — Mansueto de Lavor — Jutahy Magalhães — Chagas Rodrigues — Amazônino Mendes — Maurício Corrêa — Divaldo Suruagy — Magno Bacelar.

PARECERES N° 7 e 8, DE 1992

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 24, de 1983 (n° 6-B, de 1983, na Câmara dos Deputados), que “aprova a correção do artigo XV, alínea ‘b’, do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT — assinado pelo Brasil, em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo n° 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto n° 74.130, de 28 de maio de 1974”.

PARECER N° 7, DE 1992

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Senador Aloysio Chaves

Retorna a esta Comissão para os fins regimentais, com a devida resposta ao requerimento de informação formulado pelo Senador Itamar Franco, o Projeto de Decreto Legislativo

n° 24, de 1983 (n° 6-B, de 1983, na Câmara dos Deputados), que “aprova a correção do artigo XV, alínea b, do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT — assinado pelo Brasil, em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo n° 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto n° 74.130, de 28 de maio de 1974”.

Conforme esclarecemos no relatório preliminar:

“Versa a matéria sobre hipótese singular. Segundo relata o Chanceler na Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, o Ministério das Comunicações levou ao conhecimento do Itamaraty que o texto originalmente submetido à aprovação parlamentar contém erro de tradução.

A denominada **imperfeição de tradução** refere-se ao fato de terem as autoridades executivas responsáveis pela versão portuguesa do texto omitido do bojo do artigo XV, letra b, do questionado Acordo, a seguinte expressão: “(serão isentos) de qualquer imposto sobre rendimento.....”

O ilustre representante de Minas Gerais solicitou vista do processado e, após examinar a matéria, entendeu necessário requerer as seguintes informações ao Poder Executivo:

“1) Quanto foi pago, anualmente, pela entidade Intelsat, desde o início de suas operações no Brasil?

2) A entidade Intelsat vem regularmente cumprindo as obrigações fiscais decorrentes da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza?”

Foram as seguintes as respostas apresentadas:

“Primeira resposta: A Intelsat não efetuou qualquer pagamento de impostos ao Governo brasileiro.

Segunda resposta: Pelo fato de os textos originais em inglês, francês e espanhol do Acordo Constitutivo da citada Organização, assinados e ratificados pelo Brasil, preverem isenção de impostos sobre a renda e outros proventos, a Intelsat não tem pago quaisquer tributos fiscais. Vale ainda esclarecer que o Decreto n° 85.306, de 30-10-80, resolveu definitivamente a questão, ao promulgar o Acordo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Intelsat, o qual isenta esta Organização do pagamento de tributos, inclusive de impostos de renda.”

Concluímos a análise prévia da questão afirmando:

“Deparamo-nos, portanto, com uma típica hipótese de conflito de ordenamentos legais cuja responsabilidade é exclusivamente do Brasil. Cumpre, assim, adotar solução legislativa capaz de eliminar a apontada antinomia. Impõe-se, por isso, que haja um prévio esclarecimento por parte das autoridades executivas sobre a forma pela qual vem sendo cumprido o Acordo.”

A assertiva contida na parte final da resposta à segunda pergunta não é correta. Ao ser promulgado o Decreto n° 85.306, de 30-10-80, determinando que o Acordo com a apontada falha de redação fosse “executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém”, não ficou a questão definitiva-

mente resolvida. Foi, isto sim, o ponto de partida do problema, ensejando, afinal, a Mensagem ora apreciada como fórmula para contornar a discrepância entre o compromisso internacional e a ordem jurídica interna.

Tendo em vista a necessidade de retroagir a tradução correta à data da entrada em vigor do texto, opinámos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1983, com a seguinte emenda ao art. 2º:

EMENDA Nº 1-CRE

“Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo aos seus efeitos à data da promulgação do Acordo.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1985. — Cid Sam-paio, Presidente — Aloysio Chaves, Relator — Virgílio Távora — Nelson Carneiro — Amaral Peixoto — Carlos Lyra — Jorge Kalume — Severo Gomes.

PARECER Nº 8, DE 1992

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relator: Senador Jutahy Magalhães

Este projeto de decreto legislativo, resultante de mensagem enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República em 30 de agosto de 1982, foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em redação final, a 1º de setembro de 1983, e remetido, no dia seguinte, 2 de setembro, ao Senado Federal.

É o seguinte o texto remetido pela Câmara dos Deputados:

“O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Fica aprovada a correção do art. XV, alínea b, que acrescenta a expressão: “de todo imposto nacional sobre rendimento”, omitida na tradução em português, do Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite — INTELSAT, assinado pelo Brasil em Washington, a 20 de agosto de 1971, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 87, de 5 de dezembro de 1972, e promulgado pelo Decreto nº 74.130, de 28 de maio de 1974.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”

No Senado, esta proposição foi distribuída ao nobre Senador Roberto Campos, que apresentou relatório. Porém, tendo o Senador Itamar Franco sugerido diligência junto ao Poder Executivo, dirigiu a Presidência da Comissão ao Gabinete Civil da Presidência da República ofício com pedido de informações sobre as seguintes questões:

1 — Quanto foi pago, anualmente, pela entidade INTELSAT, desde o início de suas operações no Brasil?

2 — A entidade Intelsat vem regularmente cumprindo as obrigações fiscais decorrentes da legislação do imposto sobre a renda e proveitos de qualquer natureza?

A Presidência da República não respondeu a essas indagações, conforme informações, de 13 de março de 1984, do Primeiro Secretário desta Casa ao Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores.

Proferiu então essa Comissão o seu parecer, de que foi relator o Senador Aloysio Chaves, em substituição ao Senador Roberto Campos. O parecer concluiu por reiterar o pedido

de informações ao Poder Executivo, antes de dar parecer conclusivo.

Dessa vez o pedido de informações foi atendido pelo Ministro Chefe do Gabinete da Presidência da República. Sua resposta é datada de 29 de agosto de 1985, já, portanto, na Presidência José Sarney.

As informações prestadas pelo Ministro das Relações Exteriores são as seguintes:

Primeira resposta: a Intelsat não efetuou qualquer pagamento de impostos ao Governo brasileiro.

Segunda resposta: Pelo fato de os textos originais em inglês, francês e espanhol do Acordo Constitutivo da citada Organização, assinados e ratificados pelo Brasil, preverem isenção de impostos sobre a renda e outros proveitos, a Intelsat não tem pago quaisquer tributos fiscais. Vale ainda esclarecer que o Decreto nº 85.306, de 30-10-80, resolveu definitivamente a questão, ao promulgar o Acordo sobre Privilégios, Isenções e Imunidades da Intelsat, a qual isenta esta Organização do pagamento de tributos, inclusive de impostos de renda.

De posse dessas informações remetidas pelo Poder Executivo, a Comissão de Relações Exteriores do Senado voltou a apreciar o projeto. No dia 23 de outubro de 1985, aprovou parecer, de que foi relator ainda o nobre Senador Aloysio Chaves, parecer que concluiu pela necessidade de fazer retroativa a correção proposta no projeto. Para isso, o parecer aprovou emenda formulada pelo Relator, com o seguinte texto:

“Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à data da promulgação do Acordo.”

Desde então, ficou paralisada a tramitação do projeto nesta Casa. Promulgada a nova Constituição em 5 de outubro de 1988, determinou a Presidência do Senado fosse remetido o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para o examinar à luz do novo texto constitucional. Isso, em 27 de março de 1989. Somente mais de dois anos depois, em 7 de agosto último, o projeto nos foi distribuído para relatar.

Lamentamos que uma proposta, a um tempo importante e relativamente simples, como é esta, tenha se arrastado por tanto tempo aqui no Congresso Nacional.

Examinando o projeto, verificamos ser constitucional e vazado em boa forma técnica, que não podia ser senão a que assumiu. Cabe ao Congresso Nacional, de acordo com a Constituição Federal (art. 49, I) deliberar sobre essa matéria. A alteração proposta no projeto é necessária, indispensável, a fim de compatibilizar o texto vigente no Brasil com o do Acordo assinado por nosso Governo em Washington. Pena que o façamos com muito atraso.

Temos, contudo, que se impõe adotar a solução legislativa sugerida pelo parecer aprovado na Comissão de Relações Exteriores, isto é, a de aprovar o projeto com uma emenda que faça retroativos à data da promulgação do Acordo os efeitos do decreto legislativo ora sob exame.

Assim, por estar em conformidade com o vigente texto constitucional, somos pela aprovação deste projeto, com a

Emenda nº 1 aprovada pela Comissão de Relações Exteriores do Senado em 3 de outubro de 1985.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 1992. — Nelson Carneiro, Presidente — Meira Filho, Relator — Jutahy Magalhães — Chagas Rodrigues — Amazonino Mendes — Cid Sábia — José Eduardo — Pedro Simon — Nabor Júnior — José Fogaça — Mansueto de Lavor — Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA**

OF. N° 2/92-CCJ

Brasília, 20 de fevereiro de 1992

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a V. Ex^ª que esta Comissão aprovou o PLS nº 212, de 1991, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que “altera a redação dos §§ 1º e 2º do art. 49 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), na reunião realizada em 19-2-92.

Na oportunidade renovo a V. Ex^ª meus protestos de elevada estima e consideração. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 1991, seja apreciado pelo Plenário.

Esgotado esse prazo, sem interposição de recurso, a proposta será remetida à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Foram encaminhados à publicação pareceres das Comissões de Relações Exteriores e de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluem favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1983.

A matéria ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 30, DE 1992

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento da Deputada Cristina Tavares:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1992. — Marco Maciel — Magno Bacelar — Humberto Lucena — Mauro Benevides — Chagas Rodrigues.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Como Líder. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como é de conhecimento desta Casa, faleceu ontem, nos Estados Unidos, a nossa ex-colega de Congresso Nacional, Deputada Cristina Tavares.

Maria Cristina Tavares Correia faleceu depois de longa enfermidade, que enfrentou com rara determinação e coragem. Caracterizou-se ela no Congresso Nacional, sobretudo na Câmara dos Deputados, onde exerceu o mandato por duas legislaturas, como a Deputada que defendia com muito empenho e brilho as idéias que professava.

Sempre militamos, sob o ponto de vista político, em Pernambuco, em campos opositos, mas não posso deixar de reconhecer que Cristina Tavares era uma Parlamentar que honrava as tradições do meu Estado, Pernambuco, e, de alguma forma, também, a Bancada feminina da qual era uma de suas líderes e das mais notáveis integrantes.

De mais a mais, Sr. Presidente, lembrar Cristina Tavares é lembrar alguém que viveu com intensidade. Sempre digo que o que mais importa não é o quanto se vive, mas como se vive, e Cristina Tavares, quer na tribuna parlamentar, quer na tribuna do jornalismo sempre se destacou. Aliás, ela se iniciou na vida pública como jornalista.

Após exercer as funções de jornalista, ela resolveu disputar o mandato federal e obteve, nas duas oportunidades, votação que lhe deu condição de participar dos trabalhos parlamentares do Congresso Nacional, mormente durante a Constituinte, ou seja, durante a elaboração da nova Carta Magna Constitucional brasileira, que foi afinal promulgada em 5 de outubro de 1988.

Creio, portanto, Sr. Presidente, que falar de Cristina Tavares é falar de alguém que, ao longo de sua vida, sobretudo de sua vida pública, sempre se destacou trazendo para todos nós exemplos de muito espírito público, seriedade no exercício das funções que exerceu e, sobretudo, de alguém que se empenhava, e se empenhava muito, nas causas que defendia.

Desejo portanto, neste instante, conforme reza o requerimento, não somente apresentar os sentimentos à Câmara dos Deputados, Casa a qual ela pertenceu por duas legislaturas, mas, também, a V. Ex^ª como Presidente do Senado Federal, posto que, integrar a Câmara é também integrar o Congresso Nacional, e, também, apresentar os sentimentos à família enlutada: à sua mãe, aos seus irmãos, bem como apresentar as condolências ao povo pernambucano, por intermédio do Governo do meu Estado.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex^ª um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, nobre Senador Chagas Rodrigues. Ouço o aparte de V. Ex^ª

O Sr. Chagas Rodrigues — No momento em que V. Ex^ª, em seu nome pessoal, em nome de Pernambuco e, por que não dizer, em nome do Senado, lamenta o passamento da nossa ilustre colega Cristina Tavares, que, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, pôde, de modo excepcional, reafirmar as suas virtudes, o seu espírito cívico e a sua dedicação, a sua preocupação com relação aos grandes problemas nacionais, quero dizer a V. Ex^ª, nobre Líder, que não é só Pernambuco, não é apenas o Nordeste que pranteia essa perda. Todos nós lamentamos. A Nação lamenta, porque Cristina Tavares se afirmou como uma grande Líder naquelas causas em favor das quais propugnava, especialmente em defesa dos direitos da mulher, querendo libertar a mulher de uma série de precon-

ceitos da sociedade para com ela, e procurando afirmar a mulher para que pudesse, cada vez mais, participar das grandes lutas e concorrer para a solução dos grandes problemas sociais e nacionais. Neste momento, quero pois render, também, as minhas homenagens e as homenagens da bancada do PSDB, a Cristina Tavares, e solidarizar-me com a família enlutada. A Nação perdeu uma das suas grandes filhas, um dos grandes nomes da política e do Congresso Nacional, a que ela pertenceu e honrou. Em Cristina Tavares admiramos não só o espírito público, não apenas a dedicação, a luta incansável, como, também, sua resistência extraordinária. Ela soube lutar contra uma doença insidiosa e lutou até o fim com uma vontade, com uma determinação que poderão constituir exemplo para todos aqueles que tiverem de enfrentar momentos difíceis. Receba, pois, V. Ex^a a nossa total solidariedade e o nosso apoio.

O SR. MARCO MACIEL — Senador Chagas Rodrigues, recolho o aparte de V. Ex^a como um testemunho muito importante sobre a vida de Cristina Tavares. V. Ex^a chama a atenção para o fato que era a marca da sua conduta, a sua combatividade. Ela foi combativa como jornalista, não somente em jornais de Brasília e de Pernambuco, onde exerceu a profissão com talento, foi combativa no exercício do mandato parlamentar e extremamente combativa quando o câncer a alcançou ainda jovem.

Elá enfrentou a doença com muita determinação e pareceu durante muito tempo desafiar a própria moléstia. Essa era a marca de Cristina Tavares. Era uma pessoa que se empenhava com denodo às causas que abraçava e, consequentemente, punha muita vida em tudo que fazia. Por isso, o seu desejo de viver pareceu, durante algum tempo, ser mais forte do que a própria doença.

V. Ex^a, com as suas considerações sobre Cristina Tavares, enriquece a manifestação que hoje faço sobre o seu passamento, que tanto nos entristeceu, quer como Congressistas, quer, de modo especial, no meu caso, como pernambucano, posto que, como minha conterrânea, lá deixou uma excelente imagem do trabalho que realizou e da sua conduta cívica. Pode ficar certo V. Ex^a de que transmitirei à sua família, à senhora sua mãe, aos seus irmãos, que também são meus amigos, os sentimentos que não são apenas meus, mas, tenho certeza, como disse V. Ex^a, são de toda a Casa e, de modo especial, daqueles que tiveram a oportunidade de com ela conviver de forma mais próxima.

O Sr. Francisco Rollemburg — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, Senador Francisco Rollemburg. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Francisco Rollemburg — Eminent Senador Marco Maciel, foi com incontida emoção que soube, ontem, do falecimento de Cristina Tavares, nossa querida companheira, amiga, mulher inteligente e valorosa, competente, ciosa dos seus deveres. Conheci-a no seu período de jornalismo. Era uma figura agrioste. Doce no traço, segura e agressiva na defesa das suas idéias. Por esse temperamento, por suas posições extremamente coerentes no combate ao que ela chamava a " Ditadura de 64", pôde Cristina Tavares, do lado oposto onde estávamos, vender, como vendeu, a sua imagem de mulher competente e lutadora no grande Estado de Pernambuco. Soube o Estado de Pernambuco reconhecer-lhe essa competência, essa capacidade de luta ao elegê-la duas vezes para

esta Casa, permitindo que Cristina Tavares, já enferma, fosse uma das Constituintes da Constituição de 1988. Conheci o seu trabalho como Deputada Federal. Sempre do lado oposto, mas respeitando muito a sua competência, a sua habilidade, principalmente a crença inabalável com que ela defendia as idéias nas quais acreditava. Soube, depois, que Cristina Tavares estava com câncer. Ela mesma o divulgou, não foi segredo para ninguém. Cristina Tavares enfrenta com galhardia a sua doença. Deixa o Brasil para ir aos Estados Unidos, volta e escreve um livro. Fala de como é difícil se saber doente e de como é penoso estar perto do caminho que a levará para a sua longa viagem. Faz uma crítica severa ao mercantilismo médico, que já grassava quando ela começou, e grassa até hoje, no Brasil, graças à maneira despropositada com que as nossas escolas têm incutido na mente dos médicos um tecnicismo exagerado, ausentando-se de fornecer conhecimentos éticos, deontológicos, que a profissão tanto necessita para ser exercida na sua magnitude. Morre Cristina Tavares. V. Ex^a registra com pesar seu desaparecimento, mas, com pesar, Senador Marco Maciel, devem estar registrando na alma V. Ex^a e o povo da sua terra, porque perdeu uma das mulheres mais interessantes da nossa época, do nosso século, uma mulher que nunca se deu de meio, sempre se deu por inteiro; viveu intensamente todos os seus instantes, todas as suas crenças e todas as suas angústias. Por isso, nobre Senador, este Senador, que conviveu com Cristina Tavares jornalista, que foi seu companheiro na Câmara dos Deputados, se de chapéu estivesse estaria a tirá-lo agora para homenagear uma grande pernambucana, uma grande mulher, que foi a pernambucana, a brasileira, a parlamentar — figura magnífica da nossa época — Cristina Tavares, que desaparece, mas deixa na sua passagem, como as estrelas cadentes, como os cometas, um risco no céu. Cristina deixa um risco no céu desta Casa do Congresso Nacional. Ela é um exemplo para as mulheres brasileiras, ela é um exemplo para nós, parlamentares brasileiros. Portanto, nobre Senador, associo-me, como sergipano, como representante do Partido de V. Ex^a no meu Estado, às homenagens que presta, neste instante, àquela figura excepcional que foi Cristina Tavares, pernambucana como V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL — Senador Francisco Rollemburg, V. Ex^a ressaltou em seu aparte duas marcas da personalidade de Cristina Tavares. Uma, já havia lembrado aqui o Senador Chagas Rodrigues ao chamar a atenção à sua combatividade e V. Ex^a a reforçou quando lembrou, com depoimentos concretos, a sua atuação como parlamentar, dizendo, inclusive com muita felicidade, que era uma personalidade agrioste, porque muito agradável ao convívio pessoal, mas extremamente acre, acérrima nas defesas de suas teses, contundentes, sobretudo, nas suas posições e, de modo especial, como oposicionista, isto é, de crítica, por vezes radical, ao Governo.

Outro dado que V. Ex^a salientou, e que não gostaria de deixar de fazer menção, diz respeito ao livro que ela publicou, que é um testemunho sobre a doença, no qual mostra a sua capacidade de luta. Dizia mais, que esse livro, meu caro Senador Francisco Rollemburg, de alguma forma é também um depoimento não só sobre o mercantilismo na medicina, que V. Ex^a aqui tem, com insistência denunciado, como também um depoimento que serve, a meu ver, de conforto a todos aqueles que, de alguma forma, estejam sofrendo o mesmo mal de que ela faleceu, o câncer. Conheço algumas pessoas que estão com câncer e que, depois que leram o depoimento de Cristina Tavares Correia, se sentiriam mais

confiantes e adquiriram mais forças, talvez, para enfrentar e, quem sabe, vencer a própria doença.

Por isso recolho e incorpoço ao meu discurso o aparte de V. Ex^a como testemunho extremamente feliz sobre Cristina Tavares que foi — como lembrávamos todos nós, agora — não somente uma excelente Parlamentar, mas alguém que fez por inteiro a vida pública quer no Parlamento, quer no exercício de suas funções que são, também, funções públicas de jornalista.

Ouço o aparte, agora, do nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Líder Marco Maciel, em meu nome pessoal e em nome da minha Bancada, o PDT, quero me associar às homenagens prestadas à grande Deputada Cristina Tavares, da qual tive a honra de ser colega no período de dois mandatos. Nada há a acrescentar depois das palavras já proferidas, mas eu queria, também, trazer o meu depoimento de admiração pela coragem da ex-Parlamentar, da grande brasileira que contribuiu muito para a reabertura política. A sua coragem está marcada no título do livro *Até à última célula*, deixando um grande exemplo para nós, políticos, e povo brasileiro. Perde o Brasil, perdem as forças progressistas e democratas do nosso País. Associo-me à dor do povo de Pernambuco e às homenagens que V. Ex^a presta nesta tarde.

O Sr. MARCO MACIEL — Recebo, nobre Senador Magno Bacelar, a solidariedade de V. Ex^a no momento em que reverenciamos o passamento da Deputada, jornalista e escritora Cristina Tavares, e recebo de modo especial a manifestação que V. Ex^a faz em nome do seu Partido, o partido Democrático Trabalhista — PDT, e de seu Estado, o Maranhão, que V. Ex^a, com talento e brilho, representa aqui no Senado Federal.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, nobre Senador Eduardo Suplicy. Ouço a manifestação de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy — Gostaria de, em nome do Partido dos Trabalhadores e em meu nome pessoal, aliar-me também às homenagens que V. Ex^a presta à extraordinária representante do povo de Pernambuco no Congresso Nacional. Fui também companheiro da Deputada Cristina Tavares durante o meu mandato de Deputado Federal, de 1983 a 1987, e tantas vezes estivemos juntos na comunhão de ideais, na luta pela democratização do Brasil, na luta pelas eleições diretas, na luta pela correção no trato da coisa pública, na luta por prioridades sociais claramente definidas por todos aqueles que estivessem administrando o dinheiro do povo. Cristina Tavares foi uma gigante como mulher pioneira deste País que se interessou pela vida pública, dignificando extraordinariamente o seu mandato. Durante o período de convalescência da grave doença que é o câncer, ela também, em inúmeras oportunidades, publicamente deu exemplos ao enfrentar essa doença, assim como outras pessoas que foram atingidas por essa trágica moléstia, ocupando cargos públicos, exemplo do que aconteceu com o ex-Ministro Dilson Domingos Funaro. Portanto, congratulo-me, também, com o povo pernambucano por ter nela uma representante tão extraordinária, e com V. Ex^a que, em sendo de um partido situacionista, muitas vezes defendendo propostas diferentes da Deputada Cristina Tavares, hoje coloca-se como uma das pessoas que teve a iniciativa de prestar esta homenagem a ela.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Eduardo Suplicy, o aparte de V. Ex^a traz não somente a manifestação do seu partido, o Partido dos Trabalhadores, mas traz também, com o seu depoimento, uma manifestação eloquente do trabalho que desenvolveu Cristina Tavares na tribuna parlamentar. V. Ex^a lembra muito bem o esforço que ela realizou na luta pela redemocratização do País.

Eu gostaria de acrescentar que além desta luta, que agregou, independentemente de partidos políticos, brasileiros de diferentes matizes, Cristina Tavares lutou, também, por uma tese pela qual eu e V. Ex^a nos empenhamos, que é a luta pelo desenvolvimento científico e tecnológico do nosso País. E eu diria que Cristina Tavares tinha uma grande preocupação em ver o país melhor situado no conceito das Nações, através de um adequado desenvolvimento científico e tecnológico. Ela se preocupou muito em dar ao País uma nova Lei de Informática — e, disso posso dar testemunho, pois trabalhei na Comissão Mista que elaborou a primeira lei que procurava institucionalizar uma política de informática em nosso País — e, depois, ela se preocupou muito com uma legislação que viesse amparar o desenvolvimento da ciência e da pesquisa.

Como prova do que afirmo, é bom lembrar que é de sua iniciativa um projeto de lei que busca dar incentivos fiscais e financeiros ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. Eu, também, sou autor de projetos nessa direção, inclusive um projeto que recria o FNDCT — Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, já transformado. Eu, e, também, de um projeto semelhante, aqui, no Sendo, que dispõe como disse, sobre estímulos ao desenvolvimento científico e tecnológico em nosso País.

Por isso, nobre Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de registrar o aparte de V. Ex^a e dizer que transmitirei à família da ex-Deputada Cristina Tavares Correia e aos seus amigos a sua manifestação de pesar pelo seu falecimento e o testemunho que V. Ex^a deu da sua atuação, de modo especial, como Parlamentar e como Jornalista.

O Sr. Valmir Campelo — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não. Ouço, com prazer, o aparte do nobre colega e estimado amigo, o nobre Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo — Nobre Senador Marco Maciel, eu não poderia, nesta oportunidade, deixar também de registrar aqui, não só em meu nome, mas em nome da bancada do PTB — Partido Trabalhista Brasileiro, o nosso pesar pelo falecimento da ex-Deputada Cristina Tavares. Tive a honra e o prazer de conviver com a Deputada Cristina Tavares na outra legislatura, principalmente durante o processo constituinte. Em todos os momentos, a Deputada Cristina Tavares, sempre atuante, uma mulher de fibra, lutando pela vida, não se abatia, nem mesmo nos momentos mais críticos da sua doença, e comparecia sempre aos trabalhos durante a elaboração da Constituição. De forma que não é só Pernambuco que perde uma grande líder, uma grande política; é o Brasil que perde a inteligência, a fibra da mulher brasileira que era Cristina Tavares. Neste momento, quando V. Ex^a, merecidamente, homenageia a figura da nossa querida Deputada Cristina Tavares, o PTB também se associa a V. Ex^a e pede que transmita à família enlutada os nossos mais sinceros pesares pelo seu passamento.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Valmir Campelo, incorpoço meu discurso o aparte de V. Ex^a como colega

da ex-Deputada Cristina Tavares na Câmara dos Deputados — V. Ex^a tiveram a oportunidade de serem deputados na mesma legislatura, se não estou equivocado na 48^a —, mas também a manifestação que V. Ex^a faz em nome do seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, um dos partidos de maior representação política em nosso País, de modo especial em nossa Casa.

V. Ex^a tem razão quando chama a atenção para um dos aspectos da personalidade de Cristina Tavares, que diz respeito à sua atuação na defesa dos direitos da mulher.

No Brasil, ainda é pequena, rarefeita mesmo, reduzida a participação da mulher na vida pública. São poucas as mulheres que fazem a vida pública no País e que participam, consequentemente, com intensidade da vida nacional.

É certo que as mulheres têm um papel muito destacado na vida nacional. Inclusive, de acordo com o censo, são em maior número que os homens; elas têm uma atuação muito grande nas universidades, no campo da ciência, no campo da Medicina, na formação da família, é evidente, mas à sua participação no plano da política ainda é muito reduzida.

Cristina Tavares foi uma das primeiras a romper essa dificuldade e veio para cá compondo uma bancada não muito grande sob o ponto de vista numérico, mas expressiva em termos de qualidade. Aqui defendeu, na Constituinte, e depois, na legislatura ordinária, a consolidação dos direitos da mulher, sobretudo abrindo portas para uma maior participação da mulher na vida política brasileira.

Por isso, a manifestação de V. Ex^a, de alguma forma, se adequa às homenagens que, hoje, esta Casa está prestando pelo passamento da ilustre parlamentar.

Sr. Presidente, Cristina Tavares Correia foi parlamentar, jornalista e escritora.

Ela deixou livros publicados, alguns dos quais em parceria com outros escritores. Há, por exemplo, seu livro **Informática e a Nova República**, que resulta dos debates que foram desenvolvidos por ocasião da votação da Lei de Informática, nos idos de 1984. Outro trabalho é **Onde está o meu filho?**, em parceria com Chico de Assis, Gilvandro Filho, Glória Brandão e Jodeval Duarte, publicado no Rio de Janeiro, em 1985. Finalmente, o livro-depoimento, o seu último livro, aquele em que narra a sua luta contra a doença que a acometeu em pleno exercício da sua atividade parlamentar e que a levou à morte. Ela dá um vibrante depoimento, não apenas de como enfrentar a doença, mas também de caráter político, na proporção em que denuncia, de alguma forma, o baixo nível de conscientização com relação ao exercício da ciência médica em nosso País.

Sr. Presidente, Cristina Tavares Correia, que faleceu ontem, nasceu no agreste meridional do meu Estado, na cidade de Garanhuns, no ano de 1936, filha de José Alves Tavares Correia e Maria Mercês de Lima Tavares Correia. Seus pais eram empresários em Pernambuco, no agreste meridional, de modo especial. Seu pai, num trabalho a que dão prosseguimento hoje sua mãe e seus irmãos, fez um esforço de promoção hoteleira naquela região, inclusive permitindo que Garanhuns exercitasse a sua vocação turística. Eles têm hotéis em Garanhuns e no Recife, e são pessoas muito acatadas e reputadas em nosso Estado.

Cristina Tavares Correia deixa irmãs — Lúcia e Ridete — e um irmão, Paulo, profissionais liberais e empresários. A eles e a sua mãe — a veneranda D. Maria Mercês — transmitimos nossos sentimentos que, tenho certeza, com a

aprovação deste requerimento, serão também de todo o Senado Federal.

Sr. Presidente, concluo minhas palavras expressando, não apenas em meu nome pessoal, mas também do meu Partido — o PFL, os pêsames que, sei, serão de toda a Casa. Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Pernambuco o Nordeste e o Brasil estão de luto com a morte de Cristina Tavares.

Embora portadora de um mal incurável, que soube enfrentar com coragem e heróismo, a ex-Deputada Cristina Tavares, ao desaparecer, deixa a todos nós, membros do Congresso Nacional, que a conhecíamos de perto e com ela travamos relações pessoais e políticas, profundamente sensibilizados.

Tratava-se de uma figura humana extraordinária. Com aquele seu jeito de ser simples que a todos seduzia, com uma autenticidade fora do comum, Cristina Tavares destacou-se na vida política e, mais ainda, na vida parlamentar do Congresso Nacional, como um raro exemplo de inteligência, de talento de cultura e, sobretudo, de amor arraigado às suas convicções.

Idealista, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro na luta que travamos contra o autoritarismo militar. Em nenhum momento deixou de batalhar pela restauração das liberdades públicas no Brasil. Defensora ardorosa dos direitos humanos, encontrou-a várias vezes, em ambientes fechados e abertos, no grande embate que empreendemos neste País pelo restabelecimento do Estado de Direito democrático. Cristina Tavares tinha, como já afirmei, um arraigado sentimento de respeito aos direitos da pessoa humana, de tal sorte que seu discurso, durante o autoritarismo militar, foi sempre voltado contra as prisões arbitrárias, contra as torturas e desaparecimentos de presos políticos, denunciando toda sorte de violência que, infelizmente, durante vinte anos, no Brasil se voltou, a nível institucional, atingindo a nossa gente.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa mulher que faleceu ontem, em Huston, nos Estados Unidos da América, presa a um leito de hospital, lutando contra o câncer da maneira mais extraordinária possível — a ponto de deixar escrito um livro para orientar aqueles que sofrem dessa moléstia terrível, **A última Célula** —, morre cercada pelo respeito e pela administração dos seus coestaduanos, dos seus patrícios e de todos aqueles que com ela conviveram no Congresso Nacional, fossem ou não do seu partido.

Retomando o início do meu pronunciamento, depois de caminhar lado a lado conosco no MDB, Cristina Tavares fundou também o PMDB, quando o Governo Figueiredo, de maneira arbitrária, através de uma lei espúria, aprovada sob o guante de uma maioria manipulada no Congresso Nacional, extinguiu de cima para baixo os Partidos políticos que então dominavam o panorama nacional — a ARENA e o MDB —, justamente porque o MDB crescia aos olhos da Nação. Ela não teve dúvida, ficou conosco mais uma vez e só posteriormente, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, quando se instalou uma grande dissidência no

PMDB, saiu com outros companheiros e fundou o Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, trincheira na qual passou a lutar da mesma maneira, defendendo as convicções que norteavam seu pensamento político. E só saiu do PSDB por uma divergência de natureza política, a nível local, quando da escolha do candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Mário Covas. Mas continuou lutando, Sr. Presidente, Srs. Senadores, lutando no PDT — Partido Democrático Trabalhista. Ela não mudou nada. Proseguiu sendo a mesma Cristina Tavares, de posições progressistas, com definições ideológicas de esquerda. Sempre posicionou-se a favor das grandes causas da mulher brasileira, aprofundou-se nos estudos sobre Ciência e Tecnologia, e agigantou-se na área da Informática, em favor da reserva de mercado no Brasil. Ela, ao lado de Severo Gomes, pontificou nessa luta que se tornou histórica na Constituinte e no Congresso.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA — Pois não.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a se referiu, de passagem, à presença de Cristina Tavares na luta pelos direitos da mulher. Eu queria acentuar esse aspecto. Realmente, à frente de uma bancada feminina, mais numerosa, ela deu a esse aspecto da realidade brasileira todo o entusiasmo. Reivindicou posições que ainda não tinham sido alcançadas pelas mulheres, e, principalmente, pugnou por direitos que afinal estão sendo concedidos. V. Ex^a, ao fazer esse registro, acentua, ainda que de passagem, um aspecto marcante da vida daquela grande lutadora, daquela intrépida mulher, que foi Cristina Tavares.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Ninguém melhor do que V. Ex^a, nobre Senador Nelson Carneiro, que se tornou no Brasil o grande campeão da luta pela reforma do Direito de Família e particularmente pelos direitos da mulher, para dar esse testemunho. As palavras de V. Ex^a ilustram o elogio fúnebre que faço, compungido, da ex-Deputada Cristina Tavares, na hora em que o Senado homenageia sua memória.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como bem acentuou o nobre Senador Marco Maciel, que conhecia mais de perto ainda a ilustre desaparecida, por ser sua conterrânea de Pernambuco, Cristina Tavares não foi apenas a política, que era a sua vocação. Ela atuou também em outros setores da vida pública.

Como jornalista foi muito afirmativa e brilhante. Como escritora, entre suas obras publicadas; destacamos:

Cristina Tavares Correia, repórter. Ed. do Autor. **Conversações com Arraes.** Ed. Vega, 1979. **Informática: a batalha do século XXI** (co-autoria Milton Selligman). Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1984. **Informática e a Nova República.** São Paulo, ed. Hucitec, 1985. **Onde está o meu filho? (História de um desaparecido político)** (co-autoria Chico de Assis, Gilvandro Filho, Glória Brandão e Jodeval Duarte). Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se, assim, de um perfil dos mais ilustres e dos mais respeitáveis na vida pública brasileira. Neste instante, portanto, em meu nome pessoal e em nome da Bancada do PMDB no Senado, a nossa solidariedade a essa primeira homenagem que o Senado presta a Cristina Tavares, formulando votos para o seu exemplo de uma pessoa digna e de uma política dedicada a causa pública, prospere neste País, inspire as novas gerações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Prosegue o encaminhamento de votação. (Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, em nome da Mesa, se associa à homenagem que o Senado Federal, na tarde de hoje, tributa à Deputada Cristina Tavares, falecida ontem nos Estados Unidos onde se encontrava hospitalizada em tratamento de saúde.

Desejo destacar que tive o privilégio de conviver com a ex-Deputada Cristina Tavares na legislatura de 1979 a 1983 e, posteriormente, durante a Assembléia Nacional Constituinte, recolhendo do nosso convívio magnífica impressão do seu caráter, do seu desassombro, da sua altivez e da sua coerência na vida pública.

Como Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, tendo dirigido numerosas sessões daquela Assembléia, na ausência eventual do seu titular, Ulysses Guimarães, não foram poucas as vezes em que vi Cristina Tavares apresentar proposições, defendendo-as da Tribuna, sempre com brilho e empenho inexcusáveis.

Ontem à noite, ao tomar conhecimento do seu desaparecimento, tentei estabelecer contato com a sua família em Pernambuco a fim de que pudesse levar, antes mesmo dessa manifestação formal do Congresso, a demonstração da minha solidariedade pela perda daquela ilustre jornalista que teve destacada atuação no cenário da vida política brasileira.

Portanto, fica aqui a manifestação da Mesa, endossando esse preito de reverência que se presta neste instante à ilustre pernambucana, ex-Deputada, Cristina Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência sente-se no dever de fazer duas comunicações, neste instante, à Casa e à opinião pública brasileira.

Srs. Senadores:

O Jornal do Brasil, edição de sábado, em reportagem assinada pela jornalista Madalena Rodrigues, aponta como inquérida de ilegalidade a Resolução nº 16, de 14 de junho de 1991, aprovada pelo Plenário desta Casa, favorecendo, com promoção, 233 funcionários.

Diante disso, decidi encaminhar a referida Resolução ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de que se manifeste aquele Douto Colegiado sobre o tema objeto de tal pesquisa jornalística.

Satisfeita essa exigência preliminar, voltarei a informar a este Plenário sobre as providências cabíveis.

Srs. Senadores:

Ao assumir, no dia 2 de fevereiro de 1991, a Presidência do Senado Federal, anunciei que a Mesa Diretora, sob minha direção, se empenharia para tornar transparentes todos os atos que viesse a praticar no exercício da nobre missão, garantido, assim, ampla credibilidade a esta Casa e ao Congresso Nacional.

Dentro de tal diretriz, que nos tem valido o respeito da opinião pública brasileira, sinto-me no dever de prestar ao Srs. Senadores e à sociedade do País, esclarecimentos imprescindíveis sobre matéria divulgada na **Folha de S. Paulo**, edição de ontem, da lavra dos jornalistas Lúcio Vaz e Tais Oyama, intitulada “**Rede de tráfico age no Congresso**”.

Os fatos

1 — O trabalho jornalístico identifica "um em cada dez brasilienses..." como usuário de drogas, ao mesmo tempo em que, remontando a passado recente, considera com "principais pontos de venda da cocaína os bares noturnos" da cidade, listando-os, com presumida, precisão, e mencionando o Congresso, igualmente, como um dos focos da narcotráfica.

2 — Ao destacar que "o Senado também tem dois servidores envolvidos com tráfico de drogas", a reportagem registra o desaparecimento de processo referente a um deles, cuja restauração, já vem sendo procedida, com a consequente apuração das responsabilidades administrativas e penais.

3 — Além disso, denuncia-se, como resultado de diálogo telefônico, estabelecido através de um dos ramais do Cegraf, que ali ocorreria demanda de cocaína, mesmo sem comprovação explícita, o que obrigaria a instauração imediata de severa sindicância e, diante de quaisquer indícios, o competente inquérito para exemplar punição de culpado (s).

As providências

4 — Antes mesmo da citada publicação, a Mesa já diligenciava, para resguardo do conceito da Casa e de seu quadro de servidores, as seguintes providências na área de segurança:

A adoção de medidas preventivas capazes de permitir, nos vários acessos do Edifício do Senado, uma atenta fiscalização dos que transitam nas dependências do prédio, aumentando-se, ostensivamente, a presença de agentes credenciados nas respectivas entradas e estacionamentos, para tornar ainda mais rígido o trabalho de identificação com a expedição dos indispensáveis crachás (Ato da Mesa nº 52, de 1991), antecendo, portanto, a reportagem agora referenciada;

Solicitação ao Governador do Distrito Federal de dez policiais especializados para suprir as atuais deficiências do Setor de Segurança, até que as 25 vagas existentes sejam preenchidas por concurso público, já confiado à UnB, para o qual se acham inscritos sete mil candidatos (ofício enviado no dia 21-2-92 ao Dr. Joaquim Domingos Roriz);

Ação conjunta com a Câmara dos Deputados para que seja disciplinada, em meio a redobrado rigor, a circulação de pessoas estranhas aos quadros funcionais das duas Casas, exigindo-se a apresentação de documentos hábeis quando permanescerem dúvidas em relação à conduta do visitante.

5 — Todas as providências aqui enumeradas serão adequadamente divulgadas, a fim de que se desestimule a prática dos delitos referidos, ou sejam reprimidos energicamente, caso venham a configurar-se no âmbito do nosso Parlamento.

Integra este pronunciamento o Ato do Centro Gráfico do Senado Federal, assinado pelo seu Diretor-Executivo, que institui Comissão de Sindicância para apuração dos fatos contidos no mencionado periódico de circulação nacional.

É este o propósito da Mesa, para cuja imperiosa concretização espero contar com o decidido apoio de todos os Senadores e do funcionalismo da Casa.

Essas, portanto, as providências que a Mesa adotará e dentro desse propósito não há dúvida de que haverá o empenho de todos os Srs. Senadores no sentido de que possamos, de uma vez por todas, banir essa suspeição que foi referenciada pelo jornal a *Folha de S. Paulo*.

É do nosso dever prestar esclarecimentos aos Srs. senadores, e, mais do que a S. Ex^a, à própria sociedade brasileira que, em meio a essa notícia, reclama do Senado Federal uma

manifestação caracterizada, não apenas por essa referência aos fatos, mas também providências alinhadas neste breve pronunciamento. (Muito bem! Palmas.).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM SEU PRONUNCIAMENTO:

ATO N° 002, DE 1992 DO DIRETOR EXECUTIVO

O Diretor Executivo do Cegraf, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 24, XII, do Ato nº 10, de 1979, da Comissão Diretora do Senado Federal, consoante o que dispõe os art^s. 574 e seguintes do Regulamento Administrativo do Senado Federal, em conformidade com o que estabelece o art. 143, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e tendo em vista determinação do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador MAURO BENEVIDES,

CONSIDERANDO a gravidade da notícia veiculada pelo Jornal *Folha de S. Paulo*, com destaque em primeira página e matéria extensa de página 4-3, com circulação no dia 23-2-92, informando a existência de tráfico de drogas nesta instituição;

CONSIDERANDO que a gravidade da notícia impõe sejam tomadas medidas energicas e providências disciplinares a respeito dos fatos em questão, a serem apurados de forma efetiva; e

CONSIDERANDO que está sendo dado conhecimento deste expediente à Primeira Secretaria do Senado Federal, resolve:

Designar os servidores FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA, mat. 0692, ADRIANO JORGE SOUTO, mat. 0183 e EDUARDO FIGUEIRA MARQUES DE OLIVEIRA, mat. 1286, para, sob a presidência do primeiro, constituirem uma Comissão Especial, com o objetivo de, através de competente processo disciplinar, via de SINDICÂNCIA, previsto no art. 145, da Lei nº 8.112, 11-12-90, serem apurados os fatos contidos no mencionado periódico de circulação nacional e conforme teor dos expedientes administrativos oriundos da Coordenação de Produção Industrial em Off set e da Coordenação de Composição e Impressão Eletrônica, de modo a ser definida a responsabilidade dos servidores que acaso tenham praticado a infração apontada, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

O prazo terá início a partir da data da publicação deste Ato na forma regular.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 1992. —Agaciel da Silva Maia, Diretor Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

Brasília — DF, 21 de fevereiro de 1992
Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a, nos termos do art. 3º, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 21 de fevereiro a 7 de março do corrente ano, para realizar viagem de caráter particular aos Estados Unidos da América do Norte.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex^a meus protestos de elevado apreço. — Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A matéria vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, com a anuência dos Srs. Senadores inscritos, concede prioritariamente a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO) — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje pela manhã fui surpreendido por notícias nos jornais brasileiros, tanto nos da capital, de grande circulação, como em outros, notícias assim veiculadas:

Jornal **O Globo**: "Senador acusado de favorecer empreiteira"; e em outro artigo: "Alceni confirma encontro com Aragão".

Em outro jornal: "Polícia Federal apura denúncia de licitação fraudulenta em Rondônia" — "Delegado aguarda depoimento".

Sr. Presidente, quero de público dizer que não preciso de imunidade para que os fatos sejam apurados. Quero pedir ao Senado que, se for o caso, aprove a retirada da minha imunidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a minha primeira preocupação foi entrar em contato, primeiro com o Ministro da Justiça, e não encontrei S. Ex^a, depois com a Polícia Federal, pois que o **Correio Braziliense** dizia que o Delegado Níco Brasil Lacorte teria dito que eu estava envolvido em favorecimentos a empreiteiros. Pedi ao Delegado que me fizesse a comunicação por escrito. E respondeu S. Ex^a:

"Sr. Senador, em atenção a sua correspondência dessa data, informamos que não recebemos nenhuma denúncia oriunda do Sindicato dos Servidores Federais de Rondônia, referente à Fundação Nacional de Saúde, não havendo nenhuma investigação dirigida por essa autoridade sobre tal fato."

Diz ainda o Delegado que documentos contra a Fundação Nacional de Saúde foram enviados para a Delegacia da Polícia Federal em Rondônia. E, seguindo:

"Por oportuno, não divulgamos nenhuma notícia referente a envolvimentos de parlamentares, no caso da Fundação Nacional de Saúde, e nem o faremos, pois que esse assunto é de exclusivo interesse da Casa Legislativa própria, não cabendo a esta autoridade divulgar atos que envolvam seus membros sem permissão ou solicitação de quem de direito. Em derradeiro, até esta data, ninguém se referiu ao seu nome nos fatos que apuramos.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de estima e consideração."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o jornalista Otto Sarkis, de **O Globo**, no seu artigo, diz:

"A Polícia Federal abriu inquérito em Rondônia para apurar o favorecimento de empresa de engenharia, de propriedade de parente do Senador Ronaldo Aragão, na licitação para obra de saneamento, no valor de Cr\$ 76,9 milhões, segundo denúncias do Sindicato de Servidores Federais, de Rondônia."

Telefonei para o Presidente do Sindicato, o Sr. José Márcio, que me afirmou que nunca fizera esta denúncia e que estaria me mandando um documento dizendo que nem ele e nem o Sindicato teriam nominado o meu nome ou o da empresa a respeito de favorecimento.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, fui alvo quando Presidente da Comissão Mista de Orçamento, de que teria ido ao Ministro Alceni Guerra pedir que se fizesse hospital em Cacoal.

Disse aqui, nesta Casa, que tinha ido ao Ministério da Saúde como dever de Parlamentar, como dever de Senador que tenho pelo Estado de Rondônia, de pedir que se cumprisse o que estava determinado no Orçamento de 1990, fazendo-se a construção de um hospital regional no Município de Cacoal. Não há nada encoberto. O hospital de Cacoal está sendo construído para todos verem. Quem fez a licitação do hospital em Cacoal foi o Governo do Estado, que é meu opositor, de quem sou adversário político.

Diz aqui também o artigo dos jornais:

"Alceni confirma encontro com Aragão."

Não foi só um encontro, foram várias conversas do Parlamentar com o Ministro da Saúde, reivindicando obras para o meu Estado, na presença de várias testemunhas, na presença de vários parlamentares. Foram vários encontros.

Diz ainda o jornal:

"Senador Ronaldo Aragão esteve com o então Ministro da Saúde para tratar de concorrência."

Invoco o Sr. ex-Ministro que declare, de público, quantas vezes fui ao Ministério da Saúde pedir concorrência para quem quer que seja.

De acordo com esta versão, teria se encaminhado o Senador à então Presidente da Fundação Isabel Estéfano. Também convoco a ex-Presidente para que diga, de público, quantas vezes estive em seu gabinete, pedindo que se fizesse concorrência para "a" ou para "b". Fui pedir que se fizesse saneamento básico em todos os municípios do Estado de Rondônia; que se fizessem melhorias nos municípios do Estado de Rondônia.

Fui Deputado Estadual com o Governo do PMDB e desafio que alguém se levante e diga quantas vezes fui ao Governo do PMDB pedir que se facilitasse obra para "a" ou para "b".

Não tenho medo, Sr. Presidente, e nem vou ficar acobertado por imunidade parlamentar, mas aqueles que me acusam, aqueles que estão provocando esse tipo de reportagem, não sei se têm coragem de retirar suas imunidades parlamentares.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, sobre a licitação tão falada, está aqui a ata da concorrência de que participou a Engelpa. Essa empresa é de um primo da minha esposa, há mais de 12 anos que ela entra em concorrência pública em todo o Brasil porque é um direito dela. Está aqui a ata da licitação, o edital da concorrência, cumprido à risca pela empresa. Mas o que a Comissão de Licitação queria? Queria favorecer determinadas empresas que não cumpriram o edital. Aqui está a ata e o edital, Sr. Presidente e Srs. Senadores, com todas as condições da empresa e as obras que ela teria feito: tudo conforme dita a lei dos editais.

O edital dizia que o responsável técnico devia fazer parte da empresa; e o Dr. Luiz Carlos Alves, um dos diretores da empresa, entregou o edital, cumprindo o que mandava a lei. Não satisfeita com isso, a Comissão de Licitação desclassificou três empresas que atendiam às exigências, mais do que aquela que foi contemplada. E consequentemente desclassificou a Engelpa, embora tenha atendido a todos os itens do edital, e classificou a outra empresa que não atendia ao mesmo. Eis aí a razão de toda essa celeuma, de todas essas

denúncias levianas publicadas em todos os jornais da imprensa nacional.

Quando a empresa Engelpa foi desclassificada — irregularmente desclassificada — ela entrou com uma ação judicial — para que se cumprisse o que estava no edital.

O então diretor da Fundação Nacional de Saúde, no Estado de Rondônia, cancelou aquela licitação e dividiu-a em duas e entregou cartas-propostas para três ou quatro empresas.

A empresa que atendeu a todos os itens foi a Engelpa, de acordo com o edital de acordo com a lei.

Sr. Presidente, os documentos estão todos aqui: carta-proposta da Engelpa enviada à Fundação Nacional de Saúde, e o contrato. O jornal refere-se ao fato de que o contrato é reajustável, o que não é verdade; está aqui: contrato irrealistável.

Até hoje a empresa que iniciou os trabalhos não recebeu um centavo, cumprindo tudo e que manda a lei, conforme o edital. Todos os itens foram cumpridos.

Sr. Presidente, espero que a imprensa nacional noticie, com a mesma ênfase que deu a uma denúncia, a versão que estou dando hoje dos fatos: que o Presidente do Sindicato dos Servidores Federais não fez denúncia alguma e nem teria declinado o meu nome sobre favorecimento.

É preciso que se diga a verdade a esta Nação, é preciso que o povo seja informado da verdade para que não se jogue lama irresponsavelmente.

Sr. Presidente, estão aqui todos os documentos, fica mais uma vez o meu desafio, a qualquer um para que apontem um ato ilícito que eu tenha cometido durante toda a minha vida pública.

Não preciso de imunidade; não quero imunidade parlamentar.

Estou pronto, a qualquer hora, para dizer o que estou dizendo aqui.

É preciso, Sr. Presidente, que se tomem providências. O jornal diz que recebeu fax do Sindicato. O Sindicato diz que nunca fez essa denúncia. Onde está a verdade?

Um cidadão, jornalista, faz uma declaração enfática, como se verdadeira fosse. Peço a esse mesmo jornalista que dê a mesma ênfase que deu a sua denúncia, fazendo publicar a declaração daquele Sindicato.

Sr. Presidente, há uma coisa mais grave nesta ata. Quando a Comissão destituiu as três empresas, para que elas aceitassem a nova divisão, só a Engelpa não concordou, porque era irregular a decisão.

Leio um trecho:

“...pela análise e classificação, e sugerir pela Comissão que os envelopes das propostas, técnicas e propostas comerciais permanecessem em poder dos respectivos representantes da empresa por questões de duas semanas.”

Ora, Sr. Presidente, as empresas não atendiam às condições técnicas.

Proíbe o Decreto nº 2.300 que essas propostas fiquem com as empresas. Era isto o que queria da Comissão de Licitação: que as propostas ficassem com as empresas.

Foi contra essas irregularidades que a Engelpa entrou com uma ação judicial, que era direito seu, uma vez que a Comissão que estava julgando era uma comissão farricosa. Está aqui na ata. Não sou eu quem afirma. Está aqui na ata de concorrência. Não estou acrescentando uma vírgula!

Quem ler o Decreto nº 2.300 verá que esta ata está eivada de erros.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, trago a esta Casa e à Nação este meu pronunciamento e fico ao inteiro dispor da polícia Federal ou do Ministério de Justiça. O que pretendo agora é apurar os fatos!

O Sr. Jutahy Magalhães — Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ronaldo Aragão?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador Ronaldo Aragão, vejo com felicidade V. Ex^a na tribuna, tomando essa atitude neste instante, mostrando que abre mão de qualquer imunidade para que os fatos sejam apurados. Mais do que isso, nobre Senador, V. Ex^a apresenta documentos que mostram uma notícia, no mínimo, apressada; eu diria infundada.

Qual o conteúdo do documento que estava em mãos de V. Ex^a e que leu para os seus Colegas? O Sr. Delegado da Polícia Federal declarou que não mencionou, em nenhum momento, o nome de V. Ex^a E, mais ainda! Hoje, vim para o Senado com a disposição de manifestar descontentamento pelas notícias que o Sr. Delegado está divulgando a respeito de Parlamentares, mas, no documento que enviou a V. Ex^a, o Sr. Delegado declarou que não se referiu a qualquer Parlamentar! Então, Sr. Senador, V. Ex^a traz também a notícia de que o Sindicato dos Servidores de Rondônia afirma peremptoriamente que nada protestou, nada denunciou a respeito de qualquer participação de V. Ex^a

O SR. RONALDO ARAGÃO — O Sindicato disse que denunciou a Fundação Nacional de Saúde, que nunca se referiu a nomes. O seu Presidente nem me conhece!

O Sr. Jutahy Magalhães — Nobre Senador, esse fato tem realmente de ser apurado. Precisamos saber de onde partiu e em nome de quem foi feita a denúncia, pois afirmaram ter sido o delegado ou o presidente do sindicato. Se os dois desmentem, de onde partiu a informação? Isso também deveria ser apurado.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Exatamente.

O Sr. Jutahy Magalhães — Parabenizo a V. Ex^a, pois sou daqueles que voto para que o Senador também possa responder na Justiça a respeito dos seus atos. Vejo que V. Ex^a não se esconde atrás de uma imunidade, por isso pode ter a certeza de que pelo menos eu fiquei satisfeito de vê-lo hoje, na tribuna, dando essas informações e manifestando-se a respeito das acusações que recebeu. É muito desagradável sermos, de vez em quando, levados a isso. Declaro sempre que, quando um parlamentar ou um político tem a preocupação de se defender, não o faz para os seus adversários, porque eles sempre aproveitarão a notícia contra V. Ex^a hoje. A sua defesa é para aqueles que querem conhecer a verdade e para dizer que V. Ex^a merece a confiança dos seus amigos. Portanto, fico feliz de ouvi-lo nesta tarde.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães. Concorço quando diz que não se precisa de imunidade. Votarei a favor da retirada das imunidades. Já estava preparado para isso, Senador, quando fiz um levantamento na Secretaria, na SAF, e esse órgão forneceu-me o valor, a relação dos funcionários públicos federais

do Estado de Rondônia e seus salários, porque isso era um mistério. Distribuí essa listagem a todos os funcionários públicos federais do Estado. Hoje estão sabendo quanto percebem, cada um na sua categoria. Isso criou problemas por parte da Oposição contra a minha pessoa. Já estava eu preparado, porém para esse tipo de leviandade: pretende-se transformar isso em uma verdade.

Está aqui uma relação dos funcionários públicos federais do Estado de Rondônia à disposição, que nunca sabiam quanto ganhavam. Fomos à Secretaria de Administração Pública Federal, conseguimos isso e distribuímos no Estado. Todos os sindicatos de funcionários estão sabendo quanto ganham.

Não será, entretanto, com denúncias levianas desse quilate, que vão me calar.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um parte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço meu nobre Líder, Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena : V. Ex^a faz muito bem em assomar a essa tribuna para se defender das acusações que lhe foram assaçadas, e, segundo V. Ex^a o comprova, levianamente. V. Ex^a iniciou seu pronunciamento dizendo que estava pronto a abrir mão das suas imunidades. Com isso, V. Ex^a, quis colocar bem claro a sua disposição em ver toda essa denúncia devidamente apurada. V. Ex^a procurou se situar na linha de "quem não deve, não teme", porque sabe V. Ex^a que as imunidades são irrenunciáveis, são prerrogativas do Senador e do Deputado. Penso que V. Ex^a pretendeu apenas anunciar que, se por um acaso prosperasse essa denúncia contra sua pessoa, e V. Ex^a viesse a ser indiciado futuramente num inquérito — o que acredito não acontecerá, pelo que acaba de demonstrar preliminarmente —, nessa hipótese V. Ex^a solicitaria a que todos nós votássemos uma licença para que V. Ex^a fosse processado e pudesse se defender e provar a sua inocência. V. Ex^a tem portanto, a postura de um homem de bem, e de um político que tem a consciência tranquila do dever cumprido. É preciso, como bem acentuou o nobre Senador Jutahy Magalhães, que se investigue como nasceu essa notícia divulgada de uma maneira tão rápida pelos meios de comunicação a ponto, nobre Senador Ronaldo Aragão, de quatro nomes de Deputados Federais serem divulgados pela imprensa escrita, falada e televisada. Foram quatro Deputados Federais e um Senador — cujo nome não teria sido mencionado, porque a Polícia Federal o manteria em sigilo. Ora, V. Ex^a, pelo documento que leu, provou cabalmente que, a julgar pelo que diz o Delegado, cujo nome V. Ex^a mencionou, essa informação não partiu da Polícia Federal, que, em nenhum momento, segundo o Delegado, mencionou nome de qualquer Parlamentar envolvido em irregularidades na Fundação Nacional de Saúde. Parece-me, então, que é realmente alguém, que não se pode no momento identificar, por trás de tudo isso, tentando atingir o Congresso Nacional, e as instituições democráticas, de um modo geral.

Quero louvar a atitude de V. Ex^a e dizer que estamos acompanhando, com interesse, toda a sua defesa.

A acusação, como V. Ex^a deixa muito claro, não tem base na realidade dos fatos. E não é a primeira vez que V. Ex^a é alvo de difamação. Quando estava para ser escolhido Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, V. Ex^a incluído entre aqueles Senadores e Deputados que teriam conseguido carimbar verbas pelo poder Executivo antes que a proposta chegasse ao Congresso,

teve que se defender não só no seio da sua Bancada como neste plenário. Creio ser esse o caminho certo. Assim como o Senador Jutahy Magalhães, eu e os seus companheiros de bancada sentimo-nos satisfeitos com essa decisão, porque não poderia ser outra a atitude de um homem digno, de um parlamentar cioso dos seus deveres que merece toda a nossa solidariedade.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço o apoio de V. Ex^a, nobre Líder Humberto Lucena.

Volto a afirmar que não usarei da imunidade parlamentar para me defender. Se houver denúncia, que se apure às últimas consequências, pois, como diz o ditado "quem for podre que se quebre". Inclusive, já afirmei à Superintendência da Polícia Federal daqui e à de Rondônia que desejo ver o caso esclarecido.

Não é possível que a imprensa publique, Sr. Presidente, com todo esse estardalhaço, uma denúncia anônima, através de um fax, uma vez que o Presidente do Sindicato negou ser o autor, nem mesmo nominou qualquer parlamentar ou empresa. Entretanto a imprensa alardeia, nos quatro cantos deste País, o favorecimento a empreiteiras, quando os documentos públicos comprovam que todos os itens da concorrência foram atendidos. Desconheço o mecanismo de licitação e não posso aceitar que um jornalista noticie uma informação sem precedentes.

É preciso que se descubra a verdade e que a imprensa a publique.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, assumo a minha responsabilidade, sem medo. Mas não posso admitir esse tipo de notícia. Vamos apurar a verdade.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permito-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ronaldo Aragão?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Considero da maior importância, Senador Ronaldo Aragão, que V. Ex^a tenha vindo à tribuna para esclarecer o fato assinalado pela imprensa. Cumprimento-o, também, por sua atitude de abrir mão de qualquer imunidade parlamentar, convidando as autoridades competentes para que seja feita a apuração completa deste caso. Ainda hoje, o Presidente Mauro Benevides, em atitude muito firme, tornou pública a seqüência de medidas para que não se permita, de forma alguma, que, no Congresso Nacional, haja qualquer tráfico de drogas. Mas, em verdade, um dos problemas maiores que tem preocupado opinião pública brasileira tem sido um outro tráfico, presente muitas vezes, no âmbito do Congresso Nacional: o tráfico de influências.

Existe aquela ação da influência parlamentar, que é legítima, em que, por exemplo, o Parlamentar, seja qual for o seu Estado, falando sobre qualquer região do Brasil, coloca ao Poder Executivo a sua informação sobre prioridades que avalie como adequadas e importantes. Cabe ao Poder Executivo, entretanto, em inteiração com o Congresso Nacional, exatamente por ocasião do exame da mensagem orçamentária, avaliar as prioridades que devem ser levadas em conta. Como são muitas as indicações feitas pelo Poder Executivo, pelo conjunto dos parlamentares, até se torna difícil essa tarefa.

Quando Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, V. Ex^a teve a oportunidade de acompanhar de perto a complexidade dessa problemática,

ou seja, como administrar, como medir o que é mais prioritário, seja um hospital de Cacoal em Rondônia, seja uma obra de saneamento na Bahia, seja uma ponte em Pernambuco, seja a destinação de recursos para a reforma agrária no Rio Grande do Sul e assim por diante. Nesse sentido acredito tenha havido, diante da demanda de inúmeros parlamentares, um certo avanço dos trabalhos da Comissão presidida por V. Ex^a, especialmente ao longo do segundo semestre do ano passado. Mas nem tudo ficou completo, Senador Ronaldo Aragão. Inclusive hoje, estou encaminhando ao Presidente Mauro Benevides um ofício, porque me parece que a responsabilidade de V. Ex^a como Presidente daquela Comissão estaria concluída...

O SR. RONALDO ARAGÃO — Será concluída em 15 de março.

O Sr. Eduardo Suplicy — Assim sendo, com vistas a uma melhor análise do Orçamento da União para o ano de 92, no que concerne aos critérios de destinação de recursos por estados e municípios, cabe-me a responsabilidade de também transmitir a V. Ex^a a solicitação, já feita, oralmente, durante as reuniões da Comissão, de um demonstrativo, com base na redação final, do volume de recursos de cada órgão, a sua distribuição por estado e município, em termos globais e per capita, se possível, utilizando os dados coletados no último senso efetuado pelo IBGE, através do Prodases. E como já havia feito essa solicitação e ainda não pude ser atendido, estou encaminhando, nesta tarde, ofício ao presidente Mauro Benevides para que, como Presidente do Congresso Nacional, autorize o Prodases a fornecer-me esses dados. Considero, Senador Ronaldo Aragão, ser esse um dado fundamental para que possamos ter melhor consciência do trabalho que foi realizado na Comissão. Apreciaria muito que V. Ex^a pudesse apoiar essa solicitação junto ao Senador Mauro Benevides. Já consultei o Prodases sobre a possibilidade de ficar pronto até o dia 15 de março, pois é necessário elaborar um programa.

Espero que seja possível; trata-se de um importantíssimo instrumento de análise, até para que tenhamos elementos significativos para que o trabalho de elaboração do orçamento de 93 seja ainda melhor elaborado. Certamente poderá contribuir para que o Congresso Nacional avance no sentido de conscientizar todos do direito que cada um tem fazer indicações, seja do hospital de Cacoal ou de qualquer outro. Mas que é preciso levar em consideração as necessidades do País, das regiões mais desenvolvidas às mais pobres, no sentido de, como pressupõe a Constituição, melhorar a distribuição da renda e da riqueza. Precisamos ter critérios com relação ao acréscimo de recursos que devem ir para os Estados mais pobres em detrimento dos mais ricos, e assim por diante. Então, quero reiterar a V. Ex^a a importância de dispormos desses dados o quanto antes. Estou certo de que o apoio de V. Ex^a, que presidiu os trabalhos da Comissão de Orçamento, em colaboração com o Presidente do Senado, será fundamental para o nosso intento de receber essas informações o mais breve possível. E termos informações no sentido de que o Prodases irá utilizar-se dos mais modernos recursos para realizar esse trabalho.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Senador Eduardo Suplicy, nos empenharemos no sentido de encaminhar essa solicitação de V. Ex^a e, agradecemos a sua solidariedade para com este Senador.

O Sr. Esperidião Amin — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Ex^a, Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Gostaria de registrar, Senador Ronaldo Aragão, a minha observação de aplauso à atitude de V. Ex^a em assomar a tribuna. Das palavras de V. Ex^a permito-me destacar duas observações, com as quais o meu juízo, mais do que se compadecer, se rejubila. A primeira é a declaração de V. Ex^a acerca da disposição de enfrentar o esclarecimento da questão hoje suscitada pelo noticiário abordado por V. Ex^a, de peito aberto, como um cidadão. Entendo que essa sua declaração, mais do que uma intenção, é um enunciado que deve ser enaltecido por mim como cidadão que sou. E a segunda observação, que creio valiosa e já registrada há pouco pelo nobre Senador Jutahy Magalhães é acerca da correspondência que lhe foi endereçada pelo Delegado de Polícia Federal, Sr. Nício Lacorte, que, conforme V. Ex^a tornou pública, enuncia que o seu nome em momento algum acudiu ao processo, ou seja, na linguagem processual e judicial, o que não existe nos autos não existe, no mundo. E a informação que V. Ex^a nos traz é tão valiosa quanto o enunciado da sua disposição a que já me referi. Receba, portanto, a minha manifestação de solidariedade como seu par ao gesto de V. Ex^a e à esperança de que essas notícias venham a ser aclaradas para o bem de V. Ex^a, do Estado que V. Ex^a representa e, de um modo geral, desta Casa Legislativa. E faço questão de deixar este registro absolutamente apartado de qualquer circunstância aqui abordada pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, relacionada à questão da Comissão de Orçamento. Não integro a referida Comissão e em nenhum momento procurei V. Ex^a para tratar de qualquer assunto, o que seria até válido tratar. Faço, portanto, essa observação de forma desinteressada e dissociando a figura de V. Ex^a do Presidente da Comissão de Orçamento, associação esta que em nada contribui, na minha opinião, para a compreensão do objetivo que V. Ex^a tinha e tem ao assomar a tribuna desta Casa. Isto posto, faço questão de deixar consignado, neste momento, mesmo não sendo o seu correligionário político a demonstração da minha esperança de que o aclaramento dessa situação se faça, a bem do maior de todos os bens que uma sociedade pode cultuar, que é a verdade. Muito obrigado.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Esperidião Amin, essa deferência feita a minha pessoa e reitero que estou aqui para responder a qualquer indagação, inclusive a judicial, desprovido da chamada imunidade parlamentar. E quero, aqui, de público, deixar registrado nos Anais da Casa o meu agradecimento pela solidariedade do Sr. Governador do meu Estado, Oswaldo Pianna, meu adversário político, quando soube dessa notícia através da imprensa. Agradeço também, a solidariedade de todos os companheiros desta Casa.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Ronaldo Aragão, desejo cumprimentar V. Ex^a pela atitude que está tomando. É a atitude dos homens que não temem porque não devem. O Jornal do Brasil, de hoje, não menciona o nome de V. Ex^a — faz referência a um Senador.

O SR. RONALDO ARAGÃO — É verdade...

O Sr. Chagas Rodrigues — Mas um jornal de Brasília menciona o nome de V. Ex^{er} e, o que é mais grave: dois programas transmitidos por emissora de televisão, levados a todo o País, através de cadeia, mencionaram, hoje, pela manhã, o nome de V. Ex^{er}. Bastaria V. Ex^{er} chegar, aqui, e dizer: "não tenho nenhuma ligação, não disponho de firma e não pleiteei a ninguém que nenhuma firma fosse favorecida, não estou envolvido em qualquer processo de anulação de concorrência. V. Ex^{er} bastaria negar. Porque ninguém é obrigado a provar a própria inocência. Isso vem do Direito romano. Ao acusador é que compete o ônus da prova. Mas V. Ex^{er} pede que o assunto seja esclarecido, diz que está disposto a prestar qualquer informação, nega inteiramente o fato. De modo que a atitude de V. Ex^{er} é mais do que correta, porque traz fatos que levam, de plano, a rejeitar-se a denúncia. Porque V. Ex^{er} diz que a empresa existe há mais de dez anos e é de um parente.

O SR. RONALDO ARAGÃO — É verdade!

O Sr. Chagas Rodrigues — V. Ex^{er}, contraria o que diz o *Jornal do Brasil*, de hoje, nos seguintes termos:

"Uma licitação realizada pela Delegacia da Fundação Nacional de Saúde, de Rondônia, apurou os indícios."

Em seguida diz:

"Desta vez, a denúncia envolve um Senador, cujo nome é mantido em sigilo pela Superintendência da Polícia Federal em Rondônia."

V. Ex^{er} traz um pronunciamento do Superintendente da Polícia Federal em Rondônia, dizendo que o nome de V. Ex^{er} não está envolvido em coisa alguma, bem como o de nenhum Senador. De modo que quero cumprimentar V. Ex^{er}. Essa era realmente a atitude que aqueles que o conhecem e o admiram esperavam de V. Ex^{er}. Meus parabéns.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Senador Chagas Rodrigues, quero agradecer a deferência de V. Ex^{er} à minha pessoa.

É verdade, os jornais estamparam a notícia, e, aqui, quando V. Ex^{er} se refere ao delegado Nilson Brasil Lacorte, ele diz, em derradeiro:

"Até esta data, ninguém se referiu ao seu nome, nos fatos que apuramos".

Os jornais dizem que é declaração do delegado.

É preciso que se apurem as coisas verdadeiramente.

Está aqui um documento da Polícia Federal que diz existirem denúncias contra a Fundação Nacional de Saúde em Rondônia, as quais vão ser apuradas. Tudo muito bem, é preciso que se apure. Mas sou enfático, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quanto ao meu nome. Está aqui a declaração.

Agradeço a V. Ex^{er} pela deferência e aos Srs. Senadores pela solidariedade. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece que, ao circularem os jornais e ao serem veiculadas notícias na televisão, envolvendo o nome do Senador Ronaldo Aragão, de Rondônia, tentou obter algumas informações com o ilustre representante daquele Estado do Norte, mas S. Ex^{er} anunciou que ele próprio, na tribuna do Senado Federal, faria sua defesa e apresentaria os documentos comprobatórios de sua atuação correta na vida pública.

Anunciou também ao Presidente que iria despir-se das imunidades parlamentares para, em qualquer tipo de processo, apresentar-se como cidadão comum, sem necessidade de foro privilegiado para apreciação da matéria. Foi o que disse, ao meio-dia de hoje, o Senador Ronaldo Aragão, e o fez agora publicamente ao ocupar a tribuna do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYC (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, leio, primeiramente, o ofício encaminhado ao Sr. Presidente, nos seguintes termos:

"Considerando a importância de podermos dispor de elementos com vistas a uma melhor análise no Orçamento da União para o ano de 1992, no que concerne aos critérios de destinação de recursos para os estados e municípios, por número de habitantes e por sua alocação nos diversos órgãos federais, venho solicitar-lhe seja autorizado ao Prodasen fornecer-me um demonstrativo, com base na redação final do Orçamento para este exercício, do volume de recursos de cada órgão, destinado a cada estado e município brasileiro, em termos globais e *per capita* e, se possível, já utilizando os dados coletados no último censo efetuado pelo IBGE.

Certo de sua atenção, aproveito para renovar-lhe protestos de estima e consideração".

Também, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou encaminhando, agora à tarde, ofício ao Exm^{er} Dr. Marcílio Marques Moreira, DD. Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, nos seguintes termos:

Sr. Ministro:

Considerando as notícias veiculadas neste domingo, dia 23 de fevereiro de 1992, no jornal *Folha de S. Paulo*, às páginas 1-8 e 1-9 — e também as notícias publicadas na semana anterior, no dia 19 de fevereiro, pela revista *Veja*, em matéria denominada "Dossiê Explosivo" — as quais relatam a expansão dos negócios do Sr. Paulo Cesar Farias, seus familiares e funcionários, apesar da recessão em que o País se encontra;

Considerando os grandes investimentos, não só em empresas como também na construção da residência do Sr. Paulo Cesar Farias, tratada no noticiário como sendo a mais cara de Maceió, sem uma clara contrapartida da procedência dos recursos utilizados;

Venho solicitar-lhe seja determinado à Receita Federal a realização, no mais curto prazo possível, de auditorias nas empresas e pessoas físicas citadas na referida reportagem.

Certo de sua atenção, aproveito para renovar protestos de estima e consideração."

Não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, diante da matéria, antes publicada na *Veja* e agora na edição do último domingo da *Folha de S. Paulo*, e levando em conta todo o noticiário que há tempos a imprensa, seja *O Estado de S. Paulo*, seja *Jornal da Tarde*, seja *Jornal do Brasil* e o *O Globo*, que, de quando em quando, publicam matérias sobre a grande influência do Sr. Paulo César Farias sobre o que se passa no âmbito do Governo. Em vista dessas reportagens que denotam o enriquecimento extraordinário desse

empresário, acredito que seja importante as autoridades responsáveis pela Receita Federal realizarem um exame acurado, para que se possa esclarecer se houve legitimidade na forma segundo a qual enriqueceu tanto o Sr. Paulo César Cavalcanti Farias, denominado pela *Folha de S. Paulo* de "fénix alagoano". Durante a ascensão do Presidente Fernando Collor de Mello, em dois anos, segundo explicam os repórteres Gustavo Krieger, Elvira Lobato e Ari Cipolla, da *Folha de S. Paulo*, o empresário montou um jornal, abriu uma concessionária, tem expandido seus negócios em São Paulo, ainda que em 1983 estivesse em dificuldades financeiras. Sua empresa, a Tratoral, havia entrado em concordata. Criou, então, a Florigri, com incentivos fiscais para a plantação de côco, no norte de Alagoas.

Em 1984, o empresário Paulo César Cavalcanti Farias liquidou a sua empresa Planal — Planejamento e Assessoria de Alagoas Ltda. —, em virtude de prejuízos consecutivos. Em 1989, liquidou mais uma empresa, a Terral — Terraplanagem de Alagoas — por prejuízos, mas registrou uma nova, a Empresa de Participações e Construções — EPC — com o mesmo endereço da Tratoral. Em 1987, o Banco Central proibiu o Sr. Paulo César Cavalcanti Farias de operar com crédito rural, em função de irregularidades na Tratoral, em 1982. Em 1988, ele registrou a Brasil Táxi Aéreo, em Maceió. Em 1989, foi o tesoureiro da campanha de Fernando Collor à Presidência, época em que construiu a maior casa de Maceió. Em 1990, conseguiu pagar suas dívidas junto ao Banco Central, saindo da lista negra. Em 1991, comprou a *Tribuna de Alagoas*. Investiu 5 milhões de dólares no Jornal. Em 1992, a Brasil Jet comprou um avião por 10 milhões de dólares, através dos irmãos, montou uma revendedora Fiat em Maceió; registrou uma nova empresa em São Paulo — a Verax, e é apontado como o próximo revendedor Fiat, em São Paulo.

Trata-se, portanto, de uma verificação das razões pelas quais tem sido possível, em meio à recessão da economia, o enriquecimento extraordinário de uma das pessoas mais ligadas ao Presidente Fernando Collor de Mello. Aliás, não é a única pessoa, em que pese a recessão vivida no País, que enriquece muito rapidamente.

A *Folha de São Paulo*, traz hoje também a informação sobre a forma através da qual os amigos do Presidente Fernando Collor recebem 61% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Quase 2/3 dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Distrito Federal, no ano passado, foram para as Construtoras Paulo Octávio e Grupo OK, respectivamente do Deputado Paulo Octávio Pereira e Luís Estevão de Oliveira Neto, ambos do círculo de amigos do Presidente Fernando Collor. Isto já havia sido detectado há alguns meses por mim quando, examinando a destinação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em virtude do Requerimento de Informações que havia solicitado, eu estranhei esse procedimento. À época, o Deputado Paulo Octávio teve até a gentileza de vir ao meu gabinete para mostrar que, pelo menos, aqueles recursos que S. Ex^e havia levantado junto à Caixa Econômica Federal estavam, de fato, sendo objeto de empreendimento realizado numa das cidades-satélites aqui de Brasília: o Gama. Trouxe-me as fotos do empreendimento, explicando que havia mais de mil trabalhadores sendo empregados naquela obra. Disse a S. Ex^e que havia perguntado ao Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Alvaro Mendonça, sobre esse empréstimo, dada a coincidência da notícia desse grande empréstimo com a de que o Deputado Paulo Octávio estaria para adquirir as ações da TV MAN-

CHETE. Na ocasião, S. Ex^e informou-me de que teria desistido de adquirir a *Rede Manchete de Televisão*. Mas, ressalto que, nesses últimos dias, a imprensa noticiou novamente que S. Ex^e estaria disposto a adquirir aquela rede de televisão.

De sorte que seria necessário que fizéssemos um aprofundamento da análise sobre como têm sido aplicados os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da importância de haver critérios adequados de prioridade social em tais aplicações.

Em relação aos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, no Distrito Federal, quero ressaltar que, examinando os dados, chegamos às seguintes informações:

“A Construtora Paulo Octávio e o Grupo OK (Luís Estevão) foram contemplados com empréstimos no valor de Cr\$33 bilhões (3.634.285 UPF) e Cr\$10 bilhões (1.109.069 UPF), respectivamente. O primeiro empréstimo destina-se à construção de 1.392 unidades habitacionais, a um valor médio de Cr\$23,7 milhões cada uma; o segundo empréstimo destina-se à construção de 424 unidades habitacionais, a um valor médio de Cr\$23,8 milhões cada uma.

“No caso destes financiamentos, dentro do “Programa do Empresário Popular”, fica evidente a utilização de recursos do FGTS para habitações que contemplarão um segmento de mercado que não é aquele de baixa renda. Neste programa as habitações são comercializadas pelo valor de mercado, sendo que o excedente em relação ao valor financiado tem que ser custeado pelo adquirente, o que elevará ainda mais a faixa de renda necessária para os adquirentes das habitações”.

Trata-se de habitações tipicamente de classe média, mas de classe média de renda não tão alta. Então, não se está dando prioridade, no caso, ao segmento de mais baixa renda.

A prioridade na aprovação desses projetos é bastante contestável quando observamos que foi aprovada pelo Ministério da Ação Social e ainda não contratada pela Caixa Econômica Federal a construção de 6 projetos da Cohab, do Governo do Distrito Federal, que totalizam 1.400 unidades habitacionais a um valor médio de 5,9 milhões de cruzeiros, obviamente, caracterizados já como habitações destinadas à população de mais baixa renda.

“Quais foram os critérios adotados pela Caixa Econômica Federal que fazem com que habitações para população de baixa renda, construídas pelo poder público, sejam deixadas de lado, em favor de construção de habitações para faixas de renda elevada?

Com os recursos destinados à Construtora Paulo Octávio e ao Grupo OK seria possível a construção de 7.200 unidades pela Cohab do Governo do Distrito Federal, ao invés das 1.816 unidades construídas pelos grupos citados acima.”

Há um ponto a mencionar, Sr. Presidente, Srs. Senadores: o do descumprimento da Resolução nº 26/91, aprovada pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

No Distrito Federal os empréstimos destinados à população de renda elevada consumiram 80% dos recursos aplicados (Plano Empresário Popular — PEP mais Cooperativas).

A Resolução nº 26/91 limitou a destinação de apenas 9,2% do total de recursos para financiamento aos grupos de renda elevada. Entre os 80% destinados à faixa superior de rendimentos e os 9,2%, aprovados pelo Conselho Curador, há um flagrante desrespeito à referida Resolução.

O descumprimento da Resolução 26/91 pode ser constatado quando comparamos o orçamento de 91 com o realizado

pela CEF e o Ministério da Ação Social. No orçamento, as habitações com custos até 1.100 UPF (Cr\$10 milhões) totalizariam 331.860 unidades, sendo que o realizado pela CEF foi a contratação de 260.309 unidades, ou seja, 81% do orçado. Já com relação às faixas de renda entre 1.100 e 2.800 UPFs (Cr\$25,5 milhões), que são realizadas através do PEP e Cooperativas (instituições privadas), o valor orçado era para 90.097 unidades enquanto que o realizado pela CEF totalizou 98.628 unidades, ou seja, 10% a mais do que estipulava a Resolução nº 26/91 do Conselho Curador.

Aqui, Sr. Presidente, há um aspecto importante: em que medida aqueles que estão no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço estão lá para realmente influenciar as decisões quanto à aplicação dos recursos que, nominalmente, são dos trabalhadores brasileiros?

O Conselho Curador é formado por representante dos empresários, dos trabalhadores e do Governo. Mas, se nas Resoluções do Conselho Curador — onde os representantes, das principais centrais sindicais como a CGT, a CUT, a Força Sindical, têm-se empenhado para conhecer melhor como são aplicados esses recursos — e a voz deles não tem sido respeitada e ouvida, como ficamos?

Vamos passar à análise de algumas aplicações no Estado de S. Paulo.

O Sr. Affonso Camargo — Permite V. Ex^ª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY — Com prazer, ouço V. Ex^ª

O Sr. Affonso Camargo — Antes que V. Ex^ª passe a falar de São Paulo, quero apartá-lo sobre sua preocupação de ordem genérica. V. Ex^ª deve ter tido conhecimento, porque é um atento acompanhante de tudo o que acontece no País, que o meu Partido, na medida em que o Governo resolreu pela primeira vez abrir-se à participação dos Parlamentares, julgou que essa era uma hora oportuna para dar um voto de confiança ao Governo. E não só dar um voto de confiança, como também uma ajuda ao Governo para que ele possa fazer as coisas da maneira mais correta, e principalmente no combate à corrupção. V. Ex^ª sabe que o Presidente da República sempre colocou isso e vem reiteradamente dizendo que o que depender do Governo vai ser feito para que se combatam a corrupção, para que haja transparéncia. Queremos colocar isso na prática e V. Ex^ª se refere ao problema habitacional. Hoje está na Secretaria Nacional de Habitação um ex-Presidente do CREA do meu Estado, candidato pelo meu Partido a Deputado Federal, suplente do meu Partido, portanto alguém que não é um puro tecnocrata, é um homem que tem sensibilidade política, que já se colocou na chuva das eleições para se molhar. Acredito que V. Ex^ª não o conheça ainda, mas vai conhecê-lo, tenho interesse que isso aconteça, porque V. Ex^ª não vai precisar mais fazer pedidos de informações. Aquela Secretaria está absolutamente aberta aos Parlamentares, ao Senado, à Câmara, para dizer tudo o que está acontecendo lá. Ele tem uma noção muito clara de que o FGTS é formado com recursos dos trabalhadores que devem ser destinados às casas populares para as pessoas de menor renda. Ele tem absoluta consciência disso. Eu, inclusive, disse a ele que procurasse o quanto antes fazer um contato com os realmente com os representantes dos trabalhadores, para mostrar-lhes todos os dados que tem. Ainda não tem todos, mas está procurando coletá-los, exatamente para fazer com que a administração seja mais transparente — administração trans-

parente é democrática, porque a democracia é transparéncia de Governo — para que procuremos conduzir esses recursos no sentido de que, com os recursos existentes, possamos construir o maior número possível de moradias para as pessoas de baixa renda. Isso significa não desviar esses recursos para as pessoas de maior renda, procurando também fazer cada casa pelo menor custo possível. Se se diminui em 10% o custo de uma casa, poder-se-á construir 10% a mais de moradias. Quero informar a V. Ex^ª que o Dr. Ivo Mendes Lima — estou autorizado por ele a dizer isso — está à disposição do Congresso Nacional para tornar totalmente transparente a sua administração e criar um canal de diálogo permanente. Ele também quer ajuda, quer fazer aquilo que deve ser feito, naturalmente o que acreditamos que deve ser feito, porque somos os fiscais do dinheiro público. Era isso que eu queria aduzir ao pronunciamento de V. Ex^ª, porque, realmente, é esse um setor dos mais importantes do País.

O SR. EDUARDO SUPILCY — Agradeço pelas palavras de V. Ex^ª, Senador Affonso Camargo, e o cumprimento por estar colocando que as diretrizes do Sr. Ivo Mendes Lima são, agora, no sentido de dar prioridade real à habitação popular e de procurar ouvir aquilo que tem sido colocado pelos membros Conselho Curador.

O Sr. Douglas Bravo, da CUT, por exemplo, que deu essa informação ou jornal *Folha de S. Paulo*. Os representantes da CGT e da Força Sindical, têm também realizado um esforço muito grande nesse sentido. Em primeiro lugar, para obter todas as informações e, em segundo, para analisá-las e, agora, também para influenciar no que seria o mais adequado.

No caso de São Paulo, vou observar, Senador Affonso Camargo, há também algumas distorções.

“Aplicações no Estado de São Paulo:

A questão da prioridade na aplicação de recursos na área de habitação fica agravada quando constatamos que durante o ano de 1991 no Estado de São Paulo foram solicitados 334 empréstimos, em 137 municípios, destinados a 90.031 unidades, totalizando um montante de empréstimos no valor de 146 milhões de UPF (equivalente a Cr\$1,33 trilhão). Destes empréstimos solicitados, foram contratados pela CEF 108 projetos, em 57 municípios, destinados a 39.429 unidades habitacionais no valor de 54 milhões de UPF (Cr\$491 bilhões), ou seja, apenas 36% da demanda foi atendida, englobando 41% dos municípios (80 municípios não foram contemplados).

Isso pode ser verificado tanto na velocidade de aprovação dos projetos quanto no número destes.

A Cohab de Bauru (ligada a “Euclides de Mello”) demorou, em média, entre a solicitação e a contratação na Caixa, 97 dias para contratar um total de 23 projetos. Já a Cohab de Araçatuba demorou em média 96 dias para contratar um total de 47 projetos. Enquanto isso, a Cohab de São Paulo teve que esperar 120 dias para ser contemplada com um único projeto em 1991. É importante ressaltar que a cidade de São Paulo é responsável pela arrecadação de aproximadamente 30% do total de recursos do FGTS.

O mesmo desequilíbrio pode ser constatado quando comparamos a percentagem de projetos aprovados com relação ao solicitado. A Cohab de Araçatuba durante o ano de 1990 foi responsável por 24% do total de solicitações enquanto teve aprovado 26%. Durante o ano de 1991 a mesma entidade foi responsável por 13% das solicitações, tendo uma participação de 10% das aprovações para os estados. Com relação

à Cohab de Bauru durante o ano de 1990 foi responsável por 12% das solicitações tendo uma aprovação de 11%.

Quando comparamos com a Cohab de São Paulo que apresentou no ano de 1991 um total de 34 projetos que respondem por 4% do total de solicitações, teve aprovado apenas dois projetos, quando incorporamos, inclusive aqueles destinados à região metropolitana.

Podemos identificar que algumas construtoras privadas tiveram participações significativas nas contratações, como exemplo podemos citar: Argon Comércio Construções Ltda., que para seus projetos próprios, conseguiu a participação em 3% do total de contratações no Estado de São Paulo (sendo responsável por apenas 1% das solicitações). É estranho também que esta construtora que é sediada em Brasília esteja construindo conjuntos habitacionais nas cidades de Itapetininga, Monte Mor e São José dos Campos, sendo todos esses projetos aprovados pela Superintendência da CEF em Campinas. Claro que uma empresa de Brasília poderia atuar em todo o Brasil, não há algum relacionamento estranho que ocorre, exatamente, com a Caixa Econômica Federal em Campinas.

Este mesmo exemplo pode ser aplicado para a Construtora Via Engenharia, sediada em Brasília, que está construindo conjuntos nas cidades de Aguaí, Charqueada, Itararé, Leme, Piedade; Pirassununga, Santa Gertrudes e Santa Bárbara do Oeste; municípios estes que são áreas de influência da Superintendência de Campinas. Com os mesmos localizados muito próximos daquela cidade.

Já a Master Incosa, sediada em Fortaleza — Ceará, que conseguiu eficiência de 100% na aprovação de seus projeto pela CEF (3% do total de aplicações no Estado), está construindo conjunto nas cidades de Campinas, Sorocaba e Sumaré.

Conclusão: os recursos do FGTS que são de propriedade de todos os trabalhadores brasileiros, inclusive aqueles com rendimento de apenas um salário mínimo estão sendo aplicados com total falta de critérios compatível com os benefícios sociais dos projetos. Há que haver uma relação de custo benefício claramente transparente e justificado. Os dados aqui apresentados confirmam que existe um claro favorecimento seja ele de natureza política ou empresarial na aplicação dos recursos do trabalhador brasileiro. Voltaremos a este assunto com a análise dos projetos financiados para saneamento e infra-estrutura que apresentam distorções semelhantes aqui relatadas.

Precisamos, Sr. Presidente, evitar que projetos sejam aprovados, não simplesmente porque têm a palavra, o aval do Olimpo, isto é, lá do Palácio do Planalto, ou o aval que significa a pressão de certas construtoras, de certas empresas, que têm influência especial em alguns segmentos, seja no Ministério da Ação Social — e aqui falo do período anterior ao Ministro Ricardo Fiúza — e é necessário que haja uma mudança de procedimentos, neste aspecto — seja no âmbito da Caixa Econômica Federal.

Concluo, Sr. Presidente, informando que levarei, pessoalmente, a análise, que hoje faço aqui, ao Ministro Ricardo Fiúza, para que Sua Excelência tenha melhor ciência desses dados.

Solicito, Sr. Presidente, que sejam também anexado ao meu pronunciamento, os documentos a que me referi.

Muito obrigado.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
EDUARDO SUPLICY EM SEU DISCURSO:*

Folha de S. Paulo

Domingo, 23-2-92

“Fénix alagoana”

IMPÉRIO É CONSTRUÍDO EM MEIO À RECESSÃO

Ex-tesoureiro de Collor, saiu de concordatas em 83 e 84 e foi proibido pelo Banco Central de obter crédito em 87

Paulo César Cavalcanti Farias, o “PC”, está montando um império econômico em meio à crise do país. Constrói, em Maceió (AL), a maior concessionária Fiat do Nordeste, a Favel Veículos.

Ao mesmo tempo, lança o diário **Tribuna de Alagoas**; incorpora um jato de US\$10 milhões (Cr\$15,3 bilhões pelo câmbio livre) à frota de sua empresa de táxi aéreo — a Brasil Jet — e abre, em São Paulo, uma empresa — a Verax — com previsão em seus estatutos de ter filiais no exterior.

O investimento na concessionária em Maceió é calculado em US\$4 milhões (Cr\$6,1 bilhões) por empresários do setor.

Os concessionários da Fiat têm como certo que PC será também revendedor autorizado em São Paulo, na Casa Verde (zona norte da cidade). O bairro, segundo eles, faz parte dos quatro últimos *open points* para instalação de uma concessionária no Estado. A direção da fiat, procurada pela a Folha, não comentou o assunto.

Na implantação da **Tribuna**, PC teria gasto US\$5 milhões (Cr\$7,6 bilhões), pelos cálculos do Pedro Collor de Mello, irmão do Presidente Collor e diretor da Organização Arnon de Mello, que edita a **Gazeta de Alagoas**.

Ainda em organização, a Verax ocupa o 16º andar do Centro Empresarial Terra Brasilis, no Brooklin (zona sul). Lá, um andar custa US\$500 mil (Cr\$766,3 milhões) e o aluguel é de US\$5,6 mil (Cr\$8,5 milhões) por mês.

Enigma

A expansão empresarial de PC é um enigma. Há dois anos, tinha apenas duas empresas ativas: a Tratoral — Tratores de Alagoas Ltda., que esteve em concordata em 1983 e 1984 —, e uma plantação de cocos que, segundo o agrônomo responsável, Edmundo Acioly, dá prejuízo.

O movimento da Tratoral não sustenta tantos investimentos. Segundo seu superintendente, Giovani Fernandes de Mello, a empresa teve um faturamento de Cr\$ 392 milhões com a venda de 72 tratores em 90 — correspondente, em valores atuais, a Cr\$ 3,5 bilhões de faturamento anual.

Giovani não revela o lucro da Tratoral mas a retirada mensal de PC, acionista controlador da empresa, mostra que é modesto. Em 90, tinha uma retirada mensal de Cr\$ 54 mil — Cr\$ 1,5 milhão atuais ou 15,6 salários mínimos —, segundo a ata da assembleia dos acionistas (ele, sua mulher Elma e o irmão Augusto Farias), realizada em maio daquele ano.

Giovani também não informa o lucro da empresa no ano passado, mas diz que a Tratoral tem vendido cerca de 70 tratores por ano desde 89, contra 200 em 88.

Em 89, quando a Tratoral teve queda de mais de 60% nas vendas (segundo Giovani), PC foi tesoureiro da campanha eleitoral de Collor, acompanhou um acordo entre o governo estadual e os usineiros para devolução de ICMS (no valor de US\$ 120 milhões ou Cr\$ 183,9 bilhões) e construiu sua atual casa em Maceió, com elevador, piscina e quadra de tênis.

Foi ainda o ano em que montou a Brasil Jet (registrada na Junta Comercial de Maceió em 88, com capital de Cr\$ 13,4 milhões).

A plantação de cocos vai mal há alguns anos e tampouco sustenta a expansão dos negócios. PC iniciou-a em 84, quando registrou a Florag — Florestamento, Reflorestamento e Agropecuária Ltda — e comprou a Fazenda de Santana, em Porto de Pedras (a 140 km de Maceió). Tinha planos de plantar 100 mil pés e ser o maior produtor do Nordeste. Plantou 75 mil e produz, segundo Acioly, 240 mil frutos por safra que, a Cr\$ 150,00 a unidade dão uma receita de Cr\$ 360 milhões ao ano.

Empréstimos públicos

Acioly conta que o empreendimento foi feito com empréstimos oficiais e incentivo fiscal e que a Florag derrubou mata atlântica da fazenda para dar espaço à plantação. Restaram apenas 30 hectares (dos 600 totais) com mata virgem.

PC tem outra empresa chamada EPC (Empresa de Participações e Construções), registrada na Junta em Maceió com o mesmo endereço da Tratoral. Ela funciona hoje nas instalações da Verax, em São Paulo, mas os funcionários, contatados pela Folha, não informam qual a atividade da empresa.

“É uma empresa nova que ainda está sendo montada”, disse a secretária Rosemeire. Ao ser indagada sobre o paradeiro de PC e dos executivos, ela disse que eles pouco aparecem no local.

PC já teve outras três empresas: a Dicasa, revendedora da Chrysler que fechou em 82; a Terral (Terraplanagem de Alagoas Ltda), liquidada em 86, e a Planal (Planejamento e Assessoria de Alagoas), liquidada em 84, ambas devido a prejuízos. Em 87, o Banco Central proibiu PC de operar com crédito agrícola, por ter apurado irregularidades em financiamentos oficiais da Tratoral em 82. Em 90, ele quitou sua dívida e teve seu nome reabilitado no BC.

A Brasil Jet conta hoje com uma frota própria de dois aviões e tem 15 funcionários, segundo o comandante Ricardo Campos, assessor do sócio minoritário de PC na empresa, comandante bandeira, que tem 5% das quotas. PC e sua mulher, Elma, controlam a empresa com 95% do capital. Segundo Campos, a empresa ainda não fechou o balanço de 91, mas teve lucro. (GK, EL e AC)

Empresário não é achado

A reportagem da Folha tentou localizar Paulo César Cavalcanti Farias durante toda a semana. Foram deixados recados em suas empresas e na casa em Maceió. Não houve resposta.

Na casa de PC em Maceió, o mordomo Joel disse que não sabia quando o empresário voltaria.

Na sede da Tratoral, onde ficam as empresas de PC em Maceió, o conteúdo da reportagem foi explicado ao superintendente Giovani Carlos Fernandes Melo, na quarta-feira à noite. Até o final da tarde de sexta-feira não houve resposta.

No escritório de São Paulo, onde funcionam as empresas EPC e Verax, a secretária Rosemeire disse que não sabia como localizá-lo.

A mesma resposta foi dada na Brasil Jet pelo comandante Ricardo Campos, assessor da diretoria.

(GK, EL e AC)

Executivos

PC NÃO UTILIZA SEU NOME EM EMPRESAS

Parte das empresas controladas por PC não estão registradas em seu nome. Ele usa executivos ou parentes como cobertura em investimentos como o jornal *Tribuna de Alagoas*.

Segundo a Junta Comercial de Maceió, PC não tem ações da *Tribuna*. De acordo com o registro, o jornal pertence a seis pessoas. Os irmãos de PC, Augusto e Cláudio Roberto Cavalcanti Farias, controlam 40% das ações.

Os 60% restantes seriam divididos entre Luiz Otávio Gomes Silva (20%), Paulo Jacinto do Nascimento (20%), Fernando Gomes de Melo (10%) e Giovani Carlos Fernandes (10%).

Os dados do documento não são confirmados nem mesmo por seus signatários. O deputado Augusto Farias (PSC-AL), sócio da *Tribuna*, diz que “a maioria das ações do jornal é do PC”.

Giovani Melo, que é superintendente da Tratoral, nega que seja sócio da *Tribuna de Alagoas*, embora tenha assinado o contrato social da empresa.

Luiz Otávio, Giovani e Paulo Jacinto são os executivos de PC. Giovani é o assessor mais antigo. Acompanha PC há 17 anos e, além da Tratoral, dirige a Florag.

Paulo Jacinto era o advogado das empresas do usineiro João Lyra, amigo pessoal de PC. Em 91, deixou Lyra para trabalhar com PC. Os dois são os diretores da nova empresa que ele está abrindo em São Paulo, a Verax.

PC também não aparece entre os sócios da Favel (Farias Veículos), nova concessionária Fiat de Maceió. Oficialmente, a empresa pertence a seus irmãos Augusto, Rogério e Gilberto.

(GK, EL e AC)

PERSONALIDADE É MARCADA POR EXAGERO E SUPERSTIÇÃO

Exibicionista, vai de helicóptero do aeroporto para casa

O comportamento de Paulo César Cavalcanti Farias sempre foi marcado pelo exagero. “Ele sempre quis parecer rico”, conta a primeira-dama de Alagoas, Denilma Bulhões.

Ela lembra que, antes mesmo de fundar sua primeira empresa, PC já causava sensação ao desfilar em Maceió em um Dodge Dart preto, conduzido por um motorista fardado em estilo europeu, com direito até a quepe.

Hoje o seu estilo se aprimorou. O empresário costuma percorrer de helicóptero o trajeto entre o aeroporto de Maceió e sua casa na cidade.

Apesar de viver sempre próximo ao poder, PC só foi funcionário público uma vez na vida. Aos 19 anos, ele foi oficial de gabinete do então governador de Alagoas, Lamenha Filho (66-70). Nessa época, era conhecido como “Paulinho Gasolina”, devido à sua paixão por carros sofisticados.

O empresário é um homem supersticioso. Ele chegou a vender um avião particular que havia comprado por US\$ 4 milhões, sem chegar a entrar na aeronave. Isto porque sua mulher, Elma Farias, devota de Oxumaré, sonhou que ele morreria dentro do avião.

O talento de PC nos negócios é alardeada por seus amigos. “O PC é capaz de vender pano vermelho para defunto, no meio do velório”, define seu irmão, o médico Luiz Romero Farias.

(GK, EL e AC)

— 8 Domingo, 23-2-92

Folha de S. Paulo
Disputa política

Prestígio dos Farias em Alagoas atinge oligarquias
Do enviado especial, do correspondente e da Reportagem Local

O crescimento econômico e político da família do empresário Paulo César Cavalcanti Farias, o "PC", tem incomodado as oligarquias alagoanas. O mais atingido é Pedro Collor de Mello, irmão mais novo do presidente Fernando Collor de Mello.

Em 90, o então deputado Renan Calheiros (PRN) entrou em choque com PC, à quem chamou de "Al Capone", durante sua campanha para o governo de Alagoas.

Os Farias rumam para ser uma oligarquia. Já elegeram um deputado federal, Augusto Farias (PSC); e um vereador, Cláudio Farias (PSC), também secretário estadual de Sacramento e Energia de Alagoas. Os dois são irmãos de PC. Agora a família vai tentar eleger dois prefeitos.

"Alagoas só se transforma em "República dos Farias" sobre meu cadáver", disse Pedro Collor à Folha em dezembro último, ao tornar pública a disputa com PC.

PC vai lançar em 31 de março o jornal *Tribuna de Alagoas*. O diário vai disputar mercado com a *Gazeta de Alagoas*, carro-chefe das empresas de comunicação da família do presidente e que são administradas por Pedro Collor.

Com ameaças de divulgar um dossier sobre PC, Pedro Collor conseguiu adiar o lançamento do jornal, que estava previsto para 15 de outubro do ano passado.

Pedro Collor e PC tentaram chegar a uma trégua, por uma árdua negociação. Eles se reuniram duas vezes, com a presença do embaixador Marcos Coimbra, secretário-Geral da Presidência, em 22 e 31 de janeiro passados.

PC propôs sociedade a Pedro Collor, mas os irmãos Farias se rebelaram. "Se o Pedro entrar, saio da sociedade. A *Tribuna* não pode ser uma sucursal da *Gazeta*, disse Augusto Farias.

Na quarta-feira passada, Pedro Collor afirmou à Folha que não tinha "nada a dizer sobre esse assunto". O atraso no lançamento da *Tribuna* tem prejudicado a candidatura de Augusto Farias à Prefeitura de Maceió, nas eleições de outubro.

(GK, EL e AC)

"Fênix Alagoana"

**PC ENRIQUECE JUNTO COM
ASCENSÃO DE COLLOR**

Em dois anos, empresário monta um jornal, abre uma concessionária e expande seus negócios para São Paulo

Gustavo Krieger
Enviado especial a Maceió

Elvira Lobato
Da Reportagem Local

e Ari Cipolla
Correspondente em Maceió

A fortuna do empresário Paulo César Cavalcanti Farias, o "PC", cresce proporcionalmente à ascensão do presidente Fernando Collor de Mello. Após uma crise financeira entre 83 e 85, que o levou a pedir concordata em uma empresa e fechar duas, PC reagiu e construiu um pequeno império.

A reação começou quando PC passou a integrar o grupo de arrecadação da campanha de Collor ao governo de Alagoas em 85, mas ganhou força depois da campanha presidencial de 89, na qual ele foi o tesoureiro de Collor.

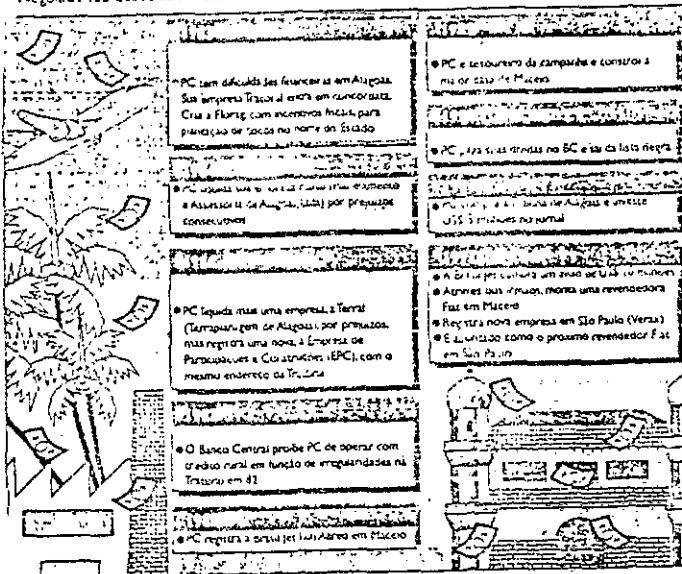
O crescimento de sua fortuna é um mistério. Em 90, ele tinha apenas duas empresas ativas. Na Tratoral, uma concessionária de máquinas agrícolas, PC retirava o equivalente a 15,6 salários mínimos por mês. O outro empreendimento, uma plantação de cocos, dá prejuízo, segundo o agrônomo Edmundo Acioly, responsável pelo projeto.

Apesar disso, em 90 e 91 PC abriu três empresas: o jornal *Tribuna de Alagoas*, uma concessionária Fiat em Maceió e a Verax, em São Paulo. A estimativa é que, só nas duas primeiras, PC investiu US\$9 milhões. Ele teria ganho ainda uma concessão para outra revendedora Fiat, em São Paulo.

Parte da expansão do império de PC se faz em nome de parentes ou executivos. Na *Tribuna de Alagoas* ele não tem nenhuma ação oficialmente, mas controla a empresa através de três executivos que aparecem como "acionistas".

O IMPÉRIO DE PC

Negócios vão desde cocos até aviões



FESTA REÚNE CORTE DE AL

PC cedeu sua casa para uma festa benéfica, anteontem à noite. O objetivo foi arrecadar Cr\$ 15 milhões para obras assistenciais da primeira-dama de Alagoas, Denilma Bulhões.

A festa teve um rígido esquema antipenetras. Além da camiseta padronizada — a senha de entrada, que custou Cr\$ 100 mil —, os 20 seguranças conferiam os nomes dos 150 convidados na porta. Todos vestiam a camiseta com os dizeres "Soprobem-Amor". Soprobem é a Secretaria de Promoção e Bem-Estar Social, presidida por Denilma.

A simplicidade dos trajes colidia com a sofisticação do cardápio. Uísque escocês e vinho branco alemão foram as bebidas que acompanharam pratos de lagosta, camarão e file ao molho de cerejas. Não foi divulgado o valor gasto na festa, em que participou a corte alagoana.

O sambista Luis Ayrão e a banda Raízes animaram a festa, que parecia um grito carnavalesco. PC só dançou duas

músicas depois da insistência de sua mulher, Elma Farias. Os convidados só deixaram a festa depois das 4h de ontem.

O governador Geraldo Bulhões, amigo de PC, não compareceu por estar gripado. Na lista de convidados não constava o nome de Pedro Collor de Mello, irmão caçula do presidente Fernando Collor. PC e Pedro Collor travam uma disputa empresarial.

(AC)

DOSSIÉ EXPLOSIVO

Para o irmão mais novo do presidente, PC Farias é uma "lepra ambulante" cujos negócios podem provocar o impeachment de Collor

Eduardo Oinegue

Três anos mais novo e 4 centímetros mais baixo que Fernando Collor, o irmão caçula Pedro Collor de Mello, 39 anos, também tem em comum com o presidente o temperamento explosivo. Pedro prefere ser chamado pelo sobrenome do pai, Mello, e não Collor, da mãe, como o Presidente fazia até trocar a assinatura por sugestão de um numerólogo. Ao contrário de Fernando Collor, Pedro Mello detesta gravatas e não gosta de uísque importado. Sua bebida preferida é vodca nacional. Fernando usa um Lincoln importado para se deslocar por Brasília e Pedro anda num Santana, modelo antigo, na ruas de Maceió. Outra diferença entre os irmãos se refere ao empresário Paulo César Farias, o PC, tesoureiro da campanha presidencial. Fernando é amigo de PC. Pedro e PC se detestam.

O irmão caçula só chama o empresário PC Farias de "Lepra Ambulante". Ao referir-se a Pedro, PC também não é amistoso. "Aquele moleque tem uma inteligência desse tamancinho e toma doses de vodca desse tamanho", diz, afastando o polegar e o indicador ao máximo. O que faz o conflito da Lepra Ambulante e do Moleque da Vodca atravessar as fronteiras da República de Alagoas e ingressar em Brasília é um dossiê que Pedro Collor tem em suas mãos. Ele passou os últimos dois anos reunindo uma gorda documentação contra seu rival. A parte mais explosiva do pacote são três fitas cassete de gravador, nas quais Pedro Collor relata operações financeiras irregulares promovidas por Lepra Ambulante. Há três cópias do dossiê PC, uma das quais guardada num cofre. As outras duas foram entregues a pessoas de confiança de Pedro.

Ao detalhar as estrepólias de PC, o dossiê atinge também amigos da Lepra Ambulante. "Se esse material se tornasse público, o impeachment poderia ocorrer em 72 horas", disse o irmão mais novo de Collor ao entregar o dossiê a um de seus depositários. Pedro se refere à possibilidade de cassação de seu irmão, medida que legalmente só pode ocorrer em caso de crime contra a Constituição. O caçula não considera que o Presidente esteja diretamente envolvido em nenhuma falcata de PC, mas teme que o irmão possa ser incriminado por seu tesoureiro de campanha.

"Liga aí" — Lepra e Moleque têm um caudaloso passivo de desavenças. A penúltima se refere ao lançamento, em Maceió, do jornal *A Tribuna de Alagoas*, com o qual PC Farias pretendia mar posse de uma fatia do latifúndio da família Collor de Mello na área de comunicações. Encarregado de administrar os negócios da família, o irmão Pedro movimentou-se pelos bastidores de Brasília e Maceió e colheu alguns frutos: o lançamento do jornal prometido para o início de janeiro, foi adiado para o final do mês, e acabou não aconte-

cendo. O próximo prazo é abril. A última querela envolve a campanha municipal. Na semana passada, o Deputado Augusto Farias, irmão de PC, lançou sua candidatura para a prefeitura de Maceió. Numa conversa com o candidato, Pedro Collor disse o que pensa a respeito das duas desavenças: "Não aceito que vocês tenham qualquer rádio ou televisão em Maceió e também não admitirei a candidatura Farias à prefeitura".

No início do ano, irado com as deambulações de Lepra pelos corredores do mundo das verbas públicas, Pedro Collor almoçou com o Presidente e cobrou uma manifestação contra a candidatura do irmão de PC em Maceió para, dessa maneira, desvincular seu nome dos negócios do tesoureiro. "Em política a coisa não funciona bem assim", disse Fernando Collor. "Mas já estou mandando meus sinais. "O encontro marcou uma reconciliação. Os dois irmãos passaram meses sem se falar. Agora, trocam telefonemas pelo menos uma vez por semana. O caçula também passou uma temporada tensa com o primogênito, o empresário Leopoldo Collor. Pedro Collor tentou realizar negócios em São Paulo, área do primeiro-irmão, e chocou-se com Leopoldo. Agora, estão pacificados.

À frente das empresas. Pedro Collor quer expandir seus investimentos. A dificuldade para a expansão é a Lepra. Abrindo um jornal em Alagoas, PC ameaça enfraquecer a fortaleza do grupo Arnon de Mello em seu Estado natal, onde reina desde 1934. Surpreendido pelo concorrente, Pedro Collor resolveu ir à luta com uma idéia exótica — manter o jornal do adversário sob controle de uma eminência parda até dezembro de 1994, quando termina o mandato presidencial de Collor.

No mês passado, o caçula teve duas conversas com PC, em Brasília. O primeiro encontro não deu em nada. No segundo, a conversa foi mais produtiva. Mas o Moleque irritou-se quando a Lepra Ambulante resolveu dar uma demonstração de seu prestígio pessoal junto ao Presidente. "Eu já falei com o Fernando sobre esse assunto", disse PC. Pedro enfrentou o interlocutor levantando o fone do gancho. "Liga aí, PC, fala com ele", desafiou o irmão caçula. "Eu já combinei com o Fernando que se você usasse o nome dele na conversa eu iria mandar você telefonar para o Planalto na minha frente". PC não fez a ligação. A cena teve como testemunha o secretário particular de Collor, Cláudio Vieira, responsável por um tipo de gasto que interessa de perto a empresários de comunicação — verbas publicitárias do Governo Federal. Apesar do desafio, a reunião encerrou-se com o esboço de um acordo. Caso chegue às bancas, a *Tribuna de Alagoas* terá, em sua direção, um amigo da família Collor.

Sucessor de Fernando Collor na gerência dos negócios da família, Pedro gasta doze horas de seu dia para administrar a Organização Arnon de Mello, um império regional que envolve uma estação de TV (retransmissora da Rede Globo), um jornal e três rádios. Seu maior mérito empresarial até agora foi retirar *A Gazeta de Alagoas* do vermelho. Hoje, o grupo fatura 12 milhões de dólares por ano, dos quais 3,6 milhões são gerados pelo jornal. *A Gazeta* nem de longe é um fenômeno editorial. Dona da maior circulação do Estado, tem como principal rival um jornalzinho, o *Jornal de Alagoas*, cuja tiragem não ultrapassa os 2000 exemplares nos dias de semana. *A Gazeta* vende 12.000.

Em sua linha editorial, o jornal dos Collor não é uma publicação chapa-branca. Fez reportagens sobre o escândalo da LBA durante a gestão da primeira-dama Rosane, sobre a corrupção no Ministério da Saúde de Alceni Guerra e, na

semana passada, divulgou denúncias a respeito da venda de uma usina do Ministro da Ação Social Ricardo Fiúza (veja quadro abaixo). "Não quero ser acusado de acobertar irregularidades para proteger o Presidente", justifica-se o empresário. O sobrenome dos proprietários talvez tenha sido um fator decisivo para o sucesso da *Gazeta* nos últimos dois anos. Metade do faturamento do jornal é levantado junto a empresas e agências de publicidade no eixo Rio — São Paulo — ainda que encontrar nas bancas um exemplar de *A Gazeta de Alagoas* nessas cidades seja mais difícil do que comprar a edição mais recente do japonês *Asahi Shimbun*.

UMA USINA NO CAMINHO DE FIÚZA

Quatro meses antes de sua posse como Ministro da Ação Social em janeiro, Ricardo Fiúza vendeu uma usina de açúcar, que possuía em Alagoas, a Bititinga. Três semanas depois de assumir o cargo, a mesma usina se tornou um problema para ele. A dificuldade não é com os novos donos da usina, mas com os que venderam a empresa para Fiúza há dois anos — a família Omena. Parte da família está tentando protestar 26 títulos avalizados por ele — papagaio que somam 675 milhões de cruzeiros. Em fevereiro de 1990, a Agropecuária Jacanã, de propriedade de Fiúza, comprou a usina por 5 milhões de dólares. Os sócios majoritários da usina receberam o pagamento em terras e os minoritários, Regina Margarida de Omena e o seu genro, Vladimir Calheiros, receberam sessenta notas promissórias. Ocorre que a família Fiúza interrompeu os pagamentos em fevereiro de 1991, alegando que a empresa tinha dívidas antes desconhecidas.

Em setembro passado, Fiúza vendeu a usina para o Empresário Arnóbio Coimbra. "Para mim, o dono ainda é Fiúza, porque Arnóbio ainda fala comigo em nome do ministro", diz o advogado dos Omena, Marcos Bernardes Mello. Arnóbio é sócio de um cunhado do Ministro, Fernando Rodrigues, em um hospital e um hotel no Recife. Na semana passada, Veja telefonou para o escritório da usina em Maceió, Ivaniça Iwirtes confirmou que ali era o escritório de Fiúza em Maceió, anotou o recado e disse ser sua secretária. "Esse problema agora é entre Arnóbio e os Omena. Estão envolvendo meu nome para me chantagear", rebate Fiúza.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Carlos De'Carli — Chagas Rodrigues — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Eduardo Suplicy — Flaviano Melo — Humberto Lucena — Irapuan Costa Júnior — Josaphat Marinho — José Sarney — Jutahy Magalhães — Maurício Corrêa — Moisés Abrão — Nelson Carneiro — Oziel Carneiro.

Veja, 19-2-1992

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mauro Benevides, Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Beni Veras, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcio Lacerda, 2º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, relatórios sobre endividamento dos Estados e Municípios referentes ao mês de dezembro de 1991.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1990 (nº 3.633/89, na Casa de origem), que dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364, tendo PARECER sob nº 579, de 1991, da Comissão — Diretora, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão o substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. Encerrada a discussão, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do disposto no art. 284 do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1990 (nº 3.633, de 1989, na Casa de origem).

Dá a denominação de Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominada Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira à Rodovia BR-364.

Art. 2º O Poder Executivo providenciará a sinalização, em todo o seu percurso, através de placas, com o nome do ex-Presidente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que dá nova redação ao inciso II do art. 40 da Constituição Federal.

Em obediência ao disposto no art. 358, § 2º do Regimento Interno, transcorre hoje o quarto dia de discussão da proposta e apresentação de emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 17/91, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão, que terá prosseguimento na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras.

O Sr. BENI VERAS (PSD — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Estado do Ceará tem uma longa história de pobreza e dependência. Quanto à renda encontra-se em penúltimo

lugar dentre os Estados da Federação, o que caracteriza uma situação de inferioridade em relação à média da população brasileira.

Isso se deve a vários fatores, um dos quais não se pode minimizar, que é condição geográfica da região onde o Estado se encontra. Temos um solo pobre, de pequena profundidade o que não tem permitido o desenvolvimento de uma agricultura forte e punjante.

Em cima dessa situação geográfica adversa, durante muitos anos exerceu-se uma má política, que tornou aquele Estado cada vez mais pobre, uma política em que uma elite malfadada se utilizava das riquezas do Estado em benefício próprio, com o prejuízo para o conjunto da população. Ali efetivava-se uma política de elite privilegiando pequenos grupos que se beneficiaram cada vez mais fortemente de tudo que o Estado tinha, negando ao povo melhoria de suas condições de vida.

Anos atrás iniciou-se no Estado do Ceará um processo de renovação que teve na sua liderança o Governo Tasso Jereissati. Esse processo encontrou o Estado do Ceará extremamente endividado em todas as áreas, com o seu Banco Estadual sob intervenção, dada a má gestão que havia sido praticada nos anos anteriores. A empresa de eletricidade estava atrasada oito meses no pagamento à Companhia Hidrelétrica de São Francisco, e quanto ao pagamento do funcionalismo público, atraso era de quatro meses.

Enfim, várias situações caracterizavam o estado de descalabro administrativo, tudo em decorrência do mau gerenciamento da coisa pública, comprometida pela incorreção no trato dos recursos públicos. Para se ter uma idéia, a própria Polícia do Estado do Ceará tinha os seus carros parados sobre suportes, por falta de pneus, e os policiais conduziam apenas duas balas nos revólveres, que deveriam ser respostas por eles quando fosse necessária a sua utilização. O empreguismo foi praticado no Estado fazendo com que se elevasse o número de funcionários públicos a 147 mil, quando 70 ou 80 mil seriam suficientes para gerir o Estado do Ceará. E aqueles que desempenhavam aquelas funções não eram os que mais necessitavam, nem advinham da camada mais pobre da população, mas eram vinculados à elite que se encontrava no poder. Os órgãos públicos, enfim, eram utilizados desbragadamente em benefício de grupos políticos que distribuíam as benesses com os seus partidários. Em consequência, o Estado do Ceará tinha uma renda decrescente em relação ao Nordeste, que era menos a cada ano, tornando o nosso Estado cada vez mais pobre. Os indicadores de caráter social — vale a pena lembrar — chegaram à mortalidade de 125 crianças em cada mil, antes de um ano de idade — 40% da população tinham renda inferior a um salário mínimo e 70% inferior a dois salários mínimos.

Tasso Jereissati implantou no Estado do Ceará o "Governo das Mudanças", que tinha como objetivo fundamental reduzir o nível de pobreza absoluta da maioria da população. Para isso tomou iniciativas várias, dolorosas, mas que eram necessárias para corrigir aquela situação de descalabro em que se encontrava o Estado do Ceará. Fez uma redução drástica no número de funcionários públicos, cortando quarenta e sete mil cheques de funcionários que tinham mais de um rendimento junto ao Estado, que acumulavam, portanto, indevidamente cargos no Estado do Ceará. Havia funcionários que acumulavam até oito cheques do Estado. Alguns moravam na França, e ainda assim tinham os seus rendimentos assegurados pelo governo do Estado do Ceará.

Foi feito um combate sem trégua à corrupção que grassava, fazendo com que se evitasse que o dinheiro do povo, já tão escasso, fosse malbaratado por grupos minoritários.

O esforço do Estado foi dirigido principalmente para atender à população mais carente através da utilização de recursos diversos, entre os quais citaria a utilização intensiva de agentes de saúde; pessoas treinadas para dar assistência de primeira linha à população, acompanhando os processos de vacinação de crianças, por exemplo, evitando que elas morressem de diarréia e sarampo, que eram as causas principais de mortalidade infantil no Estado.

Investindo fortemente no desenvolvimento e no apoio à pequena e microempresa, criando processos imaginativos de pequena irrigação, utilizando margens de aúdes, poços artesianos, sistemas diversos que permitiam à população gozar de uma renda mínima nos períodos difíceis por que o Estado do Ceará passa por questões climáticas.

Foram desenvolvidas várias iniciativas na área de urbanização de favelas, que existem em Fortaleza em grande escala, e que foram beneficiadas com sistema de água e construções populares, em regime de mutirão.

Enfim, foi feito todo um esforço, buscando voltar a ação do Ceará para os mais carentes, os mais necessitados do seu apoio.

Tudo isso resultou na implantação de um estilo de governo em que havia diálogo franco com a população, procurando fazer com que ela fosse levada a fixar as suas prioridades, de tal maneira que a ação do Estado se localizasse, predominantemente, naquelas áreas para as quais era mais demandada.

Pode-se imaginar que um sistema desse tipo, que gerou, na sua implantação, resistência tão grande das elites do poder, não seria compreendido se posto numa disputa eleitoral.

De fato, não foi isso que ocorreu.

Quando esse sistema de governo foi levado a julgamento pela população, encontrou, nas eleições de 1990, um grande apoio, permitindo ao Governo uma vitória esmagadora, com maioria de 600 mil votos, num universo de 3 milhões de eleitores.

Vê-se, por aí, que o povo é bom juiz e que tem capacidade de avaliar os governos que cuidam dos reais interesses do Estado.

O governo de Tasso Jereissati foi sucedido pelo de Ciro Gomes, que se encontra, atualmente, exercendo seu trabalho e que dedicou-se a aprofundar esse processo de ligação entre o Estado e o povo.

Foi feito um estudo das condições do Estado do Ceará em geral e desenvolvido um planejamento regional, onde o Estado foi dividido em 8 regiões geoeconómicas e, sobre elas, buscando suas maiores tendências, os investimentos foram levados a desenvolvê-las de maneira específica de tal forma que elas pudessem, recebendo apoio governamental dar um maior retorno com o seu desenvolvimento.

As relações diretas com a comunidade foram intensificadas e todo o Estado do Ceará foi levado a optar pelos caminhos em que julgava que o Estado deveria investir mais fortemente. Foi buscada a eficiência administrativa no seu maior grau, fazendo com que os órgãos recebessem uma direção profissional e caminhassem para o atendimento das necessidades maiores da população.

Foi, enfim, estabelecido entre o Governo e a população um tratamento ético que levava o Governo a ser atento às

exigências da comunidade, procurando atendê-las prioritariamente. O exemplo do tratamento ético dessa questão, deu-se recentemente, quando os nossos vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza em número de nove, convidados pelo prefeito da cidade de Fortaleza, apoiassem uma lei mediante a qual seriam contratadas 30 mil vagas nos colégios particulares para atender a sua clientela; vagas estas que seriam distribuídas através dos vereadores e dos cabos eleitorais. O Governo Ciro Gomes e o PSDB tomaram a iniciativa de excluir dos nossos quadros oito vereadores que aderiram a essa forma clientelista de distribuição da coisa pública, fazendo com que a nossa Bancada na Câmara Municipal de Fortaleza, que era composta por vereadores, passasse a ter apenas um vereador, pois achávamos não ser justo que essas pessoas que não acreditavam nas coisas que davam suporte ao Governo Estadual, na luta contra o clientelismo, levasses o nosso Partido a comprometer-se com um sistema defeituoso que estabelecia, com a população, uma relação injusta, obrigando os necessitados a buscarem vagas através de cabos eleitorais. Sistema altamente defeituoso.

Perdemos esses oito vereadores de Fortaleza, mas ganhamos a compreensão e a boa vontade da população em identificar a coerência entre as nossas crenças e nossas atitudes.

Também fomos levados a excluir alguns prefeitos de nossos quadros, pois tinham eles atitudes com a coisa pública que não correspondiam às nossas crenças. Isso se deu em algumas cidades importantes, como a cidade do Crato.

Achamos que dessa maneira, através de nosso trabalho, demos um exemplo da ética que deve presidir a relação política entre os governantes e a população. Toda esta ação deu resultados, um dos quais levou o Ceará de uma participação de 1.47% do PIB a 1.72%, que é a participação atual.

Os órgãos públicos apresentam hoje um grau de funcionamento adequado. Temos como exemplo o Banco do Estado do Ceará que foi classificado em 12º lugar em relação a todos demais bancos do País, apesar de se tratar de um banco público. Foi dirigido de forma transparente e voltado, principalmente, ao apoio à pequena e microempresa que, sem dúvida alguma, são o maior suporte da economia do Estado do Ceará.

O Estado também retomou sua capacidade de gerir os seus recursos, uma vez que hoje possui um superávit em torno de 30% da sua arrecadação e que pode ser utilizado nos objetivos maiores do Estado.

Dessa maneira, o Estado do Ceará pode ter uma atitude de relativa independência em relação ao Governo Federal, uma vez que faz suas próprias opções em termos de investimento.

Enfim, trata-se de uma obra que não pode ser menosprezada. Restabeleceu-se o orgulho entre os cearenses e a compreensão de que possui um Governo ligado aos seus interesses e as suas necessidades.

Recentemente, foi feita uma pesquisa a respeito dos governos dos Estados do País e nela Ciro Gomes, do Ceará, foi considerado o governador de desempenho mais satisfatório, tendo merecido 76% de índice de confiabilidade da população do nosso Estado.

A esse respeito o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou editorial, do qual eu citaria um trecho:

"A pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) sobre a atuação dos governadores dos oito maiores Estados brasileiros dá uma idéia de como se comporta, agora, a maioria do eleitorado

nacional e pode ser usada como uma visão prévia de seu comportamento para as próximas eleições. Essa prévia traz uma excelente surpresa: tudo indica que a fórmula populista se exauriu e os administradores que dão prioridade à boa gestão e combatem a corrupção caíram na graça popular.

Esse raciocínio pode ser feito na observação da atuação dos três campeões da preferência popular. O caso mais notório é o do governador que obteve os maiores índices de confiança e qualidade de atuação, Ciro Gomes, do Ceará. Ciro conseguiu um índice impressionante de confiabilidade (76%) contra um baixo nível de desconfiança entre seu eleitorado (19%). Sua atuação no governo do Ceará foi considerada ótima por 23% dos pesquisados: boa por 42%; regular por 26%; ruim por 3%; e péssima por 3%.

Essa aprovação maciça significa que o grupo que assumiu o poder no pobre Estado nordestino em 1986, com a eleição do empresário Tasso Jereissati, promoveu uma verdadeira revolução nos costumes administrativos cearenses, demolindo uma estrutura patriarcal, apoiada no compadrio e no nepotismo, e adotando critérios técnicos, impecáveis e decentes de gestão dos recursos públicos. Terminado o quadriênio sob o comando de Tasso, o Ceará podia se orgulhar de ostentar, pelo menos, um feito: a queda do índice de mortalidade infantil, medido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Eleito seu sucessor, Ciro Gomes seguiu os mesmos critérios e adotou o mesmo estilo de gestão. Dentro dos limites constitucionais, conteve a voracidade com que as folhas de pagamento de pessoal, comumente, devoraram as magras receitas dos Estados brasileiros, principalmente os nordestinos. Combateu a malversação no Erário com rigor e dentro da lei. Conseguiu governar sem ceder ao fisiologismo desenfreado, maior vício do patrimonialismo na administração pública brasileira. Na teoria, esse estilo podia ser considerado suicida, politicamente, pois não pode ser considerado popular. Na prática, mostrou-se eficiente, também, na colheita de votos. Ciro foi eleito e confirma o êxito de Tasso, conseguindo índices de popularidade altíssimos, antes de completar o primeiro ano de governo."

Fazemos este destaque com a intenção de levar ao conhecimento do País o compromisso que assumimos com a população do nosso Estado, em dar-lhe uma gestão honesta, transparente, buscando um nível adequado de eficiência, que possa fazer com que os recursos do povo de um Estado pobre, sejam utilizados da maneira mais judiciosa em benefício das camadas da população mais desfavorecidas, de tal modo a que o povo possa encontrar em seus governantes justezas, seriedade e compromisso com os seus interesses.

O Sr. Eduardo Suplicy — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BENI VERAS — Concedo um aparte ao nobre Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Senador, a seriedade no trato da coisa pública, apontada por V. Ex^a no exemplo do Governador Ciro Gomes, do Ceará, está encontrando respaldo na opinião pública, é um fato animador. É muito importante que possamos ter no Brasil uma renovação de procedimentos e que haja, realmente muitos políticos, muitos homens públicos que, à frente de prefeituras, de governos estaduais,

ou do Governo Federal, realmente, deixem de lado tudo aquilo que, muitas vezes, atrapalha a vida pública: sejam os métodos do clientelismo, do sisiologismo, da contratação de pessoas que não seja pelo concurso público, pelo mérito; que se deixe de vez a maneira de governar pela designação de pessoas pelo favorecimento político, sem contrapartida de serviços que efetivamente devam ser realizados, no sentido da melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, seja do Ceará ou de cada região brasileira. Tenho observado nos passos do Governador Ciro Gomes essa marca de seriedade. Não conheço todos os detalhes da sua administração, por não ter estado mais do que apenas um dia em Fortaleza, no ano passado. Entretanto, pude sentir, pelo testemunho de muitos, e também através das entrevistas e no contato pessoal com o Governador Ciro Gomes, numa visita que fiz no ano passado ao seu gabinete, Senador Beni Veras, aqui no Senado Federal, e também quando do breve encontro com o Governador Ciro Gomes em uma de suas visitas a São Paulo, tive a impressão condizente com o que V. Ex^a está expressando neste momento. E espero que S. Ex^a possa continuar a dar exemplos, para que se fortifique esta postura e continue a ter consequências positivas para o povo do Ceará e para o povo brasileiro.

O SR. BENI VERAS — Tenho acompanhado a verdadeira cruzada que V. Ex^a desenvolve no Senado Federal, buscando condenar e expor à opinião pública os atos danosos de funcionários públicos ou entidades públicas que desencaminham os recursos do País e levam a população a uma grande descrença em relação ao que nós, políticos, podemos fazer por ela.

Acho que o maior desserviço que podemos prestar a nossa democracia é a leniência, a tolerância com a malversação, com atitude desonesta ou descuidada das entidades ou dos funcionários públicos. Uma população como a nossa, que luta duramente em meio ao universo de pobreza — onde a grande maioria dela se encontra sem alcançar os benefícios que uma sociedade pode proporcionar — se sente realmente desencantada. E tem razão para isso, quando os homens públicos tratam com tanta leviandade, com tanta ligeireza o que a todos pertence. Ao trabalhar nesse sentido, V. Ex^a estimula todos nós a sermos mais exigentes na atitude política com relação a coisa pública. Os que desencaminham os recursos públicos são piores do que os marginais individuais, porque mexem com o que é da coletividade, que é relativamente indefesa em nossa sociedade, que sofre com o desencaminhamento, com a desonestade, pelo que lhe falta em bem-estar, em saúde, em educação, em serviços que o Governo poderia proporcionar e não o faz dado o destino que seguem, esses recursos, por caminhos tão tortuosos.

Realmente, creio que um grande serviço que podemos prestar a nossa democracia é sermos cada vez mais exigentes no trato da coisa pública. Sinto-me muito bem em poder citar esse exemplo do Governo do Estado do Ceará, que busca, realmente, uma forma transparente de trabalho, de tal maneira a poder dar a nossa população tão carente, tão necessitada, a confiança de que o Governo trata com seriedade e com honestidade o que lhe pertence, de forma a aliviar as suas dificuldades e fazê-los participantes de um Estado que se quer democrático.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência lembra ao Plenário que comparecerá ao Senado no próximo dia 26, às 14 horas e 30 minutos, S. Ex^a o Sr. Ministro de Estado da Infra-Estrutura,

Dr. João Santana, atendendo à convocação feita através do Requerimento nº 791, de 1991.

As inscrições para interpelações ao Sr. Ministro estão abertas a partir de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno). (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 56 e 145, de 1991).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1991, de autoria do Senador Josaphat Marinho, que dispõe sobre a liberdade de imprensa, de opinião e de informação, disciplina a responsabilidade dos meios de comunicação e dá outras providências. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais).

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno). (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 56 e 173, de 1991).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1991, de autoria do Senador Marcio Lacerda, que regula o direito de resposta para os efeitos do inciso V, do art. 5º da Constituição Federal. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais).

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno). (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 145 e 173, de 1991).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que revoga o § 3º do art. 20 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informações, e o inciso II do § 3º do art. 138, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais).

— 4 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 1991, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que dá nova redação ao inciso II do art. 40 da Constituição Federal. (5ª sessão de discussão.)

— 5 —

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N° 18, DE 1991**

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 358 do Regimento Interno).

Fixa o número de votos necessários à rejeição do voto. (1º Signatário: Senador Alfredo Campos.)

— 6 —

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 1991**

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 358 do Regimento Interno).

Suprime o item II e renumera o item III do art. 40 da Constituição. (1º Signatário: Senador Francisco Rollemberg.)

— 7 —

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N° 20, DE 1991**

(Incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 358 do Regimento Interno).

Dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal (1º Signatário: Senador Coutinho Jorge.)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Lacerda) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
EDUARDO SUPLICY NA SESSÃO DE 19-2-92 E
QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SE-
RIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Senador Mauro Benevides, Srs. Senadores, antes de discorrer sobre o tema a que me proponho — a visita que fiz à área Ianomami, nos Estados de Roraima e do Amazonas —, quero salientar que no dia 5 de dezembro de 1991 foi enviado pela Presidência do Senado Federal por intermédio da Secretaria-Geral da Mesa, requerimento nº 854, de 1991, ao Ministro da Fazenda, Economia e Planejamento, solicitando informações quanto a pagamentos da dívida externa do setor público brasileiro durante 1990, 1991, relativamente ao acordo referente aos atrasos acumulados. Requeri também outras informações que permitirão ao Senado Federal acompanhar as medidas que estão sendo cumpridas, em face das exigências da Resolução nº 82/91 do Senado Federal, estabelecendo que o fluxo de pagamentos da dívida externa não pode comprometer as reservas internacionais do Brasil. Dessa forma, teremos condições de saber, exatamente, como andam as contas externas brasileiras.

Pela legislação, o Governo Federal, o Ministério da Economia teria como prazo até o dia 5 de janeiro de 1991 para responder. Não o fez. Em janeiro último, recebi telegrama do Ministro Marcílio Marques Moreira solicitando prazo maior para enviar essas informações. Compreendi que poderia haver essa dilatação de prazo. Entretanto, estamos no dia 19 de fevereiro de 1992 e, já se passaram portanto, mais de dois meses e meio, prazo mais que suficiente para que o Governo tivesse enviado ao Senado Federal as informações solicitadas.

Gostaria, Sr. Presidente, de reiterar a importância de o Ministro da Economia respeitar os prazos constitucionais

para responder àquilo que é de Direito Constitucional, obrigação e responsabilidade de nós, Senadores, a fim de que possamos acompanhar o que é feito dos recursos da população brasileira.

Quero salientar que, durante o encontro havido entre o Ministro Marcílio Marques Moreira e as lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, por ocasião da convocação extraordinária do Congresso Nacional, quando estudávamos a questão da lei sobre a Previdência, tive a oportunidade de perguntar ao Ministro, em face da informação de que haveria contingenciamento de despesas no Orçamento de 1992, se haveria também contingenciamento relativamente à parte do Orçamento de 1992 dedicada aos encargos financeiros tanto da dívida interna quanto da dívida externa. Perguntei ainda se, porventura, os credores internacionais do Brasil terão um tipo de tratamento, em termos de contingenciamento de pagamento equivalente às despesas que o Governo se propõe a fazer em relação ao que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Declarou-me o Ministro, na ocasião, que seríamos informados a respeito da conduta a ser adotada pelo Brasil. E, desde então, estou aguardando. Essa informação se relaciona com aquelas contidas no Requerimento nº 854 e as que foram objeto da convocação do Ministro da Economia, para nos esclarecer, do plenário do Senado Federal, a evolução das contas do Governo, tanto no âmbito doméstico quanto no das relações com exterior.

Em dezembro último houve entendimento com o Ministro da Economia e a Presidência da Mesa do Senado Federal no sentido de que o Ministro, em vez de comparecer na semana final dos trabalhos, viesse na abertura dos trabalhos legislativos, com o qual concordamos. Continuamos aguardando a vinda do Ministro e esperamos que ela ocorra na última semana de fevereiro.

Quero salientar que seria muito importante receber as informações requeridas antes da vinda do Ministro, para que o nosso diálogo com S. Ex^a seja o mais frutífero possível e também para que a opinião pública brasileira possa acompanhar de perto a evolução desses dados.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando da visita do Ministro da Justiça Jarbas Passarinho ao Senado Federal, por ocasião do seu depoimento a respeito da demarcação da terra dos índios Ianomami no norte do Brasil, especialmente nos Estados de Roraima e do Amazonas, expressei o meu apoio àquela medida, pois a considerava uma atitude de respeito ao ser humano e, em particular aos índios, bem como um ato em defesa da preservação não apenas do povo Ianomami, mas também da própria qualidade de vida, da preservação ecológica de toda a região abrangida pelo território onde estão os índios Ianomami. Na ocasião, alguns Senadores do norte do País disseram-me que, por não conhecer a área, não teriam condição de conhecer também os índios Ianomami. Compreendi-me, na ocasião, a visitá-los.

Solicitei então ao Ministro da Justiça Jarbas Passarinho, e ao Presidente da Funai, Sydney Possuelo, autorização para ingressar naquela área a convite da Comissão pela Criação do Parque Ianomami, presidida pela Sr^a Cláudia Andujar. Concedida a permissão, visitei a região por quatro dias em companhia do Assessor da Presidência da Funai, que colocou os seus vôos à minha disposição para que eu pudesse percorrer as áreas Surucucu, Xidéa, Homoxi, onde se localiza o 2º Pelotão do Exército Brasileiro, cerca de 30 quilômetros da fronteira amazônica e nos dois dias seguintes, a região do Demini,

a área perto do rio Catrimani, onde se encontram a Missão Católica Consolata e as aldeias dos Yanomami.

Acompanhado também da Sra Cláudia Andujar e do Sr. Carlos Aquine, ambos fundadores da CCPY, pude observar diversos aspectos relativamente ao acerto da decisão do Governo Federal em demarcar a área Yanomami.

Conversei com os médicos responsáveis pela coordenação do Distrito Sanitário da Fundação Nacional da Saúde, em Roraima, em especial com o Dr. Oneron de Abreu Pithan e a Dr. Ivone, aos quais solicitei um relatório sobre a situação de saúde dos Yanomami e a atuação do Governo, tanto da Funai quanto do Ministério da Saúde.

Hoje, pela manhã, visitei o Ministro da Saúde, Adib Jatene, para relatar minha viagem. Encaminhei a S. Ex^a cópia do relatório preliminar elaborado pelos coordenadores do Distrito Sanitário Yanomami e, dada a importância deste documento, trago ao conhecimento de V. Ex^a as informações nele contidas:

**"MINISTÉRIO DA SAÚDE — FNS/RR
DISTRITO SANITÁRIO YANOMAMI**

Documento Preliminar sobre a Situação da Saúde Yanomami e Atividades do Distrito Sanitário Yanomami em 1991

Introdução

Na concepção da lei orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS), prevista pela Constituição Brasileira, o Distrito Sanitário é a unidade básica de atenção à saúde que concentra os recursos municipais, estaduais e federais.

O Distrito Sanitário Yanomami (DSY) foi criado pela Portaria Interministerial (Ministério da Saúde e Ministério da Justiça) nº 316 de 11 de abril de 1991, que abrange uma área de 9 milhões de hectares nos Estados do Amazonas e Roraima; atendendo a uma população de aproximadamente 10.000 índios Yanomami. Sua abrangência foi definida pela existência desta população culturalmente muito bem definida e de características muito particulares.

A gerência do DSY está a cargo da Fundação Nacional de Saúde — FNS (incorporou as ações da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM e da Fundação Sesp), interagindo com a Fundação Nacional do Índio (Funai). A última responde pelas questões fundiárias e ambientais relacionadas à população Yanomami e a FNS cabe coordenar as ações de saúde na área, das quais participam outras Instituições Federais (Universidades e outras) e diversas Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e internacionais, tais como: Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), Missões Evangélicas da Amazônia (MEVA), CIMI, Diocese de Roraima, Missões Novas Tribos do Brasil (MNTB), Medicins sans Frontière (MSF), Medicins du Monde (MDM) e outras.

Histórico

A abertura da Perimetral Norte em 1973 e as inúmeras invasões garimpeiras desde 1975, as quais aumentaram vertiginosamente a partir de 1987, levaram a uma abrupta piora das condições de vida do povo Yanomami, atingidos pela degradação do seu habitat natural e pelas inúmeras doenças transmitidas pelo contacto com os brancos. Não cabe aqui percorrer todos os caminhos desta tragédia já muito bem descrita por inúmeros antropólogos, médicos e pesquisadores (ver publicações em anexo). Apenas para se ter uma idéia, no Estado de Roraima, com cerca de 220.000 habitantes, houve

aproximadamente 26.000 casos de malária em 1991, sendo 6.144 destes casos (24%) em índios Yanomami. Nesta etnia, a tuberculose (43 casos em 1991) e o calazar (12 casos em 1991), são doenças de introdução recente (assim como a malária), têm curso arrastado, e seus tratamentos envolvem a transferência dos índios para a Casa do Índio em Boa Vista, o que acarreta uma grande demanda de recursos materiais e humanos. Outras doenças, como febre amarela silvestre e hepatite B, possivelmente endêmicos na região, foram diagnosticadas pela primeira vez em 1991. A oncocercose ("cegueira dos rios"), também endêmica na área, acomete 95% dos Yanomami maiores de 15 anos.

Recursos Humanos Existentes

No momento existem 147 profissionais envolvidos na assistência direta aos Yanomami, provenientes das seguintes entidades: 4 da CCPY, 2 da Meva, 3 da MNTB, 6 da MDM, 6 da MSF, 3 da Diocese de RR, 28 da Funai e 95 da FNS. Dentre os profissionais a serviço da FNS, temos: 2 da Funai, 11 da FNS, 3 de Universidades Federais, 3 de Secretarias de Saúde, 75 contratados em outubro de 91 como prestadores de serviço por 6 meses pelo Projeto de Saúde Yanomami. Ressalte-se o caráter temporário da prestação de serviços da maioria destes profissionais.

Avaliação preliminar da cobertura efetuada em 1991

A partir de fevereiro de 1991 a FNS iniciou o deslocamento de equipes de saúde para a área indígena Yanomami e, de forma mais efetiva, a partir do mês de abril passou a assumir a coordenação dos trabalhos assistenciais requisitando profissionais de saúde, buscando a articulação interinstitucional, normatizando as condutas e promovendo a qualificação técnica.

Em caráter contínuo a FNS passou a responsabilizar-se pelas principais e mais populosas Áreas de Relações Intercomunitárias Yanomami, que se encontravam em situação crítica de saúde: Surucucu, Xidéa, Homoxi, e Paapiu, com uma população estimada em torno de 3.500 indígenas. Parafuri, Mucajá e Ericó tiveram atendimento regular a partir de setembro com uma população estimada de 1.300 Yanomami. Estas áreas correspondem a 67% dos Yanomami de Roraima.

Para as demais áreas onde a situação de saúde das comunidades era menos crítica, e já havia alguma instituição atuando na cobertura assistencial, a FNS atuou intermitentemente em situações de surto, realizando levantamento sanitário, complementando a assistência e repassando orientações de saúde. Nestes moldes deu-se a atuação em Auaris, Waicas, Palimiu e Catrimani (RR), com aproximadamente 2.200 índios e Tototobi (AM) com 800 índios.

Com a meta básica de barrar os altos índices de mortalidade, principalmente pela malária, tratou-se de garantir a retaguarda assistencial e criar referência em cada área num primeiro momento, estendendo a cobertura às comunidades mais isoladas a seguir, quando houve apoio da FAB com helicópteros (agosto/1991).

Nas comunidades Yanomami cujo acesso principal é via municípios do Estado do Amazonas as ações passaram a desencadear-se a partir do segundo semestre.

No total, foram registrados 18.021 atendimentos de saúde a Yanomami nos dois Estados — Amazonas e Roraima. Atuou-se em 11 das 12 Áreas de Relação Intercomunitária e 64 das 91 comunidades de Roraima (70%).

Dentre as doenças de maior importância epidemiológica em 1991, ressaltamos: malária — 6.788 casos, infecções respiratórias agudas — 1.940 casos, afecções de pele — 1.662 casos,

desnutrição 934 casos (vide quadro em anexo). A análise dos dados de malária mostra uma melhora do quadro da doença na área — 3.437 casos no 1º semestre com 49% por *falciparum* — forma grave e 47% por *vivax*, passando para 3.351 no 2º semestre com 37% por *falciparum* e 60% por *vivax*. No 2º semestre, concomitante à melhoria do registro e ampliação dos serviços de saúde, houve uma inversão da prevalência da forma parasitária e diminuição dos óbitos pela doença (55 óbitos no 1º semestre por malária e 30 no 2º semestre) o que espelha a eficácia das medidas de controle da doença.

Em 1990 foram diagnosticados 23 casos de tuberculose entre os Yanomami, contra 43 em 1991. O aumento do número de casos deve-se provavelmente à melhoria dos serviços de saúde que incluem: busca ativa de casos em áreas de maior incidência, pesquisa de comunicantes e introdução de método de pesquisa de Bacilo Álcool-Ácido Resistente (BAAR) em concentrado de escarro e lavado gástrico. Não podemos descartar um real aumento da incidência da doença.

Sabidamente cento e nove índios Yanomami morreram em decorrência destes e outros agravos (143 com registros completos — 75 no 1º semestre, 68 no 2º semestre e 50 com registros incompletos).

Foram aplicadas 2.543 doses de vacina antiamarílica, 603 doses de vacina anti-hepatite B (excluindo-se 163 doses aplicadas a profissionais atuantes na área), 1.502 doses de vacina anti-sarampo, 172 de BCG, 330 doses de tríplice, 420 antipólio e 570 antitetânica. As três primeiras foram aplicadas para bloquear surtos.

A Casa do Índio em Boa Vista, com capacidade para receber 100 índios, passou por uma reforma estrutural ampla, que abrangeu as instalações de esgoto, abastecimento de água, rede elétrica e físicas, promovidas pela FNS e MDM. Foi implementada nova metodologia de trabalho com maior suporte de recursos humanos e transporte, ficando a alimentação e os medicamentos por conta da FNS. Em 1991, a mesma recebeu 1.189 indígenas sendo 933 para tratamento (344 Yanomami, 485 Macuxi, 15 Maiongong, 76 Wapixana, 4 Wai-Wai, 6 Ingaricó, 3 Taurepang) e 256 acompanhantes. Oitenta e dois pacientes permaneceram por pelo menos seis meses para tratamento de tuberculose. As dificuldades propedêuticas (laboratório, radiologia e especialidades) dificultam o diagnóstico e aumentam o tempo de permanência dos pacientes com outras doenças também.

Tem sido feito um exaustivo trabalho para implantação de um sistema de informação padronizado, que permitirá agilizar e melhorar a qualidade da avaliação epidemiológica."

Na conclusão dos trabalhos, Sr. Presidente, estão algumas sugestões: manutenção e ampliação da assistência no Distrito; ampliar e melhorar as ações de controle da malária, tuberculose, leishamanoise e desnutrição; implementar programas de vacinação e informação.

Encaminhei ao Ministro algumas sugestões específicas detalhadas para a realização do programa. Vou relatar também o que vi ao Presidente da Funai, que, por se encontrar viajando, não pude visitá-lo pessoalmente, para que haja uma melhor coordenação entre o Ministério da Saúde e das Forças Armadas, particularmente o Exército e FAB, visando à melhoria das condições de saúde dos indígenas.

O Sr. César Dias — Permite-me V. Exº um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com prazer, ouço o aparte de V. Exº.

O Sr. César Dias — Nobre Senador Eduardo Suplicy, ficamos lisonjeados com a presença de V. Exº em Roraima neste recesso parlamentar. Mas gostaria de informar a V. Exº que o debate do Partido dos Trabalhadores ocorrido na Câmara Municipal, com a presença de V. Exº, não teve condições de abranger todos os segmentos sociais do nosso Estado. Nem sequer fui convidado, e estava em Roraima; nenhum político compareceu àquele debate. Por isso é que gostaria que V. Exº, quando evocasse qualquer pronunciamento sobre a área Yanomami, tomasse bastante cuidado, porque V. Exº conviveu apenas com um grupo que trabalha há mais ou menos 10 anos para a efetivação da demarcação da área Yanomami. Eu, pessoalmente, conheço todas essas áreas que V. Exº visitou, por duas vezes já peguei malária nessa região, *falciparum* resistente, visitando essa população indígena. Gostaria também de dizer a V. Exº que sou favorável à demarcação da área Yanomami, mas não gostaria que misturássemos soberania nacional com problema indigenista. Também acho muito grande essa área: 9 milhões e 419 mil hectares para pouco índio. Segundo informações de estudiosos, antropologistas da região, não existem 11 mil índios, mas apenas 4 mil e poucos índios Yanomami. O espaço físico do Estado de Roraima está sendo comprimido. As regiões do Parima e Surucu são as mais ricas em jazidas minerais do planeta Terra; por isso apresentei decreto legislativo sustando a demarcação da área Yanomami. Primeiramente, achei esse projeto segregatório, porque a nossa população de índios Yanomami não deve se separar num continente exclusivamente deles, porque eles guerreiam entre si, sacrificam os primogênitos do sexo feminino e os outros filhos que nascem quando as crianças estão pequenas. Enfim, o projeto é inconstitucional e não atende aos interesses do nosso País, porque o Brasil só será rico se fizer aflorar as suas riquezas. Gostaria que a política indigenista, inclusive com o apoio de V. Exº, fosse mudada, porque não chega um cent de dólar para aquela população indígena. V. Exº viu a miséria em que vive aquele povo. Por isso, nobre Senador, me contrapponho à demarcação da área Yanomami como um continente — a demarcação deve ser descontínua, com maior trabalho da Funai para mudar a população indigenista. Haveremos de lutar muito para sustar essa demarcação da área Yanomami. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço pelo aparte, prezado Senador César Dias. Foi uma satisfação para mim visitar pela primeira vez o Estado de Roraima. Sinto não ter sido feito um convite direto a V. Exº porque, na verdade, quando cheguei a Boa Vista o Partido dos Trabalhadores programou uma reunião aberta com a população em geral para que eu pudesse ali fazer uma palestra sobre o nosso trabalho no Senado e sobre a visita. Mas ressalto a V. Exº que estavam presentes pessoas das mais diversas tendências políticas, que inclusive me questionaram a respeito dos mesmos temas que V. Exº está levantando.

Houve um momento em que cidadãos de Roraima me perguntaram sobre a soberania nacional, e eu, que pela primeira vez, talvez com menos oportunidade do que V. Exº, visitei e dialoguei com os Yanomami, por intermédio de intérpretes da CCP, e com o próprio Davi Yanomami, que fala português, fiquei convencido da importância, da defesa da soberania do território brasileiro, de ser respeitada e resguardada aquela área, os costumes e a cultura dos Yanomami.

Ressalto que não podemos admitir, que em 1992, aqueles que exploram minérios se utilizem dos mesmos métodos usa-

dos pelos bandeirantes. Tive oportunidade de conversar com um sargento do Exército, em Surucucu, que me falou sobre o trabalho heróico dos bandeirantes ao expandirem as fronteiras brasileiras além da demarcação definida pelo Tratado de Tordesilhas. Mas não podemos, a essa altura do progresso da civilização, permitir que o trabalho de garimpeiros ou de empresas mineradoras seja realizado de maneira predatória à própria riqueza da floresta amazônica e à saúde dos ianomâmi. É fato concreto que à invasão de garimpeiros, nos últimos 3 anos, causou uma perda de vida estimada em 15 a 20% dos ianomâmi. Assim, precisamos exigir outros métodos que não os que acabaram prevalecendo.

Nesse aspecto, estou de acordo com a diretriz do Presidente Fernando Collor de Mello — por mais crítico que tenha eu sido às suas diretrizes nos mais diversos campos. Porém, democrática e respeitosamente, Senador César Dias, e agora conhecendo um pouco também do seu Estado, permita-me expressar a minha divergência.

Continuo a leitura do relatório, Sr. Presidente:

“Os dados aqui apresentados estão sendo pela primeira vez consolidados demandando enormes esforços para recuperação de informações dispersas ao longo do tempo pelas diversas entidades envolvidas. Está sendo redigido um minucioso relatório que será em breve divulgado.

Continuidade do trabalho

Com o objetivo de continuar promovendo a recuperação da situação sanitária dos ianomamis e consequente reequilíbrio da sua vida econômica, cultural e social, as metas específicas a serem atingidas no DSY em 1992 são:

1. Manter e ampliar a assistência no DSY;
2. Ampliar e melhorar as ações de controle da malária, tuberculose, leishmaniose e desnutrição;
3. Implementar programa de vacinação;
4. Implementar sistema de informação.

São requisitos essenciais para a viabilização destas metas:

Meta 1

a) criação de mecanismos de manutenção e captação de recursos humanos, com política salarial adequada, respeitando-se a especificidade do trabalho no DSY;

b) aporte de recursos orçamentários e financeiros para adequada manutenção e estruturação do apoio logístico necessário (alimentação, medicamentos e equipamentos médico-hospitalar, aviões, helicópteros, infra-estrutura da rede física, incluindo a construção da unidade mista de Surucucu, sistema de energia solar e sistema de radiofonia).

Meta 2

a) repórte-se ao item a da meta 1, acrescido de formação e capacitação dos recursos humanos.

b) reporte-se ao item b da meta 1;

c) melhoria do sistema de informação através de aquisição de equipamento de informática e assessorias especializadas;

d) melhoria do sistema de referência e contra-referência;

Meta 3

a) reporte-se ao item a da meta 1;

b) aquisição e implantação de cadeia de frio (sistema de captação por energia solar) em todo o DSY;

Meta 4

a) reporte-se ao item a da meta 1;

b) reporte-se ao item c da meta 2;

Comentários Finais

A partir da criação do DSY, torna-se necessária a estruturação de um quadro de pessoal para a operacionalização do mesmo. Faz-se urgente, portanto, a definição de uma política de recursos humanos que permita mecanismos especiais de recrutamento e contratação de pessoal capacitado, por tempo não inferior a três anos e em número suficiente, levando-se em conta o desgaste do trabalho, o adoecimento da equipe de saúde e a adaptação às peculiaridades e adversidades da área.

É imperativo que, através do Ministério da Saúde, hoje o responsável legal pela saúde do índio, promova-se a articulação com todas as entidades indigenistas e/ou envolvidas com a questão assistencial, visando o alcance do objetivo comum a todos: a melhoria das condições de saúde das populações indígenas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA DE INTERCOMUNICADA

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA DE INTERCOMUNICADA
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FONTE: Censo 1980

| RODRIGUES | | | | |
|-----------------------|---------------------------------|-----------|-------------|-------|
| MUNICÍPIO | ÁREA DE RELAÇÃO INTERCOMUNICADA | POPULAÇÃO | COMUNIDADES | CASAS |
| BOA VISTA | ERICÓ | 185 | 05 | 76 |
| | MAIAKS | 75 | 01 | 04 |
| | AUARIS / OLONAI | 1.015 | 09 | 32 |
| | | 1.285 | 15 | 44 |
| ALTO ALEGRE | SURUCUCU | 1.821 | 20 | 59 |
| | KIÓCA | 858 | 04 | 22 |
| | PARAFUÍ | 918 | 08 | 44 |
| | PALMIRO | 465 | 05 | 28 |
| | | 3.674 | 38 | 122 |
| CARACARAÍ | AJARANI | 62 | 02 | 07 |
| | CATEIRANI | 681 | 06 | 15 |
| | | 723 | 11 | 17 |
| MURIAÉ | MUCAJÁS | 405 | 10 | 23 |
| | HONORÍ | 881 | 08 | 48 |
| | PAAPÍU | 514 | 09 | 11 |
| | | 1.880 | 27 | 53 |
| TOTAL | | 7.262 | 91 | 278 |
| AMAZONAS | | | | |
| BARCELOS | TOOTOTOBI | 1.047 | - | - |
| SITIAZEL DO RIO NEGRO | CAUABURIS | 1.045 | - | - |
| | MARAVIÁ | 736 | - | - |
| | PADUAÍS | 673 | - | - |
| | TOTAL | 3.465 | - | - |
| TOTAL | | 10.757 | - | - |

FONTE: Censo AMAZONAS (COPA - MTE), FONAI-BARCELOS, FMS-AM, 1980
Censo ROAÍRA, FUNAI 1980

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
70910 — Brasília, DF
Fones: 273-3264(direto)
348-2368 (direto)

SÉRIE ANTROPOLOGIA 119

**URIHI: Terra, Economia e
Saúde Yanomami**

Bruce Albert
ORSTOM — Universidade de Brasília
1991

URIHI (1): Terra, Economia e Saúde Ianomami

Bruce Albert

O processo de reconhecimento oficial das terras Ianomami desenvolve-se há 15 anos, numa verdadeira saga de projetos e contra-projetos na qual destaca-se a persistência de certos setores do Estado em elaborar propostas de redução e desmembramento destas terras indígenas. Estas propostas visando a expropriar o território Yanomami em benefício de diversos interesses econômicos — no momento a frente de exploração mineral (ver Becker 1990: cap. 4) — são geralmente acompanhadas por argumentos sobre a desproporção entre extensão territorial e produtividade (e/ou demografia) indígena (ver Oliveira Filho 1987: 17-18; Viveiros de Castro e Andrade 1988: 12-13).

Esta retórica política, além de uma sinistra redução dos direitos humanos à razão utilitária (que mereceria uma análise em si mesma), alimenta-se de um profundo desconhecimento sobre as economias indígenas da Amazônia. O presente trabalho esforça-se por sintetizar o básico do que a literatura antropológica tem a nos ensinar sobre o uso dos recursos naturais e as necessidades territoriais dos Ianomami. Pretende-se, assim, providenciar informações gerais para quem tem interesse no debate sobre direitos territoriais indígenas na Amazônia e subsídios antropológicos para uma delimitação adequada da Terra Indígena Ianomami.

Organização e história do povoamento Ianomami

Os yanomami, grupo de caçadores-horticultores da floresta tropical interfluvial do oeste do maciço güianense, ocupam um território de aproximadamente 192.000 km², situado de ambos os lados da fronteira entre a Venezuela (alto Orinoco e Cassiquiare) e o Brasil (alto rio Branco, margem esquerda do rio Negro). Constituem um conjunto cultural e linguístico composto de quatro subgrupos territorialmente adjacentes que falam línguas mutuamente inteligíveis: o Yanomami (aproximadamente 56% da etnia), o Yanomam (25%), o Sanumá (14%) e o Ninam (5%). (ver nota 1).

A população total dos Ianomami (Venezuela e Brasil) é de aproximadamente 22.500 pessoas repartidas em 370 comunidades (Albert 1989: 637), dando uma média de pouco mais de 60 habitantes por comunidade (veremos, entretanto, que esta média é maior no Brasil). Essas comunidades são geralmente constituídas por uma casa coletiva de forma cônica

ou de tronco de cone — o yano ou shabono — (Yanomam, Yanomami) ou por conjuntos de casas de tipos retangulares (Sanumá, Ninam) (ver Taylor 1983: 636, 638). Cada uma dessas unidades residenciais considera-se econômica e politicamente autônoma e vê-se, em termos ideais, como uma unidade endogâmica. Em realidade, cada comunidade mantém uma rede de relações de troca matrimônial, ritual e econômica com alguns (em geral quatro ou cinco) grupos locais vizinhos, na qual baseia sua solidariedade política em relação às outras unidades multicomunitárias da mesma naturez. Essas redes de aliança e intercâmbio intercomunitários superpõem-se parcialmente para formar uma malha sócio-política complexa que liga a totalidade das unidades locais Ianomami de um extremo ao outro de seu território.

Por não possuírem afinidade genética, antropométrica ou lingüística com seus vizinhos atuais, como os Yekuana ou Maiongong (Caribes), os geneticistas e lingüistas que os estudaram deduziram que os Ianomami atuais seriam descendentes de um grupo que permaneceu relativamente isolado desde uma época bastante antiga (Neel et al. 1972: 99, 103-4, Spielman et al. 1979: 377). A duração desse isolamento foi estimada, com base em estudos gloto-cronológicos, em pouco mais de um milênio: a mais antiga separação lingüística no seio do grupo Ianomami, uma vez isolado como tal, dataria do final do século XIII (há 700 anos) (Migliazza 1982: 517). O centro do habitat histórico dos Ianomami situa-se, segundo a tradição oral dos vários subgrupos da etnia e os documentos históricos mais antigos que a menciona, na região da serra Parima (região interfluvial rio Branco-Orinoco). Essa é ainda a zona mais densamente povoada do território Ianomami, com até 0,78 hab/km² na Serra Parima brasileira (cabeceiras do rio Parima), enquanto nas terras baixas encontram-se densidades da ordem de 0,05 hab/km² (bacia do rio Catrimani) (Migliazza 1972: 19-20).

O movimento de migração a partir da Serra Parima em direção às terras baixas circunvizinhas que produziu a configuração contemporânea do território Ianomami começou, muito provavelmente, na primeira metade do século XIX, após a penetração colonial do alto Orinoco, rio Negro e rio Branco, na segunda metade do mesmo século (ver Civrieux 1980: Introduction, Farage 1986, Sweet 1974). Essa expansão geográfica foi possibilitada por um crescimento demográfico acentuado, entre 1 e 3% anuais (Chagnon 1974: 94, Hames 1983a: 425, Kunstadter 1979: 356, Lizot 1988: 497). Vários autores consideram que esse desenvolvimento da população Ianomami se deveu a transformações técnico-econômicas, como a aquisição de novas plantas de cultivo (banana pacova) e de ferramentas de metal, através de guerra ou de troca com as etnias circunvizinhas (Caribes ao norte a leste, Arawaks ao sul e a oeste: Albert 1985: 40-41, 1990: 558-559; Migliazza 1980: 99) e se viu favorecido pelo esvaziamento dos territórios desses grupos, dizimados pela expansão da fronteira branca durante o século XIX (Chagnon 1966: 167; Colchester 1984; Hames 1983a: 426; Lizot 1984a: 8, 11, 37; Smole 1976: 51).

Os Ianomami do Brasil e a fronteira econômica regional: dos primeiros contatos à invasão garimpeira.

Os Ianomami do Brasil foram estimados em 1988 pela Funai em 9.910, repartidos em cerca de 120 comunidades nas regiões do alto rio Branco (oeste de Roraima) e da margem esquerda do rio Negro (norte do Amazonas), com uma média

1 — "Universo, floresta, território, terra". Todas as palavras Ianomami citadas nesse texto vêm da língua Yanomam, uma das quatro línguas Ianomami, dominante no Brasil (Roraima) com aproximadamente 6.340 falantes.

de 83 habitantes por comunidade (2). A sua situação de contato com a sociedade nacional apresenta aspectos complexos e regionalmente heterogêneos, devido à "sedimentação" das sucessivas fronteiras que penetraram em seu território desde o início do século XX e continuam coexistindo em combinações locais bastante diversas.

Os Ianomami tiveram seus primeiros contatos diretos com representantes da sociedade regional e nacional (balateiros, piacabeiros, caçadores, membros da Comissão de Limites e do Serviço de Proteção aos Índios) ou viajantes estrangeiros, nas primeiras décadas deste século (aproximadamente entre as décadas de 10 e de 40) (ver Albert 1985: cap. I e II, 1988). Entre o fim dos anos 40 e meados dos 60 a abertura de várias missões católicas e evangélicas (e de alguns postos do SPI) estabeleceu os primeiros pontos de contato permanente na área, constituindo uma rede de pólos de sedentarização, fonte regular de bens ocidentais e de alguma assistência sanitária.

Nos anos 70 e 80, os projetos de desenvolvimento do Estado e as frentes pioneiras espontâneas que lhes são associadas começaram a submeter os Ianomami a formas de contato maciço com a fronteira econômica regional em expansão, principalmente no oeste de Roraima (estradas, projetos de colonização, fazendas, serrarias, canteiros de obras e primeiros garimpos). Esses contatos provocaram entre os Ianomami um choque epidemiológico de grande magnitude, causando pesadas perdas demográficas, uma degradação generalizada de sua situação sanitária e casos graves de desestruturação social (ver, sobre este período, Albert e Zacquini 1979; Ramos 1979; Taylor 1979; CCPY 1982, 1984, 1987).

As duas formas duráveis de contato inicialmente conhecidas pelos ianomami — primeiro com a fronteira extrativista, depois com a fronteira missionária — coexistiram até o início dos anos 70 como uma associação dominante no seu território, o que continua a ocorrer no Amazonas. Entretanto, os anos 70 foram marcados, em Roraima, pela implementação de projetos desenvolvimentista no âmbito do Plano de Integração Nacional lançado pelos governos militares na Amazônia oriental (ver Mahar 1989: 23-8). Tratava-se, essencialmente, da abertura de um trecho da estrada Perimetral Norte (1973-76) e de projetos de colonização pública (1978-79) que adentraram o sudeste do território Ianomami (ver Albert e Zacquini 1979, Ramos 1979, Taylor 1979). Nesse mesmo período, o programa de levantamento dos recursos amazônicos Radambrasil (1975) detectou a provável existência na região de importantes jazidas minerais (ver *O Estado de S. Paulo*, 1-3-75: "Nas terras dos Índios, a riqueza"). A publicidade dada ao potencial mineral do território Ianomami desencadeou um movimento progressivo de infiltração de garimpeiros, que se agravou perigosamente no fim dos anos 80, tomando a forma de uma verdadeira corrida do ouro a partir de 1987. Mais de 100 pistas de garimpo clandestinas chegaram a operar no curso superior dos principais afluentes do rio Branco (Catrimani, Mucajá, Uraricoera, Parima) entre 1987 e 1989 e o número de garimpeiros na área foi estimado em até 40.000 — cinco vezes a população Ianomami de Roraima (cerca de 7.200 pessoas) (ver APC 1989, 1990; Albert 1991a). Apesar das operações de desin-

trusão da área desencadeadas a partir de janeiro de 1990, a população garimpeira estabelecida no coração do território Ianomami (Serra Parima e áreas adjacentes) podia ser ainda estimada em 7.000 em julho de 1991 (*Folha de S. Paulo*, 4-7-91). (Uma nova operação de evacuação da área foi deslanchada pela Funai nesse mesmo mês).

A frente de expansão garimpeira tendeu, nestes últimos anos, a suplantar completamente as formas anteriores de articulação da sociedade Ianomami com a sociedade envolvente e, inclusive, até a relegar a segundo plano a fronteira de desenvolvimento surgida nos anos 70. Esse crescimento da frente garimpeira no seio da fronteira econômica tornou-se, aliás, um fenômeno de primordial importância em toda a região amazônica durante os anos 80 (Cleary 1990; Pereira 1990; Carvalho 1990). O que não significa, no entanto, que outros setores (agricultura comercial, empreendimentos madeireiros e agro-pastoris, mineração industrial), incipientes ou ainda inexistentes, deixarão, num futuro próximo, de ter importância no oeste de Roraima, onde se encontra a maior parte do território Ianomami.

Um relatório do governo de Roraima (Governo de Roraima — Codesaima 1989) revela, assim, que as terras Ianomami estão quase que totalmente cobertas por 451 alvarás e requerimentos de prospecção mineral registradas no Departamento Nacional de Produção Mineral por empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais. A companhia brasileira Paranapanema, um dos maiores produtores de estranho do mundo, tem, em particular, um grande interesse em explorar uma jazida situada no alto rio Parima, no centro do território Ianomami (CEDI 14-6-91 in *Aconteceu* 560: 10). Além disso, os projetos de colonização lançados em 1978-79 no oeste de Roraima formaram na periferia sudeste das terras Ianomami uma frente de povoamento (São José Apiaú) passível de se expandir para dentro da área indígena cortada por um trecho da Perimetral Norte, devido ao afluxo migratório que ocorre atualmente em Roraima (ver Silveira a Gatti 1988). Outros projetos de colonização mais recentes poderão também, no futuro, ampliar esta tendência (Tepequém — Paredão-Rouxinho). Foi até considerada pelos governos locais, nestes últimos anos, a construção de estradas ligando Boa Vista (capital de Roraima) a três pontos dos confins do território Ianomami (Surucucus — Auaris — Ericó), nos quais o Exército está criando bases militares do Projeto Calha Norte (SG/CSN 1985), bem como a construção de uma hidrelétrica no rio Mucajá, à beira do território indígena (Engorio 1987).

A saga da delimitação das terras Ianomami

Paralelamente ao processo de intrusão que acabamos de descrever, as terras Ianomami foram objeto, entre 1977 e 1991, de várias formas sucessivas e contraditórias de reconhecimento administrativo que nunca chegaram a desembocar numa regularização fundiária efetiva:

— 1977-78: são promulgadas, após a abertura da Perimetral Norte, quatro portarias da Funai desmembrando o território ocupado pelos Ianomami num arquipélago de 21 micro-reservas descontínuas, representando um total de 22.283 km² (ver Albert e Zacquini 1979)(3). Esse projeto de expropriação territorial, repudiado por uma importante campanha nacional e internacional de protesto, foi arquivado em 1979.

2 — Parecer Funai nº 190/88 de 19-8-88. Ver também CEDI/PETI 1990: 36-37, 89-90. Esta cifra inclui, em realidade, cerca de 180 indios Maiongong (caribes) dos rios Auaris e Uraricoera (Ministério da Saúde 1990: 1). O número de comunidades levantadas no Brasil foi de 119 (ver o mapa "Território Ianomami", PIB/CEDI e CCPY, de outubro de 1988 baseado no levantamento da Funai).

3 — Portarias nº 477/N (22-12-77), 505/N (29-5-78), 512/N (7-7-78) e 513/N (10-7-78).

— 1982: uma portaria do Ministério do Interior interdita uma área contínua de 77.000 km², correspondendo parcialmente ao território tradicional ianomami, para fins de estudos e posterior delimitação (GM/nº 25, 9-3-82).

— 1985: é elaborada uma portaria da Funai (nº 1817/E, 8-1-85) definindo os limites de uma área ianomami de 94.191 km², tendo em vista a criação de um "Parque Indígena Ianomami" com dupla função: reserva territorial indígena e reserva ecológica (Estatuto do Índio, art. 28).

— 1988-89: é promulgada, em desconsideração aos estudos realizados entre 1982 e 1985, uma portaria interministerial (nº 250, 18-11-88), que reduz e desmembrar novamente as terras ianomami nas linhas do projeto de 1977-78, desta vez em 19 "ilhas" (perfazendo um total de 24.352 km²) espalhadas em três áreas de proteção ambiental (Florestas Nacionais de Roraima e do Amazonas, Parque Nacional do Pico da Neblina: 61.097 km²). Esta delimitação é homologada por uma série de decretos presidenciais em fevereiro e março de 1989 (¹) (ver Albert 1991b).

— 1990: são criadas três "reservas de garimpagem" (Santa Rosa, Uraricoera, Catrimani-Couto de Magalhães), ratificando a invasão garimpeira nas terras ianomami (²).

— 1991: após várias decisões da Justiça Federal, condenando a inconstitucionalidade da redução e do desmembramento das terras ianomami (a última em setembro de 1990) (6), as medidas demarcatórias de 1988-90 são anuladas pelo Presidente da República (19-4-91). Duas Portarias do Ministério da Justiça (nº 223 e 224, 2-5-91) determinam a revisão da delimitação das terras ianomami e, para este fim, as interditam (no perímetro do projeto FUNAI de 1985) por um período de 6 meses, voltando à situação de março de 1982.

Em julho o Presidente da FUNAI publica no *Diário Oficial* (25-7-91) um parecer favorável à retomada, do projeto de delimitação das terras ianomami emitido pelo órgão em janeiro de 1985. A aprovação deste projeto está agora (1-9-91) à espera da decisão do Ministério da Justiça.

O sistema produtivo ianomami

Após 15 anos desse caótico processo de delimitação e quatro períodos de reestudo da área ianomami, cabe agora, na iminência de uma nova decisão, reafirmar alguns parâmetros básicos do sistema produtivo indígena e das condições espaciais de sua reprodução. Esses parâmetros devem ser considerados fundamentais tanto na garantia da sobrevivência física e social do grupo quanto na preservação de seus recursos naturais.

O sistema produtivo ianomami será abordado aqui principalmente sob seus aspectos ecológicos e nutricionais; aspectos cruciais na discussão das necessidades territoriais ianomami em vista das graves consequências ambientais e sanitárias provocadas pela invasão garimpeira do território desses índios desde 1987 (ver APC 1990: 30-33; Ministério da Saúde 1990: 5-6).

4 — Decretos nºs 97.512 a 97.530 de 17-2-89 (19 áreas indígenas); nº 97.545 e 97.546 de 1-3-89 (duas florestas nacionais). O Parque Nacional do Pico da Neblina existe administrativamente, em realidade, desde 1979 (Decreto nº 83.550 de 5-6-79).

5 — Decretos nºs 98.890 (25-1-90) e 98.959-60 (15-2-90).

6 — Sentença nº 822/90, Justiça Federal, Sétima Vara, Medida Cautelar do Ministério Público Federal (24-9-90). As decisões anteriores datam respectivamente de 20-10-89 e 10-4-90.

Caça, pesca e coleta

É através da caça, da pesca e da coleta que os ianomami adquirem de 70 a 74% dos recursos em proteínas indispensáveis à seu equilíbrio alimentar (Colchester 1982: 314; Lizot 1978: 98). Eles caçam com arco e flecha (às vezes com espingarda), rastreando ou atraindo animais (imitando seu grito); pescam com linha ou timbó; praticam a coleta de aproximadamente 65 tipos de plantas silvestres de uso alimentar, de batráquios, crustáceos, lagartas, larvas de insetos e mel selvagem (Lizot 1984b: 52 e 54) (7).

A caça, a principal dessas atividades em termos de contribuição proteíca (até 54% das proteínas produzidas), é uma das raras ocupações econômicas exclusivamente masculinas. É praticada por todos os homens ianomami desde a adolescência até, geralmente, seus 50 anos de idade. Entretanto a maior produtividade dos caçadores é nos seus 20 e 30 anos. É considerada pelos ianomami uma atividade altamente atraente e valorizada, sendo também uma importante fonte de prestígio (ver Colchester 1982: 249-263; Smole 1976: cap. 7).

Tarefa, árdua, complexa e de retorno imprevisível, a caça requer um investimento em trabalho mais elevado que todas as outras atividades de produção alimentar (agricultura inclusiva); até 61,5% do tempo de trabalho masculino (Colchester 1982: 202). Entretanto, demonstra uma produtividade relativamente baixa: a sua taxa de eficiência (ganho/custo energético) atinge somente entre 1,8:1 e 2,8:1 (Colcher 1982: 238; Lizot 1978: 103) (8). Ela exige, além disso, o uso de um espaço ecológico considerável, cerca de 10 km² por pessoa — ou seja, 830 km² por comunidade média no Brasil (9) —, bem como o acesso a novos territórios de predação de tamanho equivalente depois de 5 a 7 anos, sendo que a produtividade decresce em razão direta da duração de ocupação de um sítio de residência (ver Good 1982). A título de comparação, a superfície necessária para manter a continuidade do sistema agrícola ianomami a longo prazo é só de 12.720 m² por pessoa (Colcher 1982: 288).

Essas exigências territoriais dependem menos de uma baixa densidade de biomassa animal amazônica (ver Fittkau and Klinge 1973 e críticas de Beckerman 1979: 536 e Vickers 1983: 469-470) do que das limitações impostas à caça indígena pelas características ecológicas e etológicas das presas disponíveis: entre 41 espécies de mamíferos da Amazônia habitualmente caçadas pelas populações indígenas 39,4% pesam menos de 5 kg, 53,6% são solitárias, 73,2% são de hábitos noturnos e 43,9% são arborícolas (Sponsel 1981: 319-321, 1986: 76, 1989: 43).

7 — Desses 65 plantas silvestres de uso alimentar, entre 15 e 20 têm uma importância particularmente notável na dieta ianomami, entre as quais os frutos de palmeiras (inajá, buriti, patauá, bacaba), o pequi, o cajú, a castanha-do-pará, o cacaú... etc. (ver Fuentes 1980: 3; Lizot 1984b: 54-55).

8 — Nessa perspectiva, a produtividade da coleta (2,1:1) é ligeiramente menor que a da caça (2,8:1); as da pesca (0,8:1) e da agricultura (19,8:1) apresentam o desvio máximo.

9 — As comunidades da periferia da área ianomami dispõem de aproximadamente de 12 km²/pessoa (ver Taylor 1983: 649); as comunidades situadas no centro, mais densamente povoadas, de cerca de 8 km²/pessoa (cálculo a partir dos dados de Smole 1976: 78). 10 km²/pessoa representam, assim uma média aceitável para a totalidade do território indígena. Vimos que o número médio de habitantes por comunidade ianomami no Brasil é de 83 pessoas. 830 km² por comunidade não devem ser consideradas uma cifra extravagante: os especialistas consideram que a extensão média dos territórios de caça das comunidades indígenas tradicionais da terra firme amazônica pode ser de cerca de 1.000 Km² (ver Vickers 1988: 1522).

Pode-se dizer, assim, que a caça é o fator limitante e o ponto nevrálgico do sistema econômico ianomami; custosa em energia e espaço, dela depende um componente absolutamente fundamental ao equilíbrio nutricional do grupo: ela produz a metade as proteínas consumidas. Redução territorial e/ou degradação ecológica do habitat ianomami significam, nesse contexto, uma queda imediata dessa produção protéica e, portanto, uma ameaça direta e drástica à sobrevivência física do grupo.

Agricultura

Os ianomami praticam uma agricultura de coivara itinerante bastante sofisticada (ver Hames 1983b, Lizot 1980, Smole 1989), satisfazendo a 77% de suas necessidades energéticas (Lizot 1978:98). A produtividade dessa agricultura é muito alta, tendo uma relação entre produção calórica e gasto energético situado entre 19.9:1 e 28.1:1 (ver Golchester 1982: 328). Cada acre (40,47 ares, menos de meio hectare) de bananas *Musa sepientium* (pacova) numa roça ianomami produz, assim, 12 milhões de calorias em dois anos e satisfaz, por si só, as necessidades calóricas de 7 pessoas no mesmo período (Smole 1989: 124).

São plantadas nas roças ianomami cerca de uma centena de variedades de aproximadamente 40 espécies vegetais (Lizot 1980: 15), as maiores superfícies sendo dedicadas ao cultivo de bananas (*Musa sapientium* a *M. paradisiaca*) tubérculos, em particular mandioca (sobretudo a mansa, isto é, a macaxeira ou aipim), mas também tainoba, cará e batata-doce (ver Smole 1976: cap. 5) (10). Em certas regiões dominam os bananais com até 58,5% da superfície das roças (ianomami ocidentais); em outras dominam os mandiocais com 31% da área cultivada (ianomami setentrionais) ver Colchester 1982: 231).

As plantações das roças ianomami fazem-se essencialmente pela técnica de plantio de mudas (clonagem), semeando-se unicamente algodoeiros, tabaco, milho e mamão. A tecnologia agrícola é relativamente simples; as ferramentas essenciais são o machado, o terçado, o cavador de madeira de palmeira e o fogo. As cinzas dos vegetais derrubados e queimados na abertura da clareira da roça constituem o único fertilizante usado.

A superfície cultivada gira em torno de três a cinco hectares por comunidade em cerca de quatro anos de exploração de um sítio agrícola (formado por um conjunto de roças familiares contíguas, ampliadas anualmente a fim de manter um nível de produtividade constante (11). Um novo sítio abre-se a cada cinco anos em média, num raio de uma dezena de quilômetros do precedente, ocasionando geralmente a construção de uma nova casa coletiva(12).

O abandono de um sítio agrícola justifica-se essencialmente pelo acréscimo de trabalho provocado pela limpeza da vegetação secundária e das plantas de cultivo degeneradas, pelo afastamento progressivo entre a parte produtiva das roças e a habitação, e pelo decréscimo da fertilidade dos solos (Lizot 1980: 40 Hames 1983b: 23). Os sítios antigos mantêm, no entanto, importância econômica durante vários anos, sendo

10 — São também cultivadas: cana-de-açúcar, pupunhas, milho, mamões, pimenta, tabaco, algodão, urucu, canas de flechas, cabaças de diversos tipos, venenos de pesca, plantas mágicas e medicinais... etc. (ver Lizot 1980: 15-38).

11 — 0,0523ha por pessoa segundo Lizot 1980: 64 (4 ha para uma comunidade de 80 habitantes); Colchester (1982: 248) dá 0,0848 ha/pessoa (cerca de 7 ha para uma comunidade de 80 pessoas).

12 — Lizot (1980:39) menciona um limite máximo de cinco a sete anos, Good (1982: 9), um limite mínimo de dois a três anos.

ainda possível de coletar neles pupunhas, tainoba, vários tipos de bananas e canas de flecha. Deles são também tirados rebentos de bananeiras para plantio. Na sua vegetação secundária são coletadas, além disso, frutas (de *Cecropia* e *Passiflora*, por exemplo) e matérias-primas (como *Gadua* e *Ischnosiphon*, para cestaria). Nas roças velhas são, finalmente, caçados animais atraídos pelas plantas de cultivo (sobre tudo isso ver Smole 1976: 155, 1989: 126; Colchester 1982: 247).

Essa agricultura, muito produtiva e rica em cultivares, é, no entanto, incapaz de assegurar, por si só, o equilíbrio da dieta ianomami, pois ela satisfaz a apenas de 26 a 30% de seu input protéico (Lizot 1978: 77 e 98, Colchester 1982: 314). De fato, bananas e tubérculos, que constituem a base alimentar dos ianomami, contêm geralmente menos de 2% de proteínas, sendo essencialmente ricos em carboidratos (Hames 1990: 90). Disso decorre o caráter absolutamente imprescindível da caça, coleta e pesca para a subsistência ianomami.

Deve-se observar, finalmente, que essa agricultura não produz nenhum tipo de degradação ecológica do habitat florestal. Cada roça contém numerosas espécies cultivadas ocupando diversos níveis de vegetação. Pouco depois do plantio uma cobertura vegetal diversificada se desenvolve na roça, e assim o solo não fica descoberto e exposto aos elementos (a tecnologia usada também não o desestrutura). Depois de um ano ou dois de produção a roça já se encontra engajada num processo de reconstituição da floresta (ver Smole 1989: 119; Colchester 1982: 239-247).

Sistema produtivo e espaço econômico

O espaço econômico de uma comunidade ianomami pode ser descrito com base no modelo de uma série de círculos com centro na habitação coletiva (ou conjunto de casas) (13). Esses círculos delimitam zonas de exploração de natureza e intensidade distintas (ver Sponsel 1981: 226-229; GOOD 1982: 7-9 e, para um modelo similar entre os Siona-Secoya, Vickers 1983: 459):

1) O primeiro círculo, num raio de cerca de 5 quilômetros a partir do yano, circunscreve a zona de exploração imediata da comunidade (cerca de 80 km²): pequena coleta feminina, pesca individual ou com timbó, caça ocasional de curta duração (algumas horas), atividades agrícolas.

2) A segunda zona de exploração, que se estende num raio de 5 a 10 quilômetros a partir da habitação, é essencialmente a da caça individual diária (rama huu) e da coleta familiar esporádica (cerca de 240 km²).

3) Na terceira zona, num raio de 10 a 17 quilômetros da casa (cerca de 590 km²), realizam-se as expedições periódicas de caça coletiva de alguns dias a várias semanas de duração (henimu) que precedem as reuniões cerimoniais intercomunitárias (reahu), assim como as expedições plurifamiliares de coleta (Waime huu) durante a maturação de certos frutos particularmente apreciados (ver nota 7).

13. Esta esquematização do espaço econômico ianomami não deve ocultar o fato de que as áreas dentro de um determinado círculo não são todas ecologicamente semelhantes e, portanto, igualmente exploradas (Colchester 1982: 116-119, Taylor 1983: 630-632, sobre a imprescindível diversidade dos biótipos explorados nessas áreas).

Pode-se encontrar representações gráficas aproximativas da distribuição dos recursos usados por vários grupos locais ianomami específicos em: Smole 1976: 77, Fuentes 1980: 30 (mapa 2), Good 1982: fig. 1, Colchester 1982: 267, Zucquini in COPY 1982: 121-129, Lizot in Arvello-Jimenez (ed.) 1984: 44, Lizot 1986: 39 (fig. 2).

No henimu os homens caçam em grupo a partir de um acampamento fixo situado a alguns dias de viagem do *yano*; a expedição do *waimé huu* realiza-se numa sucessão de acampamentos ao longo de um percurso elíptico a partir do *yano*. Encontram-se nesta terceira zona tanto as novas roças (*tuterim kano*) quanto as antigas (*warô batarime kano*) junto às quais se acampa esporadicamente — para cultivar ou colher — e em cujos arredores a caça é abundante. Um terço e até a metade do ano passam as comunidades ianomami isoladas ou pouco contatadas em diferentes locais dessa zona de exploração mais afastada da habitação coletiva (14).

É graças a essa repartição da pressão das suas atividades de predação (caça, pesca, coleta) no espaço e no tempo, que cada comunidade ianomami consegue obstar um esgotamento rápido dos recursos — principalmente faunísticos — necessários a sua reprodução (ver Good 1982: 9-11 e tabela 1⁴) ou, para ser mais preciso, consegue manter a produtividade de suas atividades de subsistência (relação entre investimento em tempo e eficiência da atividade) em um nível socialmente aceitável (ver Descola 1986: 386; Hames 1989).

Entretanto, o funcionamento desse sistema, além de suas exigências espaciais (aproximadamente 10 km²/pessoa), tem limitações demográficas, que se pode empiricamente situar em torno de 150 a 200 pessoas (Good 1982: 14), bem como limitações temporárias, sendo que o declínio da produtividade da caça na zona de predação próxima (círculos 1 e 2: 320 km²) atinge 8% logo durante o primeiro ano de exploração de um novo sítio (Good 1982: 9-10) e pode atingir 45% em 5 ou 6 anos (ver Vickers 1980: 21 sobre os Siona-Secoya) (15).

Os rendimentos agrícolas declinam num prazo semelhante, embora em proporção e ritmo variáveis de acordo com os vários gêneros cultivados: de 45 a 50% desde a segunda colheita de mandioca (maturação de 8 a 10 meses), enquanto que, no caso da pacova, unicamente a quarta colheita é inferior à primeira (maturação de um ano) (Hames 1983b: 23).

Nesta perspectiva, para assegurar sua subsistência, uma comunidade ianomami deve poder dispor de um espaço econômico que, além de ser suficientemente vasto, seja adjacente, na sua periferia, a áreas de mesma configuração ocupadas por comunidades vizinhas. De fato, as zonas de adjacência destes espaços econômicos (círculo 3) são de fundamental importância por constituirem áreas que, num primeiro momento, servem de refúgio para a fauna nômade, possibilitando a otimização de sua reprodução (Sponsel 1981: 228; ver também Taylor 1983: 631 e Descola 1986: 296), e, depois, tornam viáveis as migrações das comunidades — após cisão, quando estas atingem suas máximas demográficas, ou quando a produtividade econômica dos sítios que elas ocupam torna-se excessivamente baixa (ver Taylor 1983: 632).

É a custa do respeito a essas condições de reprodução (Decola 1982: 227-228) relativos ao tamanho, à densidade e à mobilidade do seu habitat que os ianomami têm conseguido tirar o melhor proveito possível do meio ambiente que eles ocupam em função do seu modelo social e cultural de exploração.

14 — Ver Lizot (1986: 38-39), que mostra que os Aemobetheribe do Orinoco passaram em 1972 pouco mais de 30% do ano em expedições coletivas de caça e coleta, Good 1982 (quadro 3), mostrando que, em 658 dias observados em 1975-77, os Hasubwetheribe do Siapa passaram 48% na sua habitação, 11% em caçadas coletivas, 18% na sua roça nova e 23% em expedições de coleta plurifamiliares.

15 — Para uma discussão das estratégias ianomami para contornar essa diminuição da produtividade da caça, ver Colchester (1982: 263-269).

ração dos recursos naturais (definição quantitativa e qualitativa das necessidades, normas de investimento em trabalho, sistema técnico, concepções das relações homem-mídia natural, organização social da produção etc.).

A produtividade do trabalho na sociedade ianomami tradicional é a elevada — a relação entre ganhos e custos energéticos para o conjunto das atividades econômicas é de cerca de 6,5:1 — e a composição calórica-protéica da dieta responde de forma satisfatória às necessidades alimentares da população: são produzidos 1.794 quilocalorias e 67,55 gramas de proteínas por pessoa e por dia, numa jornada média de trabalho consagrado à alimentação por adulto produtivo (58% da população) girando em torno de 3 horas para os homens e 2 horas e 20 minutos para as mulheres — a média de tempo de trabalho total cotidiano dos ianomami (incluindo preparação de alimentos, fabricação e reparação de objetos e cuidados domésticos diversos) sendo de aproximadamente de 6 horas e 40 minutos para as mulheres e 5 horas e 20 minutos para os homens (Lizot 1978: 77, 79, 96 e 103) (16).

Em função dessa organização de suas atividades produtivas a situação nutricional dos ianomami isolados é muito satisfatória (ver os numerosos estudos citados em Colchester ed. 1985: 16), e isso mesmo nas terras altas da Serra Parima, região relativamente menos propícia à caça (Smole 1976: 181): a população infantil carece de qualquer sinal de má nutrição e a relação entre peso e tamanho da população é, a partir da puberdade, superior às normas standard da Organização Mundial de Saúde (Holmes 1983: 135; 1984: 387-389).

Território, contato e sobrevivência

Vimos que o modelo ianomami de uso dos recursos naturais é sustentado por uma complexa interdependência entre sistema produtivo, espaço econômico e equilíbrio nutricional (ver Vickers 1983 e Lee 1972 sobre a relação entre espaço e recursos). Em situação tradicional as duas condições cruciais de perenidade do equilíbrio dessa interdependência são:

1) a disponibilidade para cada comunidade de um território suficientemente vasto para fornecer todos os recursos necessários à produção e à reprodução dos seus meios materiais de exigência num dado momento (*area of total resource endowment*);

2) a adjacência de cada um destes territórios comunitários com seus vizinhos a fim de garantir a sua renovação ecológica e a mobilidade das comunidades, mobilidade imprescindível para manter o nível demográfico e tempo de permanência das unidades residenciais em compatibilidade com as exigências do sistema econômico (processos de fissão e migração).

A restrição dessas exigências espaciais do sistema produtivo ianomami teria por consequência inelutável a diminuição da relação protéica na dieta do grupo, que chegaria rapidamente abaixo dos 40 g/dia mínimos recomendados em função do seu peso médio (Chagnon and Hames 1979: 912), gerando, assim, uma situação de desnutrição crônica. A perspectiva desse desequilíbrio nutricional a curto prazo já seria muito preocupante para comunidades cujo habitat está preservado de interferências externas. Inútil dizer que, na situação atual

16. Colchester (1982: 202) apresenta cifras semelhantes, ainda que com um tempo de trabalho masculino maior: — produção alimentar: 3 horas e 46 minutos para os homens, 1 hora e 37 minutos para as mulheres; tempo total de trabalho diário: 6 horas para os homens, 5 horas e 18 minutos para as mulheres (sem contar o tempo dedicado ao cuidado das crianças). Isto para uma produção de 2263,5 quilocalorias e 62,4 gramas de proteínas.

da população Ianomami, já submetida às terríveis consequências ecológicas e epidemiológicas da invasão de seu território por milhares de garimpeiros, a oficialização da redução do seu espaço econômico só pode constituir um fator de agravamento do seu já dramático declínio demográfico nestes últimos anos — cerca de 1.000 ianomami morreram de 1987 a 1990 (Ministério da Saúde 1990:5).

O equilíbrio produtivo da maior parte das comunidades Ianomami está atualmente desestabilizado tanto pela degradação ecológica do seu habitat (excavações, poluição (17), desmatamento etc.) quanto pela perturbação do ciclo das atividades de subsistência provocada pelas doenças que assolam constantemente seus membros. O resultado desta desestruturação ecológico-econômica lançou os ianomami numa situação de carência nutricional crônica. Numa das regiões mais afetadas pela invasão garimpeira (ver Pithan 1989), a área de Paapiú (Roraima), 36% de 202 ianomami examinados em janeiro de 1990 sofriam de desnutrição (62% das crianças entre 2 e 9 anos), e, um ano e meio depois, 38% de 169 examinados estavam ainda no mesmo estado (maio de 1991) (18).

Este déficit nutricional está agravado pela superinfestação parasitária (helmintos e protozoários), consequência da sedentarização induzida pela invasão de seus territórios de perambulação e pela concentração populacional na área indígena. Para retomar o exemplo da região de Paapiú, que foi invadida até janeiro de 1990 por cerca de 15.000 garimpeiros, foi constatada, na aldeia próxima à pista que servia de base ao garimpo, uma contaminação das águas por amebas *Entamoeba histolytica* e um altíssimo grau de parasitose intestinal (exames de 59 pessoas) (19):

| | |
|-----------------|-----|
| A. duodenale | 42% |
| A. lumbricoides | 88% |
| I. trichuriis | 37% |
| G. lamblia | 29% |
| E. histolytica | 49% |
| E. coli | 63% |

Essa convergência entre desnutrição e alta parasitose intestinal, por sua vez, reforça — ao influir no estado de imunidade da população — o impacto das doenças introduzidas pelo contato (virose, paludismo e tuberculose em particular), cuja propagação é, aliás, também facilitada pelo aumento da densidade demográfica na região. E, finalmente, a própria intensificação dessas afecções contribui ao agravamento da situação de desnutrição (ver Wirsing 1985: 310-11), fechando-se assim o círculo dos processos de retroação entre desestruturação econômica e degradação sanitária.

A situação sanitária encontrada em Paapiú em janeiro de 1990, após 2 anos e meio de presença garimpeira, demonstra a gravidade dos efeitos desta situação (ver Albert 1991a). Além de 36% da população examinada (202 pessoas) estarem gravemente desnutridos, 84% estavam com malária, 73% com alto grau de anemia, 76% com esplenomegalia, 53% com

17. Sobre a poluição do meio ambiente pelo mercúrio usado pelos garimpeiros na região ver Castro, Albert and Pfeiffer 1991.

18. Relatórios das Drs Menegola e Castro Lobo (Fundação Nacional de Saúde). Essa situação de desnutrição caracteriza-se geralmente sob a forma de um grave deficit quantitativo e qualitativo de proteínas animais (depauperamento da caça) e vegetais (redução da universidade das plantas coletadas); ver Neel (1979: 163) e Wirsing (1985: 312).

19. Relatório dos Drs. Farias Guerreiro e Bastos (Universidade Federal do Pará), agosto de 1990. Sobre essa relação entre superinfestação parasitária e concentração demográfica, ver Neel (1971: 583-4) e Wirsing (1985: 311).

infecção respiratória 25% com doenças de pele, 22% com gastroenterites parasitárias ou infecciosas, 4% com tuberculose e 7% (acima de 15 anos) com suspeita de gonorréia.

A evolução demográfica das populações de pequena-escala simulada por computador atesta sua grande fragilidade a longo prazo, mesmo quando possuem taxas positivas de crescimento natural intrínseco (Howell 1979: 216-220). Os ianomami se beneficiaram no passado de um grande impulso demográfico, baseado na associação entre altas taxas de natalidade e taxas de mortalidade moderadas (ver Early and Peters 1990: cap. 10). Esse crescimento foi progressivamente contido, interrompido e agora invertido na maior parte das regiões do seu território pelo choque epidemiológico do contato (20).

O aumento persistente das taxas de mortalidade (em particular infantil), devido ao recrudescimento das doenças parasitárias e víroíticas introduzidas pela intensificação do contato, conjugado a taxas de fertilidade estacionárias ou mesmo decrescentes, em consequência, por exemplo, do impacto da malária (ver Bois 1967: 160) ou das doenças venéreas (ver Howell 1979: cap. 9) sobre a fertilidade das mulheres, expõe os ianomami a uma regressão populacional de grande magnitude. Se os fatores causadores desta regressão não forem revertidos, eles correm até o risco de sofrer uma baixa demográfica irreversível, apesar de possuirem um volume demográfico ainda notável para uma sociedade indígena na Amazônia contemporânea (ver Colchester ed. 1985: 30).

Esse processo de dizimação, que há cinco séculos atinge as sociedades indígenas das Américas, já foi amplamente documentado (veja-se por exemplo: Clastres 1973, Crosby 1972, Denevan 1976, Dobyns 1976, Duffy 1972, Joralemon 1982, Newman 1976). Nossas próprias pesquisas sobre a história indígena do oeste do Rio Branco demonstram que entre 1730 e 1930 uma dúzia de povos indígenas desapareceram desta maneira na região que cerca o território dos Ianomami no Brasil (Albert 1985: 39-42, 1990: 558-559).

Conclusão

Em vista desses fatos, a delimitação, a desintrusão e a proteção de um espaço territorial adequado para os ianomami aparece claramente como uma condição sine qua non da sua sobrevivência física (conjugada, é óbvio, à implantação de uma estrutura de assistência médica adaptada). Por "território adequado" deve ser entendido aqui uma área calculada prioritariamente em função das condições de reprodução do sistema produtivo indígena descritas acima — isto é, uma área extensa e contínua — que permita uma adaptação a longo prazo dessa sociedade ao contato — de maneira endógena, com base em sua evolução demográfica e em suas próprias estratégias de intercâmbio — e, assim, reverta o processo de depopulação maciça e de ruptura brutal do seu sistema social e econômico em curso nestes últimos anos.

As considerações econômicas e ecológicas levantadas neste relatório são de fundamental relevância para a sobrevivência do povo ianomami e a preservação dos seus recursos naturais. Devem, portanto, constituir o ponto de partida imprescindível de qualquer projeto antropológicamente competente de delimitação das terras desse povo indígena. Em vista da existência de cerca de 120 comunidades ianomami social e economicamente interrelacionadas no Brasil (ver Taylor

20. Em certas regiões, onde missionários providenciaram um atendimento para-médico regular, a taxa de crescimento da população ianomami se manteve a níveis pré-contato: 3,5% anuais entre 1958 e 1987 na região do médio Rio Jari, por exemplo (Early and Peters 1990: 35).

1983: 633), com territórios adjacentes ou próximos, o respeito aos parâmetros espaciais do sistema produtivo ianomami aponta inegavelmente para o projeto de uma terra indígena vasta e contínua, englobando todas as comunidades do grupo. Se adotarmos a base média de 830 km² necessários para cada comunidade poder manter seu equilíbrio econômico, ecológico e nutricional (ver nota 9), o território global a ser legalmente reconhecido para os Yanomami deverá ter uma superfície em torno de 99.600 km².

A proposta de delimitação da FUNAI de 1985 (reapresentada em 1991) — um território Yanomami único de 94.191 km², com uma densidade demográfica próxima da média da etnia: 0,13 hab./km² (Colchester ed. 1985: 7) — nos parece, assim, entre os projetos oficiais discutidos ao longo desses últimos anos, o mais próximo do ideal. Este projeto combina, de fato, a dupla vantagem de respeitar os requisitos territoriais do sistema econômico indígena que evocamos e de ter sido ratificado repetidamente por decisões da Justiça Federal (ver nota 6).

Delimitar as terras ianomami nesses termos seria a única maneira de satisfazer plenamente as disposições do artigo 231, § 1º, da Constituição de 1988:

“São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitados em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

Brasília, 1º de setembro de 1991

O autor agradece a D. Buchillet (Orstom), W Balée (Museu Goeldi), P. Léna (Orstom), J.C. Melatti (UnB), A. Ramos (UnB) e F. Ricardo (Cedi) por seus comentários críticos sobre versões anteriores deste texto.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, B. 1985. *Temps de sang, temps des cendres. Représentation de la maladie, système rituel et espace politique chez les Yanomami du sud-est (Amazonie brésilienne)*. Tese de Doutorado, Universidade de Paris X-Nanterre.
- . 1988. “La fumée du métal. Histoire et représentations du contact chez les Yanomami du Brésil”, *L'Homme*, 106/107: 87-119.
- . 1989. “Yanomami “violence”: Inclusive fitness or ethnographer's representation?”, *Current Anthropology*, 30 (5).
- . 1990. “On Yanomami Warfare: Rejoinder”, *Current Anthropology* 3 (5).
- . 1991a. “Geopolítica militar e frente garimpeira no norte amazônico: os Yanomami face ao Projeto Calha Norte”, *Antropologia e Indigenismo* 2 (Museu Nacional, Rio de Janeiro), no prelo.
- . 1991b. “Indian Lands, Environmental Policy, and military geopolitics in the. Development of the Brazilian Amazon: the Case of the Yanomami”, *Development and Change* (Institute of Social Sciences, The Hague), no prelo.
- ALBERT, B. and ZACQUINI, C. 1979. “Yanomami Indian Park. Proposal and Justifications”, in *The Yanomam in Brazil 1979*, A. R. Ramos and K. I. Taylor (eds.), IWGIA document 37. Copenhagen: IWGIA.
- APC — Ação pela Cidadania. 1989. *Roraima: O Aviso da morte*. São Paulo: CEDI/CCPY/CIMI/NDI.
- . 1990. *Yanomami: A todos os povos da terra*. São Paulo: CEDE/CCPY/CIMI/NDI.
- ARVELO-JIMENEZ, N. ed. 1983. *La Reserva de Biosfera Yanomami: una autentica estrategia para el ecodesarrollo nacional*. Caracas, IVIC.
- BACKER, B. K. 1990. *Amazônia*. São Paulo: Ática.
- BECKERMAN, S. 1979. “The abundance of protein in Amazonia: A reply to Gross”, *American Anthropologist*, 81 (3).
- BOIS, E. 1967. *Les amérindiens la Haute-Guyane française*. Paris: Desclée.
- CARVALHO, W.T. de. 1990. “Indiens et garimpeiros”, *Ethnies* n° 11/12 (Paris, Survival International France).
- CASTRO, M. B., ALBERT, B. and W.C. PAEIFFER. 1991. “Mercury Levels in Yanomami Indians Hair from Roraima-Brasil”, comunicação a oitava International Conference on Heavy Metals in the Environment, Edinburgh.
- CCPY. 1982. *Relatório Yanomami 1982. Situação de contato e saúde*. São Paulo: CCPY.
- . 1984. *Dados e sugestões para um programa de assistência de saúde na área indígena Yanomami*. São Paulo: CCPY.
- . 1987. *CCPY 78/87: dez anos de trabalho*. São Paulo: Copy.
- CEDI/PETI. 1990. *Terras Indígenas no Brasil*. São Paulo: Cedi.
- CHAGNON, N. A. 1966. Yanomam warfare, social organization andó mariage alliances. Tese de Doutorado, Universidade de Michigan.
- . 1974. *Studying the Yanomamo*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- CHAGNON, N. A. and R. B. Hames. 1979. “Protein Deficiency and Tribal Warfare in Amazonia: New Data”, *Science*, 203.
- CIVRIEUX, M. de. 1980. *Wauwana. An Orinoco Creation Cycle*. San Francisco: North Point Press.
- CLASTRES, P. 1973. “Eléments de démographie amérindienne”, *L'Homme*, XIII.
- CLEARY, D. M. 1990. *Anatomy of the Amazon Gold Rush*. Oxford: St Antony's/Macmillan Series.
- COLCHESTER, M. 1982. *The Economy, Ecology and Ethnobiology of the Sanema Indians of Southern Venezuela*. Tese de Doutorado, Universidade de Oxford.
- . 1984. Rethinking stone age economics: Some speculations concerning the pre-Columbian Yanomama economy”, *Human Ecology*, 12 (3).
- COLCHESTER, M. ed., 1985. *The Health and Survival of the Venezuelan Yanomama*, ARC/SI/IWGIA Document n° 53. Copenhague, International Work Group for Indigenous Affairs.
- CROSBY, A. W. 1972. *Columbian Exchange: biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport: Greenwood Press.
- DENEVAN, W. M. 1976. “The Aboriginal Population of Amazonia”, in *The Native Population of the Americas 1492*, Denevan, W. M. (ed.), Madison: University of Wisconsin Press.
- DESCOLA, P. 1982. “Ethnicité et développement économique: le cas de la Fédération des Centres Shuar”, in *Indianité, ethnocide, indigénisme en Amérique Latine*, Morion F. (ed.). Toulouse-Paris: Editions du CNRS.
- . *La nature domestique, Symbolisme et praxis dans l'écologie des Achuar*. Paris: Editions de la Maison des Sciences et l'Homme.
- DOBYNS, H. F. 1976. *Native American Historical Demography*. Bloomington: Indiana University Press.
- DUFFY, J. 1972. *Epidemics in Colonial America*. Port Washington: Kennikat Press.
- ENGERID: 1987. *UHE Paredão (Roraima). Relatório de avaliação preliminar dos impactos ambientais*. Rio de Janeiro: ENGERID.
- EARLY, J. D. and J. F. PETRS. 1990. *The Population Dynamics of the Mucajai Yanomama*. New York: Academic Press.
- FARAGE, N. 1986. *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas.
- FITTKAU, E. and H. KLINGE. 1973. “On biomass and Trophic Structure of the Central Amazon rain Forest Ecosystem”, *Biotropica*, 5.

- FUENTES, E. 1980. "Los Yanomam y las plantas silvestres", *Antropología*, 54.
- GOOD, K. R. 1982. "Limiting Factor in Amazonian Ecology", paper delivered at the AAA Meetings, Washington D. C.
- GOVERNO DE RORAIMA/CODESAIMA. 1989. *Plano Meridiano 62. Relatório*. Boa Vista: Governo de Roraima.
- HAMES, R. B. 1980. "Game Depletion and Hunting Zone Rotation among the Ye'Kwana and Yanomam of Amazonas, Venezuela", *Working Papers on South American Indians*, 2 (Bennington, Bennington College).
- . 1983a. "The settlement pattern of a Yanomamo population block: A behavioral ecological interpretation", in *Adaptive Responses of Native Amazonians*. Edited by R. B. Hames and W. T. Vickers. New York: Academic Press.
- . 1983b. "Monoculture, Polyculture and polyvariety in Tropical Forest Swidden Cultivation", *Human Ecology*, 11 (1).
- . 1989. "Time, Efficiency, and Fitness in the Amazonian Protein Quest", *Research in Economic Anthropology*, 11.
- . 1990. "Sharing among the Yanomamo: Part I, The Effects of Risk", in: *Risk and Uncertainty in Tribal and Peasant Economies*. Edited by E. Cashdan. Boulder: Westview Press.
- HOLMES, R. 1983. "Estudio nutricional en la población Yanomami de la Sierra Parima, Venezuela", in: *Las filariasis humanas en el Territorio Federal Amazonas (Venezuela)*. Editado por L. Yarzabal et alii, Caracas: PROICET Amazonas.
- . 1984. "Non-Dietary Modifiers of Nutritional Status in Tropical Forest Populations of Venezuela", *Interciencia*, 9 (6).
- HOWELL, N. 1979. *Demography of the Dobe Kung*. New York: Academic Press.
- JORALEMON, D. 1982. "New World Depopulation and the Case of Disease", *Journal of Anthropological Research*, 38 (1).
- KUNSTADTER, P. 1979. "Démographie", in *Ecosystèmes forestiers tropicaux*. Paris: UNESCO.
- LEE, R. B. 1972. "Kung Spatial Organization: An Ecological and Historical Perspective", *Human Ecology* 1 (2).
- LIZOT, J. 1978. "Economie primitive et subsistance. Essai sur le travail et l'alimentation chez les Yanomami", Libre, 4. Paris: Poyot.
- . 1980. "La agricultura Yanomami", *Antropología*, 53.
- . 1984a. "Histoire, organisation et évolution du peuplement Yanomamy", *L'Homme*, XXIV (2).
- . 1984b. *Les Yanomami centraux*, Cachiers de L'Homme, n.s. n° XXII. Paris: Editions de l'EHESS.
- . 1986. "La recolección", y las causas de su fluctuación, *Extracta*, 5 (Lima: Cipa).
- . 1988. "Los Yanomami", in *Los Aborigenes de Venezuela, vol. III, Etnología Contemporánea*, J. Lizot (ed.). Caracas: Fundación La Salle/Monte Avila.
- MAHAR, D. J. 1989. *Government policies and deforestation in Brazil's Amazon region*. Washington: The World Bank.
- MIGLIAZZA, E. C. 1972. *Yanomami grammar and intelligibility*. Tese de Doutorado, Universidade de Indiana.
- . 1980. "Languages of the Orinoco — Amazon Basin: Current Status", *Antropología*, 53.
- . 1982. "Linguistic prehistory and the refuge model in Amazônia", in *Biological Diversification in the Tropics. Proceeding of the 5 International Symposium for Tropical Biology*. Edited by G. T. Prance. New York: Columbia University Press.
- Ministério da Saúde. 1990. *Projeto de Saúde Yanomami*. Brasília: FNS.
- NEEL, J. V. 1971. "Genetic Aspects of the Ecology of Disease in the American Indians", in: *The Ongoing Evolution of Latin American Population*. Edited by Salzano. Springfield: Charles Thomas.
- . 1979. "Health and Disease in unacculturated Ameridian Populations", in *Health and Disease in Tribal Societies*, Ciba Foundations Symposium 49 (new series). Amsterdam: Excerpta Medica.
- NEEL, J. V. et al. 1972. "Studies on the Yanomama Indians", in *Proceedings of the 4th Congress of Human Genetics*. Amsterdam: Excerpta Medica.
- NEWMAN, M. T. 1976. "Aboriginal New World Epidemiology and Medical Care and the Impact of Old World Disease Import", *American Journal of Physical Anthropology*, 45 (3).
- OLIVEIRA FILHO, J. P. de. 1987. "Terras Indígenas: uma avaliação preliminar de seu reconhecimento oficial e de outras destinações sobrepostas", in *Terras Indígenas no Brasil*, C. A. Ricardo e J. P. de Oliveira (orgs.), pp. 7-32. São Paulo: CEDI.
- PEREIRA, A. C. L. 1990. *Garimpo e fronteira amazônica: as transformações dos anos 80*. Tese de Mestrado inédita, CEDEPLAR-Universidade Federal de Minas Gerais.
- PITHAN, O. de A. 1989. *A situação de saúde dos índios Yanomami: diagnóstico, a partir da Casa do índio de Boa Vista (RR) — 1987-89*. Relatório.
- RAMOS, A. 1979. "Yanoama Indians in northern Brazil Threatened by highway", in *The Yanoama in Brazil 1979*. Edited by A. R. Ramos and K. I. Taylor. IWGIA Document 1. Copenhagen: IWGIA.
- SG/CSN. 1985. *Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Projeto Calha Norte*. Brasília: SG/CSN.
- SILVEIRA, I. M. da e GATTI, M. 1988. "Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização", *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 4 (1).
- SMOLE, W. J. 1976. *The Yanoama Indians: A Cultural Geography*. Austin: University of Texas Press.
- . 1989. "Yanoama Horticulture in the Parima Highlands of Venezuela and Brazil", in *Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies*, D. A. Posey and W. Ballée (eds). New York: The New York Botanic Garden.
- SPIELMAN, R. S. et al. 1979. "The evolutionary relationship of two populations: a study of the Guaymi and the Yanomama", *Current Anthropology*, 20 (2).
- SPONSEL, L. E. 1981. *The Hunter and the Hunter in the Amazon: an Integrated Biological and Cultural Approach to the Behaviour and Ecology of Human Predation*. Tese de Doutorado, Universidade de Cornell.
- . 1986. "Amazon Ecology and Adaptation", *Annual Review of Anthropology*, 15.
- . 1989. "Farming and Foraging: A Necessary Complementarity in Amazonia?", in *Farmers as Hunters. The Implications of Sedenism*. Edited by S. Kent. Cambridge: Cambridge University Press.
- SWEET, D. G. 1974. *A Rich Real of Nature Destroyed: The Middle Amazon Valley, 1640-1750*. Tese de Doutorado, Universidade de Wisconsin.
- TAYLOR, K. I. 1979. "Development against the Yanoama. The case of mining and agriculture", in *The Yanoama in Brazil 1979*. Edited by A. R. Ramos and K. I. Taylor. IWGIA Document n° 37. Copenhagen: IWGIA.
- . 1983. "Las necesidades de tierra de los Yanomami", *America Indigena* 43 (3).
- VICKERS, W. T. 1980. "An Analysis of Amazonian Hunting Yields as a Function of Settlement Age", *Working Papers on South American Indians*, 2 (Bennington, Bennington College).
- . 1983. "The Territorial Dimensions of Siona-Scoya and Encabellado Adaptation", in *Adaptive Responses of Native Amazonians*. Edited by R. B. Hames and W. T. Vickers. New York: Academic Press.
- . 1988. "Game Depletion Hypothesis of Amazonian Adaptation: Data from a Native Community", *Science*, 239.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. B e L. M. N. de Andrade. 1988. "Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas", in *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*, L. A. O. Santos e L. M. M. de Andrade (orgs.). São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo.
- WIRSING, R. L. 1985. "The Health of Traditional Societies and the Effects of Acculturation", *Current Anthropology*, 26 (3).

TÍTULOS PUBLICADOS

01. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Povos Indígenas e Mudança Sócio-Cultural na Amazônia, 1972. Republicado em *A Sociologia do Brasil Indígena*, do mesmo autor. 2^a edição, Rio de Janeiro: Templo Brasileiro. Brasília: Ed. UnB, 1978: 173-196, e em *Man in the Amazon* org. por Charles Wagley, Gainesville: The University Presses of Florida, 1974: 111-135.
02. (*) RAMOS, Alcida Rita. Nomes Pessoais e Classificação Social na Sociedade Sanumá (Yanoama), 1973. Republicado (1) no Anuário Antropológico/76: 13-38 e em *Peasants, Primitives ad Proletariats*, org. por Brown e Schwartz, Haia: Mouton, 1979: 191-205.
03. (*) MELATTI, Julio Cezar. O Sistema de Parentesco dos Índios Krahó, 1973. Republicado em *dialectal Societies*, org. por Maybury Lewis, Cambridge: Harvard University Press, 1979: 46-79.
04. (*) RAMOS, Alcida Rita e PEIRANO, Mariza G. e S. O Simbolismo da Caça em Dois Rituais de Nominacão, 1973.
05. (*) WOORTHANN, Klaas. Comunidade e Haciendas no Peru Andino: Contribuição a umá Sociologia do Campesinato Latino-Americano, 1973.
06. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade, 1974. Republicado em *Alter* 3(4), 1973: 208-219 e em *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, do mesmo autor, São Paulo: Pioneira, 1976: 33-52.
07. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Processos de Articulação Étnica, 1974. Republicado em *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, do mesmo autor, São Paulo. Pioneira 1976: 53-73, e em *Processos de Articulação Social*, org. por Hermitte e Bartolomé, Buenos Aires: Amorrotur, 1977: 282-304.
08. (*) MELATTI, Julio Cezar. Reflexões sobre Algumas Narrativas Krahó, 1974. A maioria das narrativas, sem as reflexões, republicadas em *Folk Literature of the Gê Indians*, vol. II, org. por J. Wibert e K. Simoneau, Los Angeles: University of California — UCLA, 1984: 316-354.
09. (*) RAMOS, Alcida Rita. Identidade Étnica numa Situação Intertribal, 1974. Republicado em *Hierarquia e Simbiose*, org. pela mesma autora, São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1980: 23-65.
10. (*) RAMOS, Alcida. Mundurucu. Mundança Social ou Falso Problema?, 1974. Republicado em *American Ethnologist*, 5, 1978: 675-689.
11. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Possibilidade de uma Antropologia da Ação entre os Tukuna, 1975. Republicado em *América Indígena* 37(1), 1977: 145-169 e em *Sociologia do Brasil Indígena*, do mesmo autor, 2^a ed., Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB, 1978: 197-222.
12. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Reconsiderando Etnia; 1975. Republicado em *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, do mesmo autor, São Paulo: 1976: 79-109.
13. MELATTI, Julio Cezar e MONTAGNER MELATTI, Delvair. Relatório sobre os Índios Marubo, 1975.
14. (*) ZARUR, George de C. Leite. Pescadores do Golfo do México: Racionalidade Econômica e Sistema Social, 1976.
15. (*) ZARUR, George de C. Leite. Repensando o Conceito de Matrifocalidade, 1976.
16. (*) RAMOS, Alcida Rita. Extinção, Alienação ou Simbiose? 1977. Republicado como Introdução a *HIERARQUIA e Simbiose*, pela autora, São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1980: 01-17.
17. (*) CADAXA, Maria. No Burgo do Tempo Perdido: Vonder-votteimittis Revisitado, 1977.
18. (*) RAMOS, Alcida Rita e ALBERT, Bruce. Descendência e Afinidade: O Contraste entre Duas Sociedades Yanoama; 1977. Republicado nas *Actes du XLII Congrès International des Americanistes*, vol. II. Paris, 1977: 71-90.
19. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura de Maussm 1977.. Republicado como Introdução a *Mauss*, org. pelo autor. São Paulo, Ática, 1979: 05-50.
20. (*) WOORTTMANN, Klaas. Hábitos e Ideologia Alivintares em Grupos Sociais de Baixa Renda. Relatório Final, 1978.
21. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade e Estrutura Social, 1978. Republicado no *Anuário Antropológico/78*: 243-263 e em *Enigmas e Soluções*, do mesmo autor, Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 1973: 103-125.
22. (*) LARAIA, Roque de Barros. A Situação das Minorias Étnicas no Brasil, 1978. A parte referente ao negro, ampliada, republicada no BIB 7; 1979: 11-21.
23. (*) LUSTIG-ARECCO, Vera. Adaptação à Caça: Uma Análise Comparativa, 1978. Republicado na *Revista de antropologia* 22, 1979: 39-60.
24. MELATTI, Julio Cezar. À Procura de uma Classificação dos Personagens Mítico-Rituais Timbiras, 1979. Republicado no *Anuário Antropológico/79*, 99-130.
25. (*) SYGAUD, Lygia Maria. *O Sindicato e a Estratégia do Capital*, 1979.
26. AMARAL, Custódia Selma Sena do. *Dukheim e o Estudo das Representações*, 1979. Republicado no *Anuário Antropológico/82*: 134-164.
27. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Etnia e Estrutura de Classes, 1980. Republicado no *Anuário Antropológico/79*: 57-78 e em *Enigmas e Soluções*, do mesmo autor, Rio de Janeiro: Templo Brasileiro, 1983: 126-149.
- 27a. (*) SILVERWOOD-COPE, Peter L. Os Maku — Povo Caçador do Noroeste da Amazônia, 1980. O 3º capítulo foi publicado no *Anuário Antropológico/78*: 176-239. republicado integralmente pela editora Universidade de Brasília, 1990.
28. (*) SILVERWOOD-COPE, Peter L. *The Secret of The Pagodas (Religion and Politics in South-East Asia)* 1981. Traduzido para o português no nº 62 desta mesma série.
29. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. As Categorias do Entendimento na Formação da Antropologia, 1982. republicado no *Anuário Antropológico/81*: 125-146.
30. (*) PETRANO; Mariza G. e S. Documentos e Identidade Social (Algumas Reflexões sobre Cidadania no Brasil), 1982. Republicado em *Sociedade e Estado*, vol. 1 nº 1: 49-63.
31. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Sociedade Plural" e Pluralismo Cultural no Brasil, 1982. Republicado em *Tempo Brasileiro*, 71, 1983: 07-17 e em *Proceeding of the American Ethnological Society*. Washington, 1984: 35-48.
32. RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas, 1982. Republicado com cortes, como volume de Série Princípios, São Paulo: Ática, 1986.
33. (*) MACHADO, Lia Zanotta, Identidade e Individualismo, 1982.
34. (*) FISCHER, Michael M. From Interpretive to Critical Anthropologies, 1982. Republicado no *Anuário Antropológico/83*: 55-72.
35. (*) PEIRANO, Mariza G. e S. Etnocentrismos Avessas: O Conceito de "Sociedades Complexas", 1982. Republicado em *Dados* 26(1), 1983: 97-115.
36. (*) LARAIA, Roque de Barros. O Conceito Antropológico de Cultura, 1983. Republicado com o título *Cultura: um Conceito Antropológico*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

(1) Os textos republicados nem sempre o são na mesma língua e por vezes sofrem modificações no título e na redação.

37. (*) PEIRANO, Mariza G. e S. Antropologia Esquecida de Florestan Fernandes: Os Tupinambá, 1983. Republicado no *Anuário Antropológico/82*, 15-49.
38. (*) MELATTI, Julio Cesar, antropologia no Brasil: Um Roteiro, 1983. Republicado no BIB 17, 1984: 3-52. Novamente republicado em *O que se deve em Ciências Sociais no Brasil*, vol. 3 (edição englobando BIB de nº 15 a nº 19). São Paulo: Cortez e ANPOCS, 1990: 123-211.
39. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução a uma Leitura de Rivers, 1984. A ser republicado como Introdução a Rivers, org. pelo autor, São Paulo: Ática.
40. (*) WOORTMANN, Klaas. A Família Trabalhadora, 1984. republicado em *Ciência Hoje* 3(13), 1984: 26-31 e em *Ciências Sociais Hoye/1984*, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984: 69-87.
41. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e Tradição: Interpretando a Antropologia, 1984. Republicado no *Anuário Antropológico/84*: 191-203.
42. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A "Categoria da Causalidade" na Formação da Antropologia, 1984. Republicado no *Anuário Antropológico/83*: 11-52.
43. (*) CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura e Cultura de uma Perspectiva Antropológica, 1984.
44. (*) PEIRANO, Mariza G. e S. O Antropólogo como Cidadão: Louis Dumont e o Caso Brasileiro, 1984. Republicado em *Dados* 29 (1), 1985: 27-43.
45. (*) RAMOS, Alcida Rita. Categorias Étnicas do Pensamento Sanumá: Contrastes Intra e Inter-étnicos, 1984. republicado no *Anuário Antropológico/84*: 95-108.
46. (*) MACHADO, Lia Zanotta e MAGALHÃES, Themis Quezado de. Imagens do Espaço: Imagens de Vida (Um Estudo sobre Brasília) 1984. Republicado em *Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão*, org. por Aldo Paviane, São Paulo: Projeto, Brasília, CNPq, 1985: 191-214.
47. (*) MACHADO, Lia Zanotta. Família, Honra e Individualismo, 1985.
48. MELATTI, Julio Cesar. A Origem dos Brancos no Mito de *Shoma Wetsa*, 1985. Republicado no *Anuário Antropológico/84*, 109-173.
49. (*) MELATTI, Julio Cesar. Curt Numuendajú e os Jé, 1985.
50. (*) WOORTMANN, Klaas. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino, 1985. Republicado em *Dados*, vol. 29, nº 1, 1965: 103-130.
51. (*) RAMOS, Alcida Rita; LAZARIN, Marco Antonio e GOMEZ, Gale Goodwin. Yanomami em Tempo de Ouro (Relatório de Pesquisa) 1985. Republicado em *Cultura indígena de la Amazonia, Catálogo del Quinto Centenário*. Madrid: Biblioteca Quinto Centenário, 1986: 73-80.
52. (*) RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. A Classificação de Parentes, 1986. trecho do nº 32 da Série Antropológica não publicado no volume da Coleção Princípios. São Paulo: Ática, 1986.
53. (*) PEIRANO, Mariza G. S. O encontro Etnográfico e o Diálogo Teórico. Republicado no *Anuário Antropológico/85*. Rio: Tempo Brasileiro, 1986.
54. MELATTI, Julio Cesar. "Wenia: A Origem Mitológica da Cultura Marábio", 1986.
55. (*) LARAIA, Roque de Barros. Os Estudos de Parentesco no Brasil, 1987. Republicado em BIB 23. 1987: 3-17.
56. CARVALHO, José Jorge de. O Jogo das bolinhas de Vidro: Uma Simbólica da Masculinidade, 1987. A sair no *Anuário Antropológico/87*.
57. PEIRANO, Mariza G. e S. A Índia das Aldeias e a Índia das Castas: Reflexões sobre um Debate, 1987. Republicado em *Dados*, vol. 30, nº 1, 1987: 109-122.
58. (*) PEIRANO, Mariza G. e S. O Pluralismo de Antonio Candido, 1987. Republicado em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 15, vol. 5, 1990: 41-54.
59. (*) CARVALHO, José Jorge de. A Força da Nostalgia: Uma Concepção de Tempo Histórico dos Cultos Afro-brasileiros Tradicionais, 1987. Republicado em *Religião e Sociedade*, vol. 14, nº 2, 36-61, 1988.
60. LARAIA, Roque de Barros, Etnologia Indígena Brasileira: Umbre Levantamento, 1987.
61. (*) SEGATO, Rita Laura. Algunas Propuestas para un Estudio del Cambio Religioso: La Expansión Evangélica en la Quebrada y Puna Jujenías, 1987.
62. SILVERWOOD-COPE, Peter L. O Segredo dos Pagodes: Religião e Política no Sudeste Asiático, 1987. Tradução do nº 28 desta Série.
63. SENA, Custódia Selma. Em favor da Tradição ou Falar é Fácil. Fazer é que são Elas. 1987.
64. LARAIA, Roque de Barros. A Morte e as Mortes de Curt Numuendajú, 1988. in *Ciência Hoje*, vol. 8, nº 44.
65. (*) PEIRANO, Mariza G. e S. "Are You Catholic? Relato de viagem, Reflexões Teóricas & Perplexidades éticas. 1988. Republicado em *Dados*, vol. 31, nº 2, p. 219-242.
66. (*) RAMOS, Alcida Rita. Vozes Indígenas: O Contato Vivido e Contado. 1988. A sair no *Anuário Antropológico/87* e em *Nation-State and Indian in Latin America*, org. por Greg Urban e Joel Sherzee.
67. RAMOS, Alcida Rita. A Antropologia Brasileira Vista Através do Anuário Antropológico, 1988.
68. LARAIA, Roque de Barros. A Morte das Sociedades Tupi-Guarani, 1988.
69. WOORTMANN, Klaas. "Com Parente no se Neguecia": O Campesinato como Ordem Moral, 1988. Republicado em *Anuário Antropológico/87*, 1990: 11-73.
70. (*) RIBEIRO, Gustavo Lins. Descotidianizar. Extrañamiento y Conciencia Práctica. Un Ensayo sobre la Perspectiva Antropológica. 1988. Republicado na Revista de Psicología de El Salvador, vol. 7, nº 30, Oct./Dic., 1988: 351-359. E em *Cadernos de Antropologia Social* vol. 2, nº 1: 65-69. Buenos Aires.
71. (*) CARVALHO, José Jorge. A Antropologia e o Nihilismo Filosófico Contemporâneo, 1988. Republicado no *Anuário Antropológico/86*, 153-181. Brasília: Ed. UnB/Tempo Brasileiro.
72. ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Perspectivas de ocupação do Cerado na Região de Brasília ou Notas para uma Antropologia do Sertão, 1988.
73. SEGATO, Rita Laura. A Vida Privada de Iemanjá e seus Filhos: Fragmentos de um Discurso Político para Compreender o Brasil, 1988. A sair no *Anuário Antropológico/87*.
74. CARVALHO, José Jorge de. Violência e Caos na Experiência Religiosa, 1988.
75. SEGATO, Rita Laura. A Antropologia e a Crise Taxonómica na Cultura Popular, 1988. A sair pelo INF, FUNARTE.
76. PEIRANO, Mariza G. e S. Teoria e Prática da Antropologia: Dois Exercícios, 1988. Republicado como "A Pluralidade Singular da Antropologia" em *Anuário Antropológico/87*, 1990: 77-91.
77. CARVALHO, José Jorge de. O Lugar da Cultura Tradicional na Sociedade Moderna, 1988.
78. MELATTI, Julio Cesar. Dos Alicerce Somáticos das Culturas Panos Considerados Por Elas Próprias, 1989.
79. KRACKE, Waud. O Poder do Sonho no Xamanismo Tupi (Parintintin), 1989.
80. CARVALHO, José Jorge de. Nietzsche e Xangô: Dois Mitos do Ceticismo e do Desmascaramento, 1989.
81. RIBEIRO, Gustavo Lins. Militares, Antropologia, Desenvolvimento (Uma Abordagem Preliminar). 1989. Republicado em *Antropologia e Indigenismo* nº 1: 87-96. Editora UFRJ, 1990.
82. PEIRANO, Mariza G. S. Só Para Iniciados. 1989. Republicado em *Estudos Históricos*, vol. 5: 93-102, 1990.
83. PEIRANO, Mariza G. S. Diálogos, Debates e Embates. 1989. Republicado em *Dados*, vol. 33, nº 1, 1990: 119-46.

84. RIBEIRO, Gustavo Lins. *Acampamento de Grande Projeto, Uma Forma de Imobilização da Força de Trabalho pela Mora-dia*, 1989.
85. (*) RIBEIRO, Gustavo Lins. *Latin America and the development debate*. 1990. Republicado em *The Indian Journal of Social Science*, Vol. 3, nº 2: 271-295. New Delhi, 1990.
86. SEGATO, Rita Laura. Um paradoxo do Relativismo: o Discurso Racional da Antropologia Frente ao Sagrado. 1989.
87. WOORTMANN, Klaas. *Migração, Família e Campesinato*. 1990.
88. LARAIA, Roque de Barros. *A Cultura Brasileira*. 1990.
89. (*) RAMOS, Alcida Rita. *Ethnology Brazilian Style*. 1990.
90. ARAGÃO, Luiz Tarlei de. "Mãe Preta, Tristeza Branca". Processo de Socialização e Distância Social no Brasil. 1990.
91. (*) ARAGÃO, Luiz Tarlei de. O Inconsciente em Claude Lévi-Strauss ou A Dimensão Inconsciente nos Fenômenos Culturais. 1990.
92. (*) RAMOS, Alcida Rita. *O Antropólogo: Ato Político, Figura Jurídica*. 1990.
93. (*) PEIRANO, Mariza G.S. *Artimanhas do Acaso*. 1990.
94. (*) RAMOS, Alcida Rita. *A Retórica do Índigenismo*. 1990.
95. (*) RAMOS, Alcida Rita. *An Economic of Wasé Amazonian Frontier Development and the Livelihood of Brazilian Indians*. 1990.
96. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. *A Vocação Crítica da Antropologia*. 1990.
97. RIBEIRO, Gustavo Lins. *DA PREFEITURA AO BANCO MUNDIAL*. Para uma metodologia de ação política com relação aos grandes projetos. 1990.
98. RIBEIRO, Gustavo Lins. A Trama da Dominação e da Resistência na "Tecelagem dos Conflitos de Classe". 1990. A ser publicado no *Anuário Antropológico/88*.
99. SEGATO, Rita Laura. Uma vocação de minoria: a expansão dos cultos afro-brasileiros na Argentina como processo de re-eticnização. 1990.
100. RAMOS, Alcida Rita. *Indigenismo de Resultados*. 1990.
101. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Comparação e Interpretação na Antropologia Jurídica*. 1990.
102. PEIRANO, Mariza G. S. *Os Antropólogos e Suas Linhagens* (A procura de um diálogo com Fábio Wanderley Reys). 1990.
103. PEIRANO, Mariza G. S. *Towards Anthropological Reciprocity*. (Tradução para o inglês dos números 57, 65 e 83 da Série Antropologia). 1990.
104. MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade*. 1990.
105. MACHADO, Lia Zanotta. *Mulheres e Política: o lugar da tradição na modernidade latino-americana*. 1990.
106. ARVELO-JIMENEZ, Nely. *Indigenismo y Debate sobre Desarrollo Amazonico: Reflexiones a partir de la Experiencia Venezolana*. 1990.
107. FILHO, Wilson Trajano. *A Troca Silenciosa e o Silêncio dos Conceitos*. 1990.
108. CARVALHO, José Jorge. *Da Canção à Melodia*. 1991.
109. CARVALHO, José Jorge. *As Duas Faces da Tradição. O Clássico e o Popular na Modernidade Latino-americana*. 1991.
110. PEIRANO, Mariza G. S. *The Anthropology of Antropology: The Brazilian Case* (Tese de Doutorado, Harvard University, 1981). 1991.
111. WOORTMANN, Ellen F. *Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidade "pesqueiras" do Nordeste*.
112. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *O Velho Cego: Uma Reflexão Krahó sobre o Contato Interétnico*, 1991.
113. SEGATO, Rita Laura. *A Tradição Afro-Brasileira frente à Televisão ou Duas Mortes entre a Ficção e a Realidade*, 1991.
114. CARVALHO, José Jorge de. *Características do Fenômeno*

(*) Números esgotados.

115. BAINES, Stephen Grant. *Etnologia e Indigenismo na Austrália*, 1991.
116. RAMOS, Alcida Rita. *Os Direitos do Índio no Brasil. Na Encruzilhada da Cidadania*, 1991.
117. RAMOS, Alcida Rita. *Auaris Revisitado*, 1991.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR MAURÍCIO CORRÉA NA SESSÃO DE 20-2-92 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MAURÍCIO CORRÉA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores:

No final do ano passado, fomos colhidos com a tremenda repercussão sobre a decisão do Poder Judiciário concedendo aos aposentados os 147%. Creio que todos sabem a origem dessa decisão. Vindo o salário mínimo, o Governo teve que pagar. Está sendo obrigado a pagar uma diferença que implica no que se chama 147%. Essa é a decisão.

No que tange à discussão do mérito, os tribunais estavam se encaminhando para uma solução uniforme, no sentido da determinação do pagamento dos 147%.

Num determinado momento, o Supremo Tribunal mandou suspender a aplicação de uma decisão do Rio de Janeiro. É que as instâncias haviam sido percorridas e existiam condições processuais e procedimentais para o Supremo Tribunal Federal atuar.

Na segunda hipótese, não havia sido ainda percorrido o trâmite normal da escala dos recursos e o Supremo Tribunal Federal não pôde se pronunciar sobre a matéria e, então, gerou esse clima que conhecemos da obrigatoriedade do pagamento dos 147%.

Veio, logo em seguida, o Decreto nº 430, do Executivo, que exatamente criou a interpretação sobre os precatórios. Mas é bom dizer aqui, rapidamente, sobre o que diz o art. 100 da Constituição Federal, que é exatamente a disposição que define o pagamento dos precatórios. É preciso que se saiba que precatório é uma coisa e precatória é outra. Precatória é a ordem que um juiz dá de uma jurisdição para outra, para que se cumpra um determinado ato jurídico, judicial. E o precatório, que é exatamente a consignação no orçamento para o pagamento de uma decisão judicial. O que ocorreu foi exatamente isto.

O art. 100 da Constituição, que votamos, estabelece a forma do pagamento dos precatórios:

"Art. 100. A exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim."

O Presidente da República, então, encontrou uma solução genial, que foi exatamente de baixar o Decreto nº 430 que, na verdade, regulamenta, segundo agora a decisão do Supremo Tribunal Federal, a Lei nº 8.197 que trata da disciplina e transação nas causas de interesse da União e dá outras providências. Esta Lei é regulamentada pelo Decreto nº 430 e diz no art. 4º mais ou menos o que diz o art. 100 da Constituição:

“Art. 4º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, Federal, Estadual ou Municipal, e pelas Autarquias e Fundações Públicas, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciais e à conta do respectivo crédito.”

Veio o Presidente da República e baixou, exatamente, esse Decreto nº 430 e que faço questão de ler, aqui, porque é matéria de transcendental importância. Lamento apenas trazer assunto tão maçante numa hora destas, mas tentarei ser breve para não importunar os colegas que ainda, aqui, permanecem.

Diz o art. 1º do Decreto nº 430, de 20 de janeiro de 1992 — o que provocou essa celeuma que todos nós conhecemos, inclusive, antes da própria convocação do Congresso Nacional, para gerar recursos para pagar os 147%:

“Art. 1º Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, Autarquias Federais e Fundações Públicas, criadas ou mantidas pela União, serão realizados, exclusivamente, na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciais e à conta dos respectivos créditos.”

Esta é uma determinação do Poder Executivo aos seus agentes, portanto, públicos, para ser cumprida.

§ 1º É assegurado o direito de preferência aos credores de obrigações de natureza alimentícia, obedecida entre eles a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciais.

§ 2º São considerados créditos de natureza alimentícia aqueles decorrente de condenação de pagamento de diferenças de vencimento, proventos e pensões, de indenização por acidente de trabalho, de indenização por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil e de outros da mesma espécie.

Art. 2º É obrigatoria a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizado seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

O Supremo Tribunal Federal, examinando várias ações diretas de constitucionalidade, teve um posicionamento que até hoje tem sido objeto de alguma perplexidade, alguma dúvida.

Na verdade, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o art. 3º deste decreto, que não cheguei a ler, é inconstitucional; o art. 3º e seu parágrafo único.

O art. 3º diz o seguinte:

“Nenhuma autoridade poderá autorizar pagamento decorrentes de decisão judiciária em desacordo com o estabelecido neste regulamento, sob pena de incorrer nas sanções do art. 315 do Código Penal.

O Supremo Tribunal entendeu que se prevalecesse este dispositivo significaria que o Presidente da República estaria editando uma norma penal através de um decreto do Executivo. Então, o próprio ministro — relator que concedeu a medida liminarmente, o Ministro Octávio Gallotti, suprimiu da concessão da medida cautelar exatamente este art. 3º. Mas, com relação ao § 1º deste artigo, achou que tinha eficácia.

E o que diz o parágrafo único? Diz que a autoridade ou repartição responsável pelo cumprimento da decisão judi-

cial, para cuja execução não haja disponibilidade de recursos orçamentários ou adicionais, se absterá de cumpri-la, disso dando ciência à autoridade judiciária e ao respectivo ministro de Estado ou ao dirigente superior da entidade, para os fins dispostos no artigo anterior.

O Supremo Tribunal Federal entendeu, também por maioria, que esse parágrafo único era inconstitucional, na medida em que criava regras processuais que o Presidente da República não tem competência para editar. Para não aborecer-las, vou concluir, situando exatamente o que o Supremo Tribunal Federal, decidiu até porque os jornais continuam a publicar matérias que não reproduzem exatamente a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal entendeu que o Decreto nº 430 é regulamentador da Lei nº 8.127, que cria regras sobre o cumprimento dos precatórios à qual acabei de me referir, votada por nós no ano passado.

Houve, inclusive, matérias e discursos ferrenhos contra o Supremo Tribunal Federal, talvez provocados por desconhecimento específico de uma matéria técnica que, às vezes, é estranha à maioria das pessoas que comentam sobre decisões judiciais.

Muito bem. O Supremo entendeu — repito — que o Decreto nº 430 regulamentou a Lei nº 8.127. Portanto, ele não era inconstitucional. O Supremo entendeu desnecessário o Presidente da República baixar aquele decreto, porque aquelas normas já estavam definidas pela Constituição e mesmo por outras leis ordinárias e leis específicas de códigos que regulamentam o procedimento de se ajuizar as pretensões populares, as postulações perante o Poder Judiciário.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Exº um aparte?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Com prazer, ouço o aparte de V. Exº

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Ouvindo V. Exº, quero louvar o que diz, porque é uma peça de análise nesse difícil momento por que passa o aposentado brasileiro, nesse conflito que, sem dúvida, existe entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Quero informar a V. Exº que, no Ceará, a Justiça até determinou a prisão de administradores da Previdência Social, ante a negativa do pagamento dos 147,3%. Mas era mesmo necessário que uma pessoa entendedora dessa matéria usasse da palavra, no Senado, para repôr tudo no seu devido lugar. Como acentuou V. Exº, o que se vem noticiando no País a esse respeito, notadamente com relação ao Supremo, tudo é absolutamente confuso e infundado, o que deixa o aposentado ainda mais ao desamparo. Felicito V. Exº por sua participação na tribuna senatorial nesta tarde e até chamar a atenção da imprensa para que publicasse essas explicações do Senador Maurício Corrêa, dignas de terem uma divulgação em todo o País, para ficar bem explicitado o que há entre a Constituição, a lei regulamentadora e o decreto especificador desta lei, e qual a posição do Supremo, que em momento nenhum afeta os direitos dos aposentados.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Agradeço a V. Exº

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exº me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Perfeitamente, Senador Jutahy Magalhães.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Exº vem abordando essas questões jurídicas, como sempre, com a maior procedência.

Quando ouvi a primeira notícia a respeito da decisão do Supremo, tive impressão diferente da real, porque as empresas de televisão noticiaram como se a decisão do Supremo tivesse sido outra. Realmente, depois, foi necessário que o próprio Presidente do Supremo esclarecesse o significado daquela decisão tomada. Agora, o estranhável é que mesmo após a decisão do Supremo, que referiu-se e decidiu a respeito do art. 3º, ainda hoje esteja havendo uma manifestação por parte de autoridades da Previdência negando-se a aceitar as decisões judiciais. E isso tem provocado até prisões. No meu entendimento, o assunto é mais grave, porque chega às raias de crime de responsabilidade. Crime de responsabilidade, não do diretor do INSS, daquele representante do Estado, mas do ministro e até do Presidente da República. Por isso é que acho preocupante o que está ocorrendo no País, e quando se desrespeita as decisões da justiça, e não por parte da própria Justiça, talvez — inclusive também por outras autoridades — a preocupação de responsabilizar aqueles verdadeiros culpados, entendo que devemos examinar essa questão na base do crime de responsabilidade.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — O que quero dizer a V. Ex^e é que no meu modo de pensar —, pode ser até que esteja errado — a decisão do Supremo Tribunal Federal não afetou a situação em que se encontrava o aposentado; o que houve foi uma agitação do tema, ou melhor, do instituto relativo ao precatório. Colocou-se em evidência o precatório, chamou-se assim a discussão sobre o precatório, e, na verdade, se o Presidente da República não tivesse baixado este Decreto nº 430 a situação seria a mesma.

Acredito que o fato só teve essa dimensão porque foi explorado pela imprensa, porque o Supremo teve de se manifestar às arguições de constitucionalidade que foram apresentadas.

Mas quero concluir exatamente explicitando o que V. Ex^e disse, o que significou essa decisão. Aliás, são palavras do próprio Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sidney Sanches:

“1º — que o Tribunal não tomou conhecimento da ação direta de constitucionalidade promovida pelo Partido dos Trabalhadores, apenas quanto ao artigo 1º, parágrafos 1º e 2º, e arts. 2º e 4º do Decreto nº 430 de 10-1-1992; isso por entender que se trata de disposições meramente regulamentares do art. 4º da Lei nº 8.197, de 27-6-91, as quais não se sujeitam ao controle concentrado (abstrato) de constitucionalidade, pelo Supremo, em ação direta;

2º — tais dispositivos do decreto, se forem ilegais ou constitucionais, a declaração de ilegalidade ou constitucionalidade pode ser feita por qualquer juiz ou tribunal, quando examinarem casos concretos, podendo a matéria chegar ao Supremo, pela via do recurso extraordinário, quando dirá a última palavra, com caráter de decisão definitiva;

3º — o Tribunal, conheceu, porém, da ação direta de constitucionalidade proposta pelo Partido dos Trabalhadores, quanto ao art. 3º e seu parágrafo único do Decreto nº 430, e suspendeu esses dispositivos até o julgamento final da ação.”

O que dizem exatamente esses dois dispositivos? O art. 3º do Decreto nº 430 diz exatamente da pena que será aplicada ao funcionário que não cumprir a decisão prolatada pelo Executivo, não pela Justiça. E o § 1º cria aquelas regras processuais. Essas duas normas perderam eficácia temporária, porque poderão, inclusive, ser ressuscitadas, caso o Supremo Tribunal Federal, no mérito, entenda que essas duas disposições são constitucionais. Diz, ainda, a nota do Presidente do Supremo:

“4º — sendo assim, qualquer juiz ou Tribunal, ao tratar da execução de decisões favoráveis aos aposentados (reajuste de 147%) decidirá, interpretando a Constituição, a lei e o decreto, em cada caso concreto, se os pagamentos estão sujeitos, ou não, ao precatório, ou seja, ao pagamento imediato em 1992 ou só em 1993.”

Apenas para concluir, Senador Jutahy Magalhães; o que depreendo de tudo isso é que, tendo em vista esse estardalhaço que foi criado, o maior prejudicado foi, sem dúvida, o aposentado. No meu modo de entender, agora qualquer juiz que prolatar uma sentença com relação aos 147% estará sujeito a um recurso que poderá vir, inclusive, até ao Supremo Tribunal Federal. Essa é a decisão que entendi. Por isso é que aconteceu, no Ceará, essa decisão a que o Senador Cid Sabóia de Carvalho acabou de se referir, em que o juiz singular determinou a prisão de um agente da Previdência Social e o Tribunal Regional Federal, em Recife, embora já estivesse ele preso, restaurou-lhe a liberdade. Exatamente porque a decisão, agora, ficará entregue ao juiz singular, e aí os procuradores, os advogados da parte recorrerão, ou não.

Assim, não há dúvida nenhuma de que o aposentado ficou prejudicado, no meu modo de interpretar. É esta a conclusão a que queria chegar. Voltarei a este assunto posteriormente, para dizer que a única salvação — embora o decreto não tenha aquela extensão que se imagina — seria o decreto legislativo para suspender os seus efeitos, tendo em vista essa última interpretação que o STF deu sobre o precatório. E mesmo porque o próprio decreto menciona a preferência sobre o crédito alimentício, em termos de precatório. É o que espero que aconteça, na medida em que já existe um projeto de decreto legislativo que será examinado primeiro pela Câmara e, posteriormente, virá ao Senado.

Mas é uma questão extremamente séria, que precisa ser mais esclarecida, a fim de que sobretudo os aposentados e a opinião pública brasileira tomem conhecimento. Na verdade, no meu modo de entender, até agora o maior prejudicado está sendo o aposentado.

Quer dizer — repetindo — o juiz singular decide, haverá recurso e aí o aposentado não receberá. A não ser incluindo este ano o precatório para ser cumprido o ano que vem. (Muito bem!)